

PATRIMÓNIOS E LAZERES TURÍSTICOS

Paulo Carvalho. Coordenação



2012

Patrimónios e lazeres turísticos

Paulo Carvalho. Coordenação

ISBN: Pendiente



Editado por la Fundación Universitaria Andaluza Inca Garcilaso para eumed.net

Derechos de autor protegidos. Solo se permite la impresión y copia de este texto para uso personal y/o académico.

Este libro puede obtenerse gratis solamente desde
<http://www.eumed.net/libros-gratis/2012b/1225/index.htm>
Cualquier otra copia de este texto en Internet es ilegal.

Paulo Carvalho

Coordenação

PATRIMÓNIOS E LAZERES TURÍSTICOS



2012

Paulo Carvalho

Coordenação

PATRIMÓNIOS E LAZERES TURÍSTICOS

2012

FICHA TÉCNICA:

Título: Patrimónios e Lazeres Turísticos

Coordenação: Paulo Carvalho

Infografia: Paulo Carvalho

Fotografias da Capa (Paulo Carvalho): Rimini (Itália, 2012), Serra do Açor (2012), Óbidos (2012), Santana (Ilha da Madeira, 2011).

Edição: EUMED (Universidade de Málaga – Espanha)

Copyright: © Autores

Nº. Registo:

ISBN:

ÍNDICE

Nota de Abertura	7
Autores	9
Introdução	13
Património, Lazeres Turísticos e Desenvolvimento: dos Lugares às Redes	15
Património Cultural, Lazeres Turísticos e Territorialização das Políticas de Desenvolvimento: o Exemplo das Aldeias do Xisto	31
Pedestrianismo e Percursos Pedestres em Portugal	45
Património e Museus em Contexto Rural: dos Lugares de Memória aos Territórios do Lazer e do Turismo	61
Museus e Desenvolvimento Rural: o Exemplo do Museu do Pão (Seia/Serra da Estrela)	81

NOTA DE ABERTURA

BUCÓLICA

“A vida é feita de nada
De grandes serras paradas
À espera de movimento;
De searas onduladas
Pelo vento;

De casas de moradia
Caídas e com sinais
Deinhos que outrora havia
Nos beirais;

De poeira;
De sombra de uma figueira;
De ver esta maravilha:
Meu Pai erguer uma videira
Como uma mãe que faz a trança à filha.

S. Martinho de Anta, 30 de abril de 1937” (**Miguel Torga**, Diário I).

AUTORES

Paulo Carvalho (paulo.carvalho@fl.uc.pt)

Licenciado, Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade de Coimbra. Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no Departamento de Geografia, e Investigador do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) das Universidades de Coimbra, Porto e Braga.

É membro de diversas organizações científicas nacionais e internacionais e autor de mais de uma centena de trabalhos, publicados em Portugal e no estrangeiro (Espanha, Itália, Israel, Inglaterra, Irlanda, África do Sul, Brasil e Cabo Verde), com destaque para: *Landscape and heritage as strategic resources for the rural development*, 2002; *Ordenamento do território e desenvolvimento sustentável: problemas e desafios*, 2003; *Turismo cultural, património e políticas públicas em contextos rurais de baixa densidade*, 2006; *Conservation, development and the environment: a conflictual relationship or a different view for new geographies?*, 2007 (em colaboração); *Património cultural e estratégias de desenvolvimento em Portugal: balanço e novas perspetivas*, 2008; *Cidades e valorização paisagística de frentes aquáticas*, 2008; *Património construído e desenvolvimento em áreas de montanha. O exemplo da Serra da Lousã*, 2009; *Planeamento, redes territoriais e novos produtos turísticos ecoculturais*, 2009; *União Europeia, políticas públicas e desenvolvimento rural*, 2009; *The municipal charter for heritage as an innovative tool in urban planning in Portugal: from conceptualisation to operationalisation?*, 2009; *Turismo e sustentabilidade do desenvolvimento no contexto das Aldeias Históricas de Portugal: o exemplo do Piódão (Serra do Açor)*, 2010 (em colaboração); *Pedestrianismo e percursos pedestres em Portugal*, 2010 (em colaboração); *Walking, footpaths and heritage in Portugal: between enjoyment and preservation*, 2011; *Ordenamento e Desenvolvimento Territorial*, 2012; *The Historic Gardens: from the Heritage Dimension to its Touristic Potencial*, 2012 (em colaboração).

Susana Silva (susanageog@sapo.pt)

Licenciada em Geografia. Ambiente e Desenvolvimento, e Mestre em Geografia Humana. Ordenamento do Território e Desenvolvimento (Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra).

Tem exercido atividades docentes, administrativas e turísticas, e colaborado em trabalhos de planeamento regional e local.

Tem participado com comunicações em eventos científicos nacionais e internacionais.

Encontra-se a realizar doutoramento em Geografia na Universidade de Coimbra com uma investigação sobre o Turismo de Jardins em Portugal.

É autora e coautora de diversos trabalhos publicados, com destaque para: *Heranças do Passado...Que Futuro? - Património natural e histórico como recurso para o desenvolvimento: as termas da Curia e Vale da Mó*, 2006; *A (re)funcionalização do património e o turismo no desenvolvimento do espaço rural: realidade ou utopia? O turismo de habitação no concelho de Anadia*, 2007; *Políticas e iniciativas europeias com incidência no desenvolvimento rural: o exemplo do LEADER+ AD ELO (Centro Litoral de Portugal)*, 2007 (em colaboração); *Novos Usos do Património numa Estratégia Turística: Perspetivas no Concelho de Anadia*, 2008; *Os programas LEADER e o desenvolvimento rural em ambientes de montanha*, 2008 (em colaboração); *Programas e sistemas de incentivos europeus com incidência na atividade turística em espaço rural. O exemplo do PRIME (Portugal, 2000-2006)*, 2010 (em colaboração); *O Turismo de Saúde e Bem-Estar – Uma Estratégia de Desenvolvimento para a Região Centro*, 2010; *O património florístico como recurso turístico – uma alternativa ao desenvolvimento da estância termal da Curia*, 2011; *Repensar estratégias para o turismo termal em Portugal. A perceção dos gestores das estâncias termais do Centro*, 2011 (em colaboração); *O Turismo de Saúde e Bem-Estar – Uma Estratégia de Desenvolvimento para a Região Centro de Portugal*, 2012; *The Historic Gardens: from the heritage dimension to its touristic potencial*, 2012 (em colaboração); *Garden Tourism: nicho turístico da pós-modernidade*, 2012 (em colaboração).

Zília Tovar (ztovar@gmail.com)

Licenciada em Gestão e Planeamento do Turismo (Universidade de Aveiro), e Mestre em Turismo. Especialização em Gestão Estratégica de Destinos Turísticos (Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril).

Tem exercido funções como técnica superior (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo), docente (Escola Superior Agrária de Coimbra) e formadora na área do turismo e lazer.

Tem participado com comunicações em eventos científicos nacionais e internacionais.

É autora e coautora de diversos trabalhos publicados (e em publicação), com destaque para: *Pedestrianismo, Percursos Pedestres e Turismo de Passeio Pedestre em Portugal*, 2010; *Percursos Pedestres e Turismo de Passeio Pedestre em Portugal*, 2011; *Caminhos do Xisto (Cordilheira Central): um novo destino de turismo de passeio pedestre em Portugal*, 2011.

Marta Amado (matinha_amado10@hotmail.com)

Licenciada em Geografia. Ordenamento do Território e Desenvolvimento e Mestre em Geografia. Ordenamento do Território e Desenvolvimento (Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra).

Tem exercido atividades no âmbito dos SIG (Sistemas de Informação Geográfica) e do planeamento e desenvolvimento territorial.

Tem participado com comunicações em eventos científicos nacionais e internacionais.

É autora e coautora dos seguintes trabalhos publicados (e em publicação): *O Museu do Pão em Seia. Uma Iniciativa de Desenvolvimento Local com Expressão Nacional*, 2008 (em colaboração); *Museus e Desenvolvimento Local – o Exemplo do Museu do Pão (Seia)*, 2012 (em colaboração); *Museus e Desenvolvimento Rural. O caso do Museu do Pão (Seia/Serra da Estrela)*, 2012 (em colaboração).

INTRODUÇÃO

Com a edição da presente proposta concretizamos o objetivo de disponibilizar um conjunto de reflexões em resultado da investigação desenvolvida nos últimos meses em contextos diversos como o são, por exemplo, os cursos de mestrado em Geografia e em Lazer, Património e Desenvolvimento da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, assim como o percurso no âmbito do Grupo 3 (Paisagens Culturais, Turismo e Desenvolvimento) do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território das Universidades de Coimbra, Porto e Braga, e do seu posterior aprofundamento sobretudo por via da participação em eventos científicos nacionais e internacionais.

Partindo de textos inéditos e trabalhos publicados em suportes documentais diversos, pretendemos agora divulgá-los de uma forma mais profunda e abrangente, através dos meios inerentes a esta plataforma digital, com o intuito de incluir universos de maior amplitude (estudantes, professores, investigadores, técnicos, gestores, políticos, entre outros) e, assim, suscitar novas reflexões capazes de contribuir para o avanço do conhecimento, por um lado, e o desenho e a implementação de iniciativas/propostas de ação, por outro lado.

Se a visibilidade das ciências sociais e humanas decorre, entre outros elementos de análise crítica, da capacidade para ajudar a encontrar soluções para os problemas atuais e do seu sentido de oportunidade e utilidade, então o contributo da investigação não pode deixar de ser mais um, de entre vários, de tal maneira que o todo seja sempre superior à soma das suas diferentes partes. Nesta perspetiva, em que o mais relevante é gerar valor acrescentado, gostaríamos muito que os caminhos propostos fizessem parte de soluções efetivas e que o leitor fosse tocado pelo nosso espírito de partilha.

A organização da obra reflete questões de natureza teórica, metodológica e empírica. Embora a preocupação de integrar escalas geográficas seja uma evidência nos textos, tal como acontece em relação ao processo de revisão de literatura, estes não deixam de refletir a importância do contexto espacial português em particular no que diz respeito aos casos de estudo.

Deste modo, o alinhamento dos capítulos revela um percurso que partindo de uma escala global, inclui Portugal e algumas das suas especificidades regionais, sub-regionais e locais, como é evidente na sequência definida através dos seguintes títulos:

- “Património, lazeres turísticos e desenvolvimento: dos lugares às redes” (texto inédito, elaborado no âmbito da unidade curricular Novas Perspetivas em Geografia Humana do curso de Doutoramento em Geografia da Universidade de Coimbra, dezembro de 2010);

- “Património cultural, lazeres turísticos e territorialização das políticas de desenvolvimento: o exemplo das Aldeias do Xisto” (comunicação e texto

no âmbito do 8º *Congreso Internacional Virtual sobre Desarrollo Local en un Mundo Global*, Grupo de Investigação EUMED/Universidade de Málaga, dezembro de 2011);

– “Pedestrianismo e percursos pedestres em Portugal” (texto inédito resultante da comunicação apresentada ao *XII Colóquio Ibérico de Geografia*, Porto, outubro de 2010);

– “Património e museus em contexto rural: dos lugares de memória aos territórios do lazer e turismo” (comunicação e texto no âmbito do 6º *Congreso Internacional Virtual sobre Turismo y Desarrollo*, Grupo de Investigação EUMED/Universidade de Málaga, julho de 2012).

– “Museus e desenvolvimento rural. O caso do Museu do Pão (Seia/Serra da Estrela)” (comunicação e texto no âmbito do *IX Colóquio Ibérico de Estudos Rurais*, Lisboa, julho de 2012).

Coimbra, 30 de outubro de 2012.

Professor Doutor Paulo Manuel de Carvalho Tomás
Departamento de Geografia e CEGOT
Faculdade de Letras - Universidade de Coimbra (Portugal)

PATRIMÓNIO, LAZERES TURÍSTICOS E DESENVOLVIMENTO: DOS LUGARES ÀS REDES

Susana Maria Pereira da Silva

Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território
Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra

1. Património e lazeres turísticos: novas direções no processo de desenvolvimento territorial

Da apreensão do conceito de desenvolvimento territorial enquanto processo complexo e dinâmico, a reflexão centra-se hoje nos principais elementos tangíveis e/ou intangíveis que se afiguram como estruturantes na concretização deste processo, cuja complexidade não se dilui, antes se adensa, conforme se tornam cada vez mais voláteis as dinâmicas dos territórios e as necessidades das sociedades que dele se apropriam.

A passagem do fordismo para o pós-fordismo dá corpo a um conjunto de mutações que há muito vinham ganhando contornos. O lazer e o tempo a ele associado assumem-se como orientação central no quotidiano da população (SANTOS, 2005).

As novas procuras têm suscitado novas ofertas e proporcionado novas práticas turísticas que demonstram a relevância de produtos, que configuram novas escolhas geográficas como o campo, os planos de água ou a montanha (CAVACO, 2006a; CARVALHO, 2009), na sequência de novas formas de utilizar o território (CRAVIDÃO, 2006), e que têm influenciado a valorização de recursos culturais, onde o património surge como recurso diferenciador dos territórios, utilizado de forma crescente para obter vantagens comparativas entre lugares, por via de estratégias inovadoras e na delineação de novos produtos de turismo cultural destinados a captar segmentos específicos da procura turística (CARVALHO, 2006).

Nesta linha, as pressões e solicitações dos aspetos caracterizadores de cada cultura e os seus elementos diferenciadores têm provocado a mercantilização dos bens culturais (BARROS, 2004), nomeadamente do património, que se tem transformado em bem de consumo turístico traduzido em tendências várias que abarcam desde o turismo ecológico, rural, de aventura, ao religioso, de saúde e cultural, entre outros.

A consciência da esgotabilidade dos recursos do planeta, tem proporcionado um renovado olhar sobre o património natural e cultural. As questões relacionadas com o valorizar da história no seu sentido lato, por uma sociedade mais instruída e interessada e com vontade de investir bem o seu tempo de lazer, têm estado em voga.

Estamos perante o novo paradigma do património e do “uso cultural” da cultura que procura “dar um lugar ao lugar” (CARVALHO, 2005; CRAVIDÃO, op. cit.), tomando o património como argumento competitivo nas estratégias de desenvolvimento.

Entende-se pois a relação de proximidade entre os parâmetros em jogo, tal que “tourism constitutes an acceptable path to development, and cultural heritage constitutes the accepted tourist resource” (ASHWORTH, 1994: 207), onde o turismo, encarado atualmente como um dos veículos mais importantes para as trocas culturais (ICOMOS, 2007), trata o património como o sistema produtivo peculiar ao qual “se incorpora continuamente culturas, gente, lugares, comportamentos e cenários pouco conhecidos e não convencionais” (BRITTEN, 1991: 454, citado em CZERNY, 2006: 183). E é neste sentido que o turismo, como refere COSTA (1999), se vem destacando progressivamente do caráter de frívola indústria e de superficialidade, evidenciando cada vez mais razões e motivações sólidas e profundas, materializadas no plano da aprendizagem cultural.

Embora a interpretação do património constitua, segundo CUEVAS (2003), um conceito na moda, é tão antigo como a origem da Humanidade. Contudo, salienta-se hoje a importância da cultura, na sua aceção mais ampla, e os itinerários culturais desenhados em redes, que abraçam um infindável conjunto de modalidades patrimoniais, como vias promotoras de uma imagem positiva e atrativa dos territórios, dando a conhecer e a afirmar o produto cultural.

É neste sentido que novas trajetórias de desenvolvimento ganham expressão, nomeadamente nos territórios rurais, na sequência da renovada forma de encarar e reviver a ruralidade, num cenário mais diverso, complexo e multifuncional, integrando expectativas e interesses ambientais, de fruição e utilização (CAVACO, 2005). Será neste contexto que se vem (re) descobrindo o mundo rural, uma realidade incontornável, e todas as suas potencialidades através da atividade turística, que lhe vem conferindo alguma visibilidade e posição privilegiada no conjunto das regiões turísticas. Assim sendo, depois de um período em que dominaram as perspetivas produtivistas, demasiado redutoras, e na sequência da autonomização do espaço rural em relação à agricultura, que já não assegura a vitalidade da sociedade rural nem hegemoniza a utilização do espaço, consolidam-se as perspetivas territorialistas, oportunamente reconhecidas no relatório “Futuro do Mundo Rural” (1988), um dos primeiros sinais de mudança de paradigma para o mundo rural, com a descoberta e valorização de novas funções para estes territórios nomeadamente o lazer e o recreio (CARVALHO e SILVA, 2010), sendo encarado agora como “guardador de paisagens e memórias” (FIGUEREDO, 1999: 266). Muito embora o turismo não seja novo nas áreas rurais, certo é que, as funções recreativas das mesmas se diversificaram social e espacialmente (CAVACO, 2006a).

Reaviva-se o mundo rural em consequência da invenção de um novo sentido para as paisagens e os lugares, que é alheio aos residentes, novas

funções e vocações, pelos turistas (CAVACO, 2006b). Contrariando o antagonismo de que rural e desenvolvimento eram revestidos, identifica-se a atividade turística, há muito considerada como um promissor vetor de desenvolvimento rural, estando inclusive presente, hoje mais do que nunca, nos planos estratégicos delineados para estes territórios (RIBEIRO, 2003). Contudo, muitos são os que acautelam que o turismo não é o remédio universal e não contém a solução definitiva para os problemas de marginalização económica e social de muitas zonas rurais, devendo ser promovido em equilíbrio com outras atividades, dentro de um modelo integrado de desenvolvimento rural (LEADER MAGAZINE, 1993, citada em LEAL, 2001).

A Iniciativa Comunitária LEADER, nas suas três fases, configura essa atmosfera de mudança, onde através dela se procurou conferir ao rural e aos atores locais um papel mais dinâmico, mais autónomo e com capacidades de escolha e intervenção no seu próprio processo de desenvolvimento. Estava aberto caminho para a consolidação do carácter multifuncional do rural sustentado pela diversidade de recursos endógenos de que dispõe, onde o património se vem assumindo como referência âncora no seio dessa mesma estratégia, não só no sentido da sua valorização e divulgação, mas cada vez mais no sentido da preservação do valor material e, tão ou mais importante que isso, do valor simbólico e culturalmente identitário. De facto, o simbolismo do património rural sobrepõe-se ao seu real valor económico, constituindo um espaço que instiga às memórias e às vivências, que são de forma crescente os atrativos para o desenvolvimento de uma imagem turística com vista a captar os segmentos de mercado emergentes.

Para MÍNGUEZ (2003) o território e o património cultural são eixos prioritários do desenvolvimento local e rural. Começou-se a valorizar o território e o património cultural a partir da última década do século XX, onde a consideração do património territorial e cultural como recurso económico advém do renascimento do interesse pelo mundo rural em busca de legado histórico e das singularidades de cada espaço, e a sensibilidade da sociedade rural mudou impedindo a ruína do património e a perda de memória coletiva através da adaptação a novos usos.

No mundo rural (re) nascem modalidades de oferta turística que tomam como base os diversos recursos endógenos, materiais e imateriais assim como a paisagem. Referem-se o *touring* cultural, o golfe, o turismo gastronómico, o enoturismo, o turismo fluvial e náutico, o turismo termal, o TER, o turismo desportivo, entre outros que polarizam cada vez mais segmentos da procura (CAVACO, 2006a). É na sequência das novas procuras, dos novos usos da cultura e dos vastos patrimónios, e na necessidade de dar respostas, que surge a integração, a associação em rede materializada na oferta de rotas turísticas, que se pretendem requalificar através do turismo cultural.

GUZMÁN e CAÑIZARES (2008: 160) afirmam que “La clusterización de actividades y atracciones, y el desarrollo de rutas turísticas, estimula la

cooperación y relación entre las diferentes empresas de las áreas rurales”. Desta forma o turismo e a criação de rotas (diversas nos recursos base que incluem) constituem uma alternativa para levar a cabo estratégias de desenvolvimento e regeneração económica e social das áreas rurais, constituindo esta dimensão cooperativa uma das formas organizativas com mais futuro no campo do turismo rural pois podem adaptar-se de maneira mais rápida às exigências da procura (MÉNDEZ e MARTÍNEZ, 2002, citados em GUZMÁN e CAÑIZARES, op. cit.).

E é nesta linha de pensamento que se encara o turismo organizado em diversas modalidades de rotas, itinerários, circuitos e percursos desenhados em redes, que articulam sítios e lugares, configuradas a várias escalas, e alcançadas frequentemente nos patrimónios, valores patrimoniais e culturais, como modelo de desenvolvimento económico sustentável e integrador de determinados produtos turísticos e territórios (ou microterritórios), e de desenvolvimento de um sentido de pertença, capazes de dinamizar a competitividade de um território, incrementar e melhorar a produção e proteção da cultura e melhorar as condições de vida das populações.

2. Dos lugares às redes – os novos paradigmas de desenvolvimento territorial

O conceito de rede está em voga mais que nunca quando estamos perante um paradigma da valorização dos territórios não de forma isolada pois, segundo FERNANDES (2005), os lugares hoje não podem ser percecionados como pontos isolados, ilhas individuais sem qualquer tipo de relação, mas sim embrenhados numa estratégia de cooperação e integração cada vez mais horizontal.

A rede é encarada como uma forma de organização flexível composta por um conjunto de nós e conexões em construção, que estabelecem constantes relações de troca e partilha entre si, portanto que interagem e evoluem (JOHANSON e MATTSSON, 1992, citados em CORREIA, 2005; CARVALHO, 2005).

É neste sistema organizativo que se encontram diversos patrimónios, agora não apenas reduzidos ao lugar ou ao sítio mas organizados numa teia de relações que se afiguram cada vez mais complexas. As rotas turísticas, que integram modalidades várias de patrimónios, constituem hoje um dos principais argumentos dos territórios.

Podemos definir rota como a criação de um cluster de atividades e atrações que incentivam a cooperação entre diferentes áreas e que servem de veículo para estimular o desenvolvimento económico através do turismo (BRIEDENHANN e WICKENS, 2003, citados em GUZMÁN e CAÑIZARES, op. cit.). As rotas consubstanciam uma rede de recursos, com características e potencial turístico e organização própria que, articulados

entre si, proporcionam o produto/oferta turística de determinados territórios (CORREIA, op. cit.). O conceito de rota turística assume assim um caráter unificador e implica a integração de uma série de elementos que as transformem em destino turístico.

Crescem de forma exponencial, em quantidade e em diversidade, as rotas e circuitos, incluindo uma série de elementos patrimoniais, dos mais evidentes aos mais insólitos. É caso para dizer que hoje quase tudo é motivo para organização em rede e para a constituição de uma rota turística. Pensamento assumido por DOWER (1997) citado em CARVALHO (op. cit.) que sublinha que diversos elementos patrimoniais se integram facilmente em itinerários turísticos ou circuitos temáticos.

Há, de resto, vários exemplos documentados, a nível europeu e também nacional, baseados em elementos tão diferentes como os vikings, fantasmas, lugares geográficos relacionados com a literatura, caminhos de peregrinos, caminhos de ferro a vapor, canais e vias navegáveis, o vinho, percursos da transumância, dos contrabandistas, entre outros (GUZMÁN e CAÑIZARES, op. cit.; CARVALHO, op. cit.; CAVACO, op. cit.).

A importância destas rotas e destes itinerários é hoje assumida como crucial na integração e aproximação dos territórios e na construção de estratégias suprarregionais e nacionais de valorização, promoção e preservação do património, da cultura, da identidade, cada vez menos confinados à realidade microterritorial e cada vez mais assumidos como bens universais.

Ao nível europeu destaque para os “Itinerários Culturais das Regiões da Europa” que constituem desde os anos 80 um significativo impulso para a descoberta e desenvolvimento do segmento de turismo cultural. Segundo a mais recente lista publicada, são já 29 os “Itinerários Culturais” do Conselho da Europa divididos em 5 grandes temáticas: Personagens Europeias, Os Caminhos de Peregrinação, A Influência Monástica, Património Industrial na Europa e ainda nove itinerários sem qualquer integração temática, que cruzam realidades diversas mas que têm o mesmo objetivo, divulgar um território, um lugar a partir da sua identidade cultural, dos seus vestígios do passado, e fazer com que seja procurado e apreciado por turistas ativos e participativos, no presente, para que esses valores culturais se perpetuem no futuro.

Turistas que procuram a concretização das suas expectativas imaginárias e simbólicas sobre a temática eleita, sendo movidos pela vontade, embora que simbólica e ficcionada, de seguir as pautas musicais de Mozart (Itinerário de Mozart), as conquistas de D. Quixote (Rota de D. Quixote), peregrinar pelos caminhos de Santiago de Compostela (Caminhos de Santiago de Compostela), conhecer a cultura judia (Itinerário Europeu do Património Judeu) ou a pré-história (Caminhos de Arte Rupestre Pré-Histórica), como a única forma de se poderem transportar para um mundo, um cenário que, em muitos casos, já somente reside no seu imaginário, de poderem sentir como se estivessem de facto a viver, experienciar e

presenciar acontecimentos e vivências, ao tempo real das mesmas. Nesta linha, podemos afirmar que os turistas encaram estes percursos como forma de recuperar uma identidade cultural, uma pertença à história, que em algum momento, ou sentem que perderam, ou somente querem (re)conhecer e dela fazer parte ativa.

Por cá, os últimos anos têm sido profícuos em exemplos deste tipo de organização, tanto à escala interna (confinada somente a elementos nacionais) como a uma escala transnacional (abrangendo não só elementos nacionais, mas internacionais, nomeadamente europeus).

A nível nacional destaque para o papel do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico que, através dos “Itinerários e Inventários Temáticos”, tem contribuído para a implementação e divulgação deste tipo de estruturas (CARVALHO, op. cit.), nomeadamente com os exemplos “Pontes Históricas do Alentejo – Um Itinerário Cultural”, “Itinerários de Cister”, “Património Industrial – Arquitectura Industrial Moderna (1925-1965)”, “Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve” e “Património Industrial”, que procuram acima de tudo salvaguardar e dinamizar o património através de circuitos turísticos interpretativos.

Nesta esfera de valorização dos contextos territoriais e dos seus recursos e da formação de redes territoriais, no âmbito principalmente do 3º Quadro Comunitário de Apoio (2000-2006), uma referência se nos merece a constituição da “Rota dos Escritores do século XX da Região Centro” que partiu da base literária e ainda, os exemplos das Aldeias Vinhateiras, as Aldeias Históricas de Portugal, as Aldeias de Água, as Aldeias com Castelo e Património, as Aldeias de Minas, as Aldeias do Algarve e, com mais visibilidade, as Aldeias do Xisto, um projeto de intervenção integrada com vista à requalificação de um conjunto de 24 aldeias serranas localizadas na região Centro de Portugal. A sua configuração em rede, “Rede de Aldeias do Xisto, liderado pela ADXTUR, perspetivou a criação de um novo produto turístico, inovador e que se integrasse na geografia dos destinos turísticos de uma procura exigente, sustentado pela cooperação e integração a diversos níveis nomeadamente em estratégias de promoção, afirmação e consolidação de uma Marca (CARVALHO, 2009).

Nomeadamente a “Rede das Aldeias do Xisto” e a “Rede de Aldeias Históricas”, constituem iniciativas que proporcionam uma nova imagem e uma atitude mais positiva em relação às aldeias e ao mundo rural, concorrendo para relançar a autoestima das populações e afirmação de territórios deprimidos a vários níveis (BOURA, 2002/2004).

Para além destas, referem-se ainda os exemplos da Rota do Minério, Rota do Azeite (CAVACO, op. cit.), Rota dos Castelos (Castelos do Mondego, Muralhas e Torres de Dão-Lafões, Castelos Templários), Histórias com sabor a Sal, Rota do Românico do Vale do Sousa, Rotas dos Vinhos (Vinho Verde, Porto, Cister, Dão, Bairrada, Beira Interior, Ribatejo, Oeste, Bucelas, Carcavelos e Colares, Costa Azul e Alentejo), entre as rotas mais divulgadas.

À parte desta, cada vez mais diversa, panóplia de redes, rotas e circuitos turísticos congregando recursos e territórios nacionais, é interessante, contudo, constatar que esta integração de elementos patrimoniais é feita a uma escala cada vez mais transnacional, extravasando frequentemente as fronteiras administrativas das nacionalidades.

Constituem exemplo a “Rede Europeia de Turismo de Aldeia”, uma parceria constituída inicialmente por cinco regiões – Alentejo (Portugal), Arad (Roménia), Lapónia (Finlândia), Lomza (Polónia) e Trentino (Itália) – e às quais já se juntaram outras cinco regiões da Grécia, Eslovénia, Bélgica e Itália (Toscânia e Piemonte). Trata-se de um produto turístico baseado numa rede de aldeias que oferecem serviços turísticos em áreas como o património, ambiente e cultura tradicional, um projeto de promoção do desenvolvimento local que utiliza o turismo como instrumento catalisador de integração e sustentabilidade e que perspetiva o desenvolvimento do conceito de Turismo de Aldeia, a participação ativa dos atores locais e o desenvolvimento do conceito de Turismo do Imaginário – cultura, magia e natureza alicerçada em temáticas como o Megalitismo (Alentejo), Bruxaria (Itália), Shamanismo (Lapónia), Árvore da Vida (Lomza) e Lendas da Montanha (Arad). É desde 2003 apoiada pelo programa comunitário INTERREG III, e pressupõe um conjunto de atividades das quais se destacam o desenvolvimento de Planos de Aldeia, de um Documento Orientador para a Seleção de Aldeias, de um Plano Estratégico da Rede e de ações de promoção e animação turística, edição de materiais promocionais e ações de formação profissional (RODRIGUES e RODRIGUES, 2009).

A “Rede Europeia do Património Termal e das Cidades Termais”, um dos Itinerários Culturais do Conselho da Europa, desde 2010, foi criada em 2005 e tem crescido com a participação de representantes de diferentes localidades, onde as Caldas da Rainha e S. Pedro do Sul constituem as representantes portuguesas, que anualmente se reúnem por ocasião da Feira de Ourense. Aí apresentam as suas experiências e estratégias, os seus avanços na área da prática termal e sobretudo na capacitação dos seus núcleos urbanos, materializando à escala europeia um plano de intercâmbio e potenciação do interesse económico e cultural das cidades termais europeias. A cultura termal constitui o eixo estruturante deste projeto (ANTUNES, 2007).

Mais recentemente, quatro cidades portuguesas, Aveiro, Figueira da Foz, Rio Maior e Castro Marim, passaram a integrar a “Rota Turística Europeia de Cidades Salineiras” juntamente com localidades de Espanha, França e Inglaterra constituindo o traço principal do projeto “Ecosal Atlantis – Ecoturismo nas Salinas Atlânticas”, aprovado pela União Europeia, com um investimento de três milhões de euros e a duração de três anos (COSTA, 2010). O principal objetivo reside no desenvolvimento conjunto, integrado e sustentável do turismo baseado no património cultural e natural dos espaços salineiros tradicionais do Atlântico que se articula em torno de três conceitos - chave: património, desenvolvimento territorial e biodiversidade e

turismo natural. Um projeto que vai permitir que a “Rota do Atlântico/Sal Tradicional” saia do papel e se transforme num circuito turístico pelos ecomuseus de sal destes quatro países, respondendo a um objetivo global de cooperação territorial europeia, e mais concretamente de cooperação transnacional.

A uma outra dimensão, a do denominado “turismo negro”, refere-se a “Rota Europeia de Cemitérios”, também um dos Itinerários Culturais do Conselho da Europa, desde 2010. A procura destes espaços como espaços de lazer, sobretudo por turistas do Norte e Centro da Europa e asiáticos, ao contrário do que se possa imaginar, e embora seja recente, tem progredido muito em Portugal, já que os cemitérios portugueses são considerados dos mais ricos em termos de oferta de arte romântica do século XIX (ROPIO, 2010). Os cemitérios do Prado do Repouso e o Agramonte, no Porto, constituem os únicos representantes nacionais a fazerem parte desta rota, onde figuram desde 2005. Fundada em 2001, congrega mais de 60 exemplares deste tipo particular de património provenientes de 22 países da Europa e visa promover os cemitérios europeus como lugares significativos pelo seu património cultural e como partes fundamentais da herança cultural da humanidade, cooperar para proteger, restaurar e assegurar a manutenção dos cemitérios e implementar o conhecimento dos cidadãos europeus sobre a importância e significado dos cemitérios (ASCE, 2011).

3. Notas finais

Apesar da velocidade e da densificação dos fluxos, continuamos ligados a lugares, a geografias e a territórios. É neste plano que se jogam também as estratégias de desenvolvimento, este agora entendido enquanto processo de mudança e (re) construção de novos contextos (FERNANDES, op. cit.) que se configuram em novas lógicas de desenvolvimento bottom-up centradas nos territórios e nas suas especificidades, onde se destaca o património e os valores patrimoniais.

O mundo rural, cada vez menos reduzido à produção agrícola, desenha-se como um espaço multifuncional com inúmeros recursos passíveis de serem explorados numa ótica de fortalecimento e inserção na realidade global competitiva, que se tem consumado, cada vez mais através da atividade turística. O património constitui um dos elementos diferenciadores nos percursos de desenvolvimento traçados para o rural e a materialização do património e valores culturais em produto turístico tem passado, de forma crescente, pela sua associação e integração em rede.

A constituição de redes territoriais, que toma o património cultural como recurso base, tem promovido a constituição de diversos itinerários que, desde o natural, ao religioso, à música, à literatura e transversalmente, à história, procuram conferir ao lugar um lugar e o interesse pelo próximo

lugar da rede que, através de rotas turísticas têm configurado novas formas de ler, interpretar, turistificar e consumir patrimónios.

As políticas do atual período de programação e execução (2007-2013) configuram novas e diversas oportunidades neste sentido. Destaque para o PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural do Continente) que, através do seu eixo 3 “Dinamização das Zonas Rurais” e da medida 3.1. “diversificação da economia e criação de emprego”, tem na ação “desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer” uma via para potenciar a valorização dos recursos endógenos dos territórios rurais, nomeadamente ao nível da valorização dos produtos locais e do património cultural e natural, contribuindo para o crescimento económico e criação de emprego através do desenvolvimento de produtos turísticos, alojamento turístico e infraestruturas de pequena escala, tais como, centros de observação da natureza/paisagem, rotas/percursos e animação turística. E, a medida 3.2 “melhoria da qualidade de vida” através da ação “conservação e valorização do património rural” que prevê a valorização do património rural na ótica do interesse coletivo, enquanto fator de identidade e de atratividade do território, tornando-o acessível a toda a comunidade, no âmbito de uma estratégia local de desenvolvimento através da preservação do património rural construído, da refuncionalização de edifícios de traça tradicional e da preservação e recuperação de práticas e tradições culturais (MADRP, 2007).

Já o PROVERE (Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos), inserido nas Estratégias de Valorização Económica de Base Territorial, é uma das estratégias de eficiência coletiva previstas no QREN. No âmbito do PO Centro são considerados oito PROVEREs que, baseados em princípios de parceria e de cooperação, pretendem estimular iniciativas dos agentes económicos orientadas para a melhoria da competitividade territorial de áreas de baixa densidade que visem dar valor económico a recursos endógenos e tendencialmente inimitáveis do território: recursos naturais, património histórico, saberes tradicionais, entre outros (MAOTDR, 2007).

Do exposto depreendemos que este paradigma de desenvolvimento rural, que há uns anos se vem desenhando, com base na valorização, organização, integração e promoção dos seus recursos endógenos, nomeadamente dos seus patrimónios e valores culturais, se vem consolidando e aproveitando os caminhos nesse sentido. Prova disso são as oportunidades contempladas no atual quadro de políticas públicas que configuram um crescente interesse pelos territórios de baixa densidade, e que privilegiam mais do que nunca a cooperação e articulação entre territórios e atores territoriais como forma de assim se promover a sua unidade e o seu desenvolvimento em moldes sustentados e sustentáveis.

Referências bibliográficas

ANTUNES, P. (2007) : “Jorge Mangorrinha escolhido delegado da Rede de Cidades Termas”. *Jornal do Oeste* (25/11/2007), Edição Online.

ASCE (2011) : *ASCE Charter*, Association of Significant Cemeteries in Europe – ASCE, Versão Online.

ASHWORTH, G. J. (1994) : “From history to heritage: from heritage to identity: in search of concepts and models”. In ASHWORTH, G. J.; LARKHAM, P.J. (eds.): *Building a New Heritage. Tourism, Culture and Identity in the New Europe*. London, Routledge, pp. 206-228.

BARROS, J. C. (2004) : *A Projção do Quotidiano no Turismo e no Lazer*. Lisboa, Instituto Superior da Ciências Sociais e Políticas.

BOURA, I. (2002/2004) : “Património e mobilização das comunidades locais: das Aldeias Históricas de Portugal aos Contratos de Aldeia”. *Cadernos de Geografia*, nº21/23, Instituto de Estudos Geográficos e Centro de Estudos Geográficos, FLUC, Coimbra, pp. 115-126.

CARVALHO, P. (2005) : “Território e desenvolvimento: novas matrizes em contextos rurais”. In CAETANO, L. (coordenação): *Território e Trajetórias de Desenvolvimento*. Coimbra, CEG, pp.177-191.

CARVALHO, P. (2006) : “Turismo cultural, património e políticas públicas em contextos rurais de baixa densidade”. In SANTOS, G.; VIEIRA, R. e MENDES, M. (eds.): *Atas do Congresso de Turismo Cultural, Território e Identidades* (29 e 30 de novembro). Leiria, Projeto de Investigação Identidades & Diversidades do Instituto Politécnico de Leiria, pp. 1-9.

CARVALHO, P. (2009) : “Planeamento, turismo e património em territórios de baixa densidade”. *Biblos* (Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), Coimbra, Faculdade de Letras, Vol. VII (2ª série), pp. 485-506.

CARVALHO, P.; SILVA, S. (2010) : “Programas e sistemas de incentivos europeus com incidência na atividade turística em espaço rural. O exemplo do PRIME (Portugal, 2000-2006) ”. *Atas do IV Congresso de Estudos Rurais* “Mundos Rurais em Portugal – Múltiplos Olhares, Múltiplos Futuros”, Universidade de Aveiro, 16 pp. (edição online).

CAVACO, C. (2005) : “Novas formas de “habitar” os espaços rurais”, in MEDEIROS, C. A., (coord.): *Geografia de Portugal. Atividades Económicas e Espaço Geográfico* (vol.3). Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 78-91.

CAVACO, C. (2006a) : “Regionalização do turismo em áreas rurais a partir da oferta?”. In ALMEIDA, J. A. e SOUZA, M. de, (org.): *Turismo Rural: património, cultura e legislação*. FACOS/UFSM, Universidade de Santa Maria, 1ª edição, pp. 63-104.

CAVACO, C. (2006b) : “Práticas e lugares de turismo”. In FONSECA, M. L. (coord.) : *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-*

Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, pp. 299-361.

CORREIA, R. (2005) : *Marketing Turístico. Uma abordagem de rede*, Tese de Mestrado em Ciências Empresariais, Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

COSTA, A. A. (1999) : “Defesa do património e desenvolvimento de turismo de qualidade”. *Património e Turismo, Desenvolvimento e Turismo* (Livro de Atas), Ciclo de Debates 1999, Lisboa, Instituto Financeiro de Apoio ao Turismo, pp.19-28.

COSTA, J. P. (2010) : “Aveiro na rota turística do Sal”. *Jornal de Notícias* (26/01/2010), Edição Online.

CRAVIDÃO, F. (2006) : “Turismo e Cultura: dos itinerários ao lugar dos lugares” in FONSECA, M. L. (Coord.) : *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, pp. 269-278.

CUEVAS, S. M. (2003) : “ La interpretación como comunicación turística”. *Turismo y Cultura en el medio rural. Gestión sostenible y competitiva, Atas Formativas de Turismo Rural*, nº 2, Junta de Andalucía, Consejería de Turismo y Deporte, pp. 37-56.

CZERNY, M. (2006) : “Geografia de la cultura y estudios sobre el patrimonio”. In ALMEIDA, J. A. e SOUZA, M. de, (org.): *Turismo Rural: património, cultura e legislação*, FACOS/UFSM, Universidade de Santa Maria, 1ª edição, pp. 175-185.

FERNANDES, J. L. (2005) : “Imagem e simbolismo dos lugares na problemática do desenvolvimento. In CAETANO, L. (coord.): *Território e Trajetórias de Desenvolvimento*. Coimbra, CEG, pp. 157-176.

FIGUEIREDO, Elisabete (1999): “Ambiente Rural – a utopia dos urbanos?”. In CAVACO, C. (coord.): *Desenvolvimento rural: desafio e utopia*. Lisboa, CEG, pp.263-279.

GUZMÁN, T. J. López e CAÑIZARES, S. S. (2008): “La creación de productos turísticos utilizando rutas enológicas”. *PASOS – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, Vol. 6, nº 2, pp. 159-171.

ICOMOS (2007) : “Carta Internacional do Turismo Cultural. Gestão do turismo nos sítios com significado patrimonial-1999”, International Council on Monuments and Sites, Tradução de ARAÚJO, António, Versão Online.

LEAL, C. (2001): *O Turismo Rural e a União Europeia. Uma realidade em expansão. Guia prático de investimento*. Coimbra, Livraria Almedina.

MADRP (2007): *Programa de Desenvolvimento Rural - Continente (2007-2013)*, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

MAOTDR (2007): *PROVERE – das ideias à ação: visão e parcerias*, Departamento de Prospetiva, Planeamento e Relações Internacionais, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

MÍNGUEZ, L.A.H. (2003): “El desarrollo del turismo cultural en el médio rural de Castilla y León”, in *Turismo y Cultura en el médio rural. Gestión sostenible y competitiva*, Atas Formativas de Turismo Rural, nº 2, Junta de Andalucía, Consejería de Turismo y Deporte, pp. 77-113;

RIBEIRO, M. (2003): “Espaços rurais como espaços turísticos: reflexões em torno da construção da oferta de turismo em espaço rural, em Portugal”. In PORTELA, J. e CALDAS, J. C. (orgs): *Portugal Chão*. Lisboa, Celta Editora, pp. 199-215.

RODRIGUES, A. e RODRIGUES, A. (2009): “Turismo e Inovação em Espaços Rurais: estudo de caso da rede europeia de turismo de aldeia”. *Turismo em Análise*, Vol. 20, nº1, pp. 35-47.

ROPIO, N. (2010): ““Cidades dos mortos” nas rotas turísticas”. *Jornal de Notícias* (31/10/2010), Edição Online;

SANTOS, N. P. (2005): “Organização social e consumo. Práticas e lugares de consumo. O tempo livre e o lazer”. In CAETANO, L. (coord.): *Território e Trajetórias de Desenvolvimento*. Coimbra, CEG, pp. 105-134;

Endereços eletrónicos:

- Association of Significant Cemeteries in Europe – ASCE: www.significantcemeteries.org/ (consulta a 03/02/2011);

- Câmara Municipal do Porto: www.cm-porto.pt (consulta a 04/02/2011);

- Ecosal Atlantis: www.ecosal-atlantis.ua.pt (consulta a 03/02/2011);

- Genuineland – Rede Europeia de Turismo de Aldeia: www.genuineland.com (consulta a 02/02/2011);

- Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico: www.igespar.pt/pt/patrimonio/itinerarios/ (consulta a 02/02/2011);

- Instituto de Turismo de Portugal: www.iturismo.pt (última consulta a 04/02/11);

- Instituto Europeu dos Itinerários Culturais do Conselho da Europa: www.culture-routes.lu (consulta a 04/02/2011);

- Internacional Council on Monuments and Sites: www.international.icomos.org (consulta a 04/02/2011);

- Jornal de Notícias: www.jn.pt (consulta a 02/02/2011);

- Jornal do Oeste: www.oesteonline.pt/noticias (consulta a 03/02/2011);

- Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas: www.min-agricultura.pt (consulta a 02/02/2011);

- PASOS – Revista de Turismo e Património Cultural: www.pasosonline.org (consulta a 02/02/2011);

- PRODER: www.proder.pt (consulta a 02/02/2011);

- Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN): www.qren.pt (consulta a 02/02/2011);

- Turismo do Centro de Portugal: www.turismodocentro.pt (consulta a 04/02/2011);

- Viniportugal: www.viniportugal.pt (consulta a 04/02/2011).

PATRIMÓNIO CULTURAL, LAZERES TURÍSTICOS E TERRITORIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO: O EXEMPLO DAS ALDEIAS DO XISTO.

Paulo Carvalho

Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território
Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra

1. Introdução

As últimas duas décadas revelam novas políticas e intervenções centradas na utilização inovadora de recursos patrimoniais e sua ligação aos lazeres turísticos. O mundo rural e as áreas de montanha, com as suas especificidades, constituem um excelente laboratório de análise destas tendências evolutivas.

Os eixos fundamentais das matrizes teóricas e as lições dos ambientes operativos refletem a territorialização das políticas, a preocupação de promover o desenvolvimento de forma sustentada e participada, o desenho de novas lógicas de relacionamento e integração dos lugares (como, por exemplo, a criação de redes e itinerários) e a vinculação crescente dos recursos patrimoniais aos processos de requalificação urbana, revitalização social e económica, e inclusão dos lugares nos destinos do turismo alternativo.

Na ótica das intervenções mais recentes, apoiadas em programas nacionais e europeus, no âmbito da última fase de aplicação da política regional da União Europeia (2000-2006), é pertinente analisar os resultados sociais e territoriais de algumas iniciativas como, por exemplo, a Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior e o Programa das Aldeias do Xisto, e refletir sobre as oportunidades no contexto do atual período de execução das políticas públicas em Portugal.

2. Património cultural, território e sociedade

O património cultural configura uma temática de grande interesse e atualidade científica. Em ciências sociais e humanas, as principais linhas de investigação contemporânea em matéria patrimonial compreendem a (re)construção de memórias e identidades, a revitalização económica e social, a requalificação e a renovação da imagem dos territórios, e as ações (formais e informais) de educação patrimonial.

Estes interesses científicos aparecem em linha com as orientações, recomendações e outros textos juridicamente vinculativos dos principais organismos internacionais com responsabilidade nesta matéria,

designadamente a UNESCO e o Conselho da Europa. A importância destas organizações revela-se no modo como influenciaram a evolução conceptual do património (marcado por um certo nomadismo científico) e contribuíram para uma certa convergência dos critérios reguladores e da terminologia atualmente utilizada. A análise das principais tendências evolutivas permite destacar o crescimento e o alargamento do campo patrimonial; a importância crescente das dimensões imateriais (dimensões culturais intangíveis como a música, as festividades, as tradições orais e o saber fazer) e dos ambientes rurais e vernaculares; a maior ambição no que concerne à escala de intervenção, valorizando-se o contexto relacional e dialético dos bens a proteger e a valorizar (isto é, o quadro natural e construído que interfere na percepção estática ou dinâmica desses bens ou conjuntos); o interesse em aproximar (e devolver) o património aos cidadãos e estabelecer com eles uma nova relação; a participação dos cidadãos na proteção do património; a atribuição de responsabilidade crescente ao poder local (nomeadamente por via dos instrumentos de gestão territorial); o reconhecimento da importância da educação patrimonial, como processo de mediação entre o património e a sociedade (CARVALHO, 2008). Portanto, trata-se de uma visão integrada, territorial e dinâmica do património em que os seus elementos apresentam tipologias, escalas e contextos diversos.

Mas a relevância e a visibilidade do património decorre, ao mesmo tempo, da vinculação deste recurso às políticas e aos instrumentos de gestão territorial, na amplitude de funções diferenciadas (mas complementares) como o planeamento (no contexto de orientações de natureza regulamentar) e o desenvolvimento (no âmbito de orientações de natureza estratégica). No que diz respeito ao desenvolvimento, em dimensões espaciais de escala e geometria variável, as iniciativas revelam a importância do turismo cultural e ecológico (os lugares, as redes e os itinerários); os (velhos e novos) museus; os parques temáticos; os eventos culturais; o marketing dos territórios; os estatutos de proteção e a classificação dos lugares (CARVALHO, 2007). Contudo, os resultados das intervenções públicas em Portugal são pouco conhecidos, uma vez o processo de avaliação não está institucionalizado, e mesmo quando é realizado não se divulgam convenientemente os resultados. Assim, entre outros problemas, é sempre mais difícil definir orientações e recomendações para a formulação e aplicação de novas políticas de desenvolvimento sustentável relacionadas com o património. Ao mesmo tempo, é reconhecida a dispersão dos programas e das ações, a falta de cooperação, coordenação e articulação entre as instituições, os atores e a sociedade (CARVALHO e CORREIA, 2008).

3. Políticas públicas, territorialização e valorização patrimonial

No espectro geográfico das intervenções induzidas e apoiadas através de programas públicos, destacamos os ambientes de montanha. As atuais dinâmicas territoriais (em particular a refuncionalização) e a renovação da imagem das montanhas refletem a importância estratégica dos recursos ecológicos e culturais, e a sua crescente vinculação aos processos de turistificação, nomeadamente as modalidades alternativas de turismo, que podem suscitar trajetórias inovadoras e sustentadas de desenvolvimento regional e local.

As tendências evolutivas do turismo na Europa são indissociáveis do crescimento relativo de modalidades que configuram novas escolhas geográficas como, por exemplo, o campo, os planos de água e a montanha. No caso de Portugal, as estatísticas sobre as Férias dos Portugueses (da Direção Geral do Turismo), confirmam a referida tendência, em que as novas escolhas geográficas (incluindo as cidades), em alternativa ao ambiente tradicional de sol e mar, representam cerca de 20% das respostas sobre o ambiente de gozo de férias. A interpretação destes resultados não pode ser dissociada das “tendências qualitativas que marcam o novo comportamento dos turistas: mais ativos e participativos; interesses mais diversificados e segmentados (OMT, 2003); mais exigentes e menos influenciados pelas perspetivas da oferta massificada (BARROS, 2004); mais esclarecidos e informados (MCGETTIGAN, 2005)” (CARVALHO, 2006).

A territorialização das políticas e as novas formas de gestão territorial são marcas inovadoras em algumas estratégias e orientações tendo em vista integrar o património cultural nos novos usos do território e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade de vida das populações e induzir dinâmicas positivas de revitalização das estruturas económicas, demográficas e sociais. Fixamos como exemplo o Programa das Aldeias do Xisto (2000-2006).

O Programa das Aldeias do Xisto (PAX), no alinhamento de intervenções como, por exemplo, as Aldeias Históricas de Portugal (1994-2006), as Aldeias Vinhateiras do Douro (2000-2006) e as Aldeias Ribeirinhas de Alqueva (2000-2006), é uma iniciativa pública de desenvolvimento territorial suportada pela Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (Componente FEDER). Este instrumento faz parte do Eixo II (Ações Integradas de Base Territorial) do Programa Operacional da Região Centro (2000-2006). O processo de seleção dos lugares, realizado pela gestão da AIBT (centrada na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro) mediante avaliação das candidaturas apresentadas pelos municípios (através de um Plano de Aldeia, para cada lugar), permitiu fixar um conjunto de micro-territórios muito marcados por trajetórias de abandono e progressiva desvitalização demográfica, económica e social, embora com diferenças significativas no plano dos estatutos de proteção das paisagens, características demográficas, económicas e sociais, e estruturas edificadas, nomeadamente o número de imóveis, o estado de conservação, a tipologia e as características

arquitetónicas e a tipologia de ocupação (CARVALHO, 2006). Importa referir a instalação de gabinetes técnicos locais, com uma plataforma multidisciplinar, que na maioria dos casos foram responsáveis pela elaboração dos Planos de Aldeia e/ou a sua implementação.

Os vinte e quatro lugares eleitos para o PAX (23 selecionados inicialmente e mais um integrado na fase final do Programa) encontram-se repartidos por catorze municípios das sub-regiões do Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Beira Interior Sul e Cova da Beira. A geografia do PAX é marcada por dois subconjuntos territoriais: o agrupamento de lugares da Serra da Lousã e da sua bordadura sudoeste (que perfazem mais de 50% dos aldeias integradas no Programa) e o alinhamento de aldeias na proximidade do Médio Zêzere, cuja articulação com a região e o país decorre da utilização de três portas de acesso principais: a Serra da Lousã (por via das estradas nacionais nº 2, 17-1, 236, 342, e do itinerário complementar nº 3), o itinerário complementar nº 8 (IC8) e a autoestrada nº 23 (A23).

A partir da «requalificação de um conjunto de aldeias serranas (recuperação de coberturas e fachadas, requalificação de espaços sociais, instalação de mobiliário urbano, recuperação de pavimentos de ruas e calçadas, infraestruturação com redes básicas)» pretende-se constituir «uma rede de sítios de interesse turístico» (CCRC, 2001: 38). Por outras palavras, a requalificação territorial, a patrimonialização e a turistificação servem de pretexto a uma ambição maior: melhorar a qualidade de vida da população, elevar a sua autoestima e revitalizar o tecido económico e social (CARVALHO, 2008).

O PAX, no trilho de convergência de preocupações económicas, sociais e patrimoniais, é apenas uma das linhas de ação da AIBT do Pinhal Interior. Com efeito, a estruturação desta AIBT, segundo os principais domínios de intervenção e investimentos realizados, reflete a primazia atribuída a dois grandes domínios: o turismo (cultural e ambiental) e o património (CARVALHO, 2006; 2008). Segundo elementos relativos a janeiro de 2006, o investimento total aprovado aproxima-se de 25 milhões de euros, destacando-se o PAX (com 10.63 milhões de euros e 44.8% do investimento) e as iniciativas de valorização do património natural e cultural, entre as mais importantes neste domínio, com 52% do investimento aprovado (12.36 milhões de euros). Os projetos aprovados neste último contexto cobrem diversas áreas como, por exemplo, as praias fluviais (figura 1) e a museologia (CARVALHO, 2006). Por sua vez, o Sistema de Incentivos Específicos para o Pinhal Interior (SIEPI), embora com menor expressão financeira (apenas 3.2% do total de investimento elegível aprovado), mostrou-se de grande relevância para apoiar a instalação ou o reforço de iniciativas de investimento empresarial nas áreas do alojamento turístico, animação turística, restauração, comércio e divulgação de produtos locais (designadamente artesanato). A título de comparação, podemos referir que o Programa das Aldeias Históricas de Portugal, no período de 1994 até 2002, apoiou investimentos (concretizados) de cerca de 35 milhões de euros

(montante que, entretanto, terá ultrapassado os 40 milhões de euros), repartidos por uma dezena de lugares (CARVALHO, 2005). Por outro lado, é importante referir outras linhas de ação concretizadas, como a reabilitação social, em que foram realizadas diversas ações de formação dirigidas às populações das Aldeias do Xisto no sentido de dotá-las com as competências básicas em diversas áreas, designadamente atendimento turístico, pedreiros do xisto e gastronomia (A. CARVALHO, 2006).



Fonte: Paulo Carvalho

Figura 1. Alfubeira de Santa Luzia e praia fluvial do Casal da Lapa
(Pampilhosa da Serra, 2007)

A análise da distribuição do investimento aprovado no âmbito do PAX, segundo as categorias de intervenção e os territórios envolvidos, com base em resultados publicados no âmbito da nossa investigação (CARVALHO, 2006; 2008), permitiu fixar as seguintes conclusões:

- De modo individual, destacam-se os imóveis particulares (37.5% do investimento aprovado), os espaços públicos (19.7%), as infraestruturas (10.9%) e estas duas componentes (13.2%); por último, com 10.2% aparece a intervenção nos espaços públicos.

- As câmaras municipais são o maior investidor do PAX; esta ideia é reforçada pelo facto de o esforço de investimento das autarquias ser mais elevado, em face da menor taxa de compartição do Estado e da União Europeia para os domínios de intervenção em causa (espaços públicos e infraestruturas básicas).

- Desigualdades de distribuição do investimento aprovado segundo os lugares, segundo o intervalo de variação de 152 mil (Casal de São Simão) a 1.2 milhões de euros (janeiro de Cima). De igual modo, as diferenças de

investimento aprovado no plano dos municípios são muito marcadas: entre 152 mil euros (Figueiró dos Vinhos) e 1.7 milhões de euros (Fundão).



Fonte: Paulo Carvalho

Figura 2. Imóveis particulares requalificados, em janeiro de Cima (Fundão), no âmbito do PAX (2010)

No início de 2006 estavam aprovadas 424 intervenções em imóveis particulares (figura 2), 34 intervenções em imóveis públicos, 47 ações em espaços públicos e cerca de 30 ações relacionadas com infraestruturas, isto num quadro de execução que estava próximo dos 50% (CARVALHO, 2006).

A implementação do PAX decorreu em duas fases: a primeira, com resultados muito diferenciados, foi orientada para a requalificação e infraestruturização dos lugares serranos; a segunda enfatizou as ações de promoção e animação das Aldeias do Xisto, consideradas essenciais para integrar estes territórios na agenda dos destinos turísticos culturais e ecológicos. Relativamente a esta última tarefa, reconhecemos como muito importante a criação de incentivos específicos orientados para apoiar iniciativas de investimento empresarial (como já se referiu) e a elaboração de um Plano Global de Desenvolvimento Sustentado das Aldeias do Xisto, preparado e promovido pela PINUS VERDE (Associação de Desenvolvimento, com sede no Centro Dinamizador das Aldeias do Xisto – aldeia da Barroca, concelho do Fundão), com o apoio da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, e numa parceria com diversos municípios, entidades institucionais e agentes económicos e culturais da região, que assume como prioritárias as seguintes ações:

- Conceber uma marca (imagem) de qualidade que identifique e promova o território. Este objetivo, concretizado através da criação da

marca “Aldeias do Xisto”, deve ser aprofundado por via de uma campanha de marketing territorial adequada às finalidades turísticas em causa.

- Colocação de placares informativos da aldeia e da rede em cada aldeia.

- Colocação de sinalética direcional na rede viária.

- Continuação da revista “Aldeias do Xisto”. Após a primeira série, editada pela gestão da AIBT do Pinhal Interior, com cinco números publicados (de distribuição gratuita), a revista entrou numa nova fase editorial, adquirindo uma nova imagem e estrutura, que demonstra um estilo de vida e reflete o objetivo de convidar e seduzir a população, em especial o público mais jovem e com elevado poder de compra, a visitar e fruir as Aldeias do Xisto (como destino turístico emergente).

- Estabelecimento de uma rede de lojas (Lojas Aldeias do Xisto) em regime de franchising. O objetivo é comercializar produtos das Aldeias do Xisto, recomendados com um selo que pretende reconhecer a qualidade dos mesmos. Depois da primeira loja, que abriu em Lisboa, entre a Sé e o Castelo de São Jorge, foram inauguradas novas lojas como, por exemplo, em Aigra Nova (Góis), Candal (Lousã – figura 3), Barroca (Fundão), Pedrógão Pequeno (Sertão), Martim Branco (Castelo Branco), Fajão (Pampilhosa da Serra), Casal de São Simão (Figueiró dos Vinhos), Barcelona e Coimbra.

- Criação de uma Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto (ADXTUR), uma espécie de órgão colegial com entidades públicas e privadas, tendo em vista a gestão partilhada da marca “Aldeias do Xisto”, a oferta de produtos e serviços turísticos, a promoção conjunta do território e a salvaguarda e valorização do património rural.

- Elaboração e implementação de um Plano de Animação Turística das Aldeias do Xisto.

- Promoção turística das Aldeias do Xisto e dos produtos turísticos associados.

- Construção de uma rede de lugares (Rede das Aldeias do Xisto), a partir dos sítios intervencionados no quadro do PAX, isto é, através de um conjunto diversificado de iniciativas pretende-se transformar um programa de desenvolvimento numa rede funcional (CARVALHO, 2008).



Fo
nte: Paulo Carvalho

Figura 3. Loja “Aldeias do Xisto” – espaço exterior (Candal, 2010)

Ao mesmo tempo, é importante a elaboração e a divulgação de suportes informativos de grande difusão sobre os territórios e as atividades de animação turística e cultural, com estrutura e tratamento literário e científico adequado, tendo em vista sensibilizar e atrair potenciais visitantes e turistas, assim como aproximar e envolver mais a população residente. Isto significa que, além da revista Aldeias do Xisto e de um site na WEB (www.aldeiasdoxisto.pt), é necessário estruturar e difundir outros suportes de comunicação, como por exemplo, livros, folhetos de informação turística, CD's ou DVD's interativos, entre outros. Em paralelo, será muito relevante a definição e marcação de rotas pedestres (caminhos e veredas do xisto) centradas nas aldeias (CARVALHO, 2008).



Fonte: Paulo Carvalho

Figura 4. Sinalética direcional para percursos pedestres e BTT (Ferraria de São João, Penela, 2011)

A abertura de um novo período de programação das políticas públicas (2007-2013) significa novas oportunidades num quadro de objetivos mais exigentes e de maior cooperação e integração, em que se destaca o PROVERE (Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos) e o PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural do Continente) – sendo o primeiro destes dois programas a principal fonte de apoio para uma parte muito significativa das atividades em curso. Na área geográfica do interior centro de Portugal, as Aldeias do Xisto, as Aldeias Históricas e o Geoparque Naturtejo, entre outros, são exemplos paradigmáticos de iniciativas (e agentes institucionais) com grande potencial de articulação, tendo em vista ganhar escala e conquistar novos mercados.



Fonte: Paulo Carvalho

Figura 5. Prova de Downhill “Avalanche” – setor da meta (Lousã, 2011)

Em síntese, trata-se de uma iniciativa que pretende criar e afirmar um produto turístico e uma marca de qualidade, destinada a um segmento de mercado (relativamente jovem e com elevado poder aquisitivo) que prima pela exigência (qualidade do serviço, oferta de animação, informação e acompanhamento), associada ao lazer e ao turismo cultural e de natureza, capaz de permitir a criação de uma nova (ou renovada) base económica local

ancorada ao património cultural e natural. A matriz operativa decorre da construção de uma rede integrada de sítios (requalificados e dotados de novas ou renovadas funcionalidades) e de parcerias ativas envolvendo entidades públicas e privadas, que partindo da geografia do PAX possa crescer e integrar novos territórios, bem como procurar novas oportunidades de afirmação.

A ADXTUR (com 16 municípios e mais de 70 operadores privados) constitui uma plataforma muito relevante no percurso de consolidação das Aldeias do Xisto. A oferta de serviços e produtos turísticos dos seus associados (alojamento, restauração, animação turística e comércio tradicional), articulada com o calendário de animação através de eventos em áreas como a atividade desportiva informal (nomeadamente os passeios pedestres e o BTT – figura 4) e formal (que inclui provas nacionais e internacionais de Downhill – figura 5, X-Trail e Ultra-Trail), o artesanato, a recriação do ciclo etnográfico rural, entre outras, é uma das faces de maior visibilidade da ação inovadora deste órgão colegial, tendo em vista gerir e promover a marca Aldeias do Xisto, articular entidades públicas e agentes privados, induzir dinâmicas locais de desenvolvimento sustentável (através da diversificação e dinamização das atividades económicas, designadamente na área do turismo), valorizar recursos endógenos e contribuir para a integração das Terras do Xisto nas dinâmicas emergentes do mercado turístico.

Referências bibliográficas

ALVERGNE, C. et TAULELLE, F. (2002) : *Du Local à l'Europe. Les Nouvelles Politiques d'aménagement du Territoire*. Paris, PUF.

ASHWORTH, G. J. and LARKHAM, P.J. (eds.) (1994) : *Building a New Heritage.Tourism, Culture and Identity in the New Europe*. London, Routledge.

BACHOD, L.; JACOB, Ph. et TOULIER, B. (2002) : *Patrimoine cultural bâti et paysager. Classement, conservation, valorisation*. Paris, Éditions Dalloz.

BALLART HERNÁNDEZ, J. et al. (2001) : *Gestión del patrimonio cultural*. Barcelona, Ariel.

CARVALHO, A. (2006) : “Programa das Aldeias do Xisto: caminhos para o Turismo de Natureza”. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, nº 6, Aveiro, Universidade de Aveiro, pp. 27-30.

CARVALHO, P. (2005) : *Património cultural e trajetórias de desenvolvimento em áreas de montanha. O exemplo da Serra da Lousã*. Dissertação de doutoramento em Geografia apresentada à FLUC, Coimbra, 657 pp.

CARVALHO, P. (2006) : “Turismo cultural, património e políticas públicas em contextos rurais de baixa densidade”. In SANTOS, M. G.;

VIEIRA, R. e MENDES, M. (eds.) – *Atas do Congresso de Turismo Cultural, Território e Identidades*. Leiria, Instituto Politécnico de Leiria, 21 pp.

CARVALHO, P. (2007) : “Património(s), políticas públicas e promoção do desenvolvimento local em Portugal: da requalificação urbana aos novos territórios e produtos turísticos”. *Atas do 13º Congresso da APDR (1º Congresso de Conservação e Gestão da Natureza e 1º Congresso Lusófono de Ciência Regional)*, Universidade dos Açores, Campus de Angra do Heroísmo, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, 27 pp.

CARVALHO, P. (2008) : “Património cultural, ordenamento e desenvolvimento: uma nova visão e valorização do território”. *Cadernos de Geografia*, Coimbra, Instituto de Estudos Geográficos (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), nº 24/25 (2005/2006), pp. 209-226.

CCRC (2001): *Programa Operacional da Região Centro: 2000-2006*. Coimbra, 97 pp.

CCDRC (2003/2004) : *Aldeias do Xisto*. Revista de acompanhamento do Programa das Aldeias do Xisto do Pinhal Interior do PORC (2000-2006), n.º 1 a 5, Coimbra.

CHOAY, F. (1992) : *L'Allégorie du patrimoine*. Paris, Editions du Seuil, 1992.

FERNANDES, J. L. e CARVALHO, P. (2003) : “Património, memória e identidade: repensar o desenvolvimento”. In CAETANO, L. (coord.) : *Território, Ambiente e Trajetórias de Desenvolvimento*. Coimbra, Centro de Estudos Geográficos, pp. 193-217.

FONTAL MERILLAS, O. (2003) : *La educación patrimonial. Teoría y práctica en el aula, el museo e internet*. Gijón, Ediciones Trea.

HENRIQUES, C. (2003) : *Turismo, Cidade e Cultura. Planeamento e Gestão Sustentável*. Lisboa, Edições Sílabo.

HALL, D.; ROBERTS, L. and MITCHELL, M. (2003) : “Tourism and the Countryside: Dynamic Relationships”. In HALL, D.; ROBERTS, L. and MITCHELL, M. (eds.) : *New Directions in Rural Tourism*. Aldershot, Ashgate, pp. 3-15.

HOWARD, P. (2003) : *Heritage: management, interpretation, identity*. London, Continuum, pp. 1-13.

IPPAR (2004) : *Revista Estudos/Património*. Lisboa, Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico, nº 7 (Outros Patrimónios), pp. 5-55; 221.

IPPAR (2006): *Património [...] Somos Nós. Jornadas Europeias do Património*. Lisboa, Instituto Português do Património Arquitetónico, 16 pp.

MARQUES, H. e MARTINS, L. (1998) : “Memória, herança, património e paisagem”. *Cadernos de Geografia* (Homenagem ao Doutor J. M. Pereira de Oliveira), Coimbra, IEG/FLUC, nº 17, pp. 123-128.

MONTEIRO, N. (2003) : “A patrimonialização do espaço rural e o património edificado. Algumas notas”. In PORTELA, J. e CALDAS, J. C. (orgs.) : *Portugal Chão*. Lisboa, Celta Editora, pp. 217-230.

PINUS VERDE (2005/2006) : *Aldeias do Xisto (A descoberta Começa Aqui)*. Fundação, PINUS VERDE (Associação de Desenvolvimento), série II, nº 1, 2 e 3.

PINUS VERDE (2006) : “Aldeias do Xisto: um novo destino no centro de Portugal”. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, Aveiro, Universidade de Aveiro, nº 6, pp 95-100.

PEDESTRIANISMO E PERCURSOS PEDESTRES EM PORTUGAL

Zília Tovar

Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Paulo Carvalho

Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território

Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra

1. Introdução

A prática de andar a pé em trilhos sinalizados, ou pedestrianismo, é uma atividade que tem vindo a ganhar um número crescente de praticantes. O pedestrianismo, definido pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal como o desporto dos que andam a pé, é uma atividade que procura os caminhos tradicionais, no meio rural e nas cidades, no interior e no litoral. Para facilitar a sua prática foram criados percursos pedestres sinalizados que têm por finalidade conduzir os praticantes que os percorrem.

As federações, os clubes, as associações e outras entidades ligadas às atividades de lazer de ar livre são importantes impulsionadores do pedestrianismo, ao promoverem a marcação de percursos pedestres e a realização de atividades de pedestrianismo. O crescente número de praticantes elevou a prática de um lazer informal a uma verdadeira ação turística (PEARCE e BUTLER, 2005; WILLIAM, 2009), potencialmente geradora de benefícios a nível local (TOVAR, 2010).

O presente trabalho explora o tema do pedestrianismo e dos percursos pedestres em Portugal, avaliando a sua dimensão e expressão territorial, através da análise das atividades de pedestrianismo e dos percursos pedestres homologados.

A metodologia decorre de um conjunto de tarefas fundamentais designadamente: análise documental de publicações científicas e de divulgação técnica sobre o tema do pedestrianismo e percursos pedestres; análise documental de diferentes materiais e suportes de divulgação de percursos pedestres; pesquisa e análise da distribuição geográfica das atividades de pedestrianismo em Portugal, através de informação disponível na Internet, no blog Pedestrianismo e Percursos Pedestres; pesquisa e análise da distribuição geográfica dos percursos pedestres em Portugal, considerando a informação disponibilizada online pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, relativa aos percursos pedestres homologados; análise da distribuição geográfica das atividades e percursos, através de cartografia produzida com base no Atlas Português do Ambiente.

A estrutura da comunicação, para a prossecução destes objetivos, reflete dois eixos principais. Na primeira parte, introduzimos o tema do pedestrianismo e dos percursos pedestres, distinguindo conceitos e mostrando a expressão e os contornos da atividade de pedestrianismo na

Europa. Na segunda parte, enfatizamos a temática do pedestrianismo e dos percursos pedestres em Portugal. A análise da expressão territorial do pedestrianismo é feita com base na oferta de atividades promovidas por diversas entidades entre os anos 2007 e 2009. Por último, é apresentada uma distribuição territorial das atividades, dos percursos pedestres homologados, bem com da relação existente entre atividades e percursos e entre atividades, percursos e território.

2. O pedestrianismo no contexto das práticas de lazer

São diversos os fatores que influenciam a procura de atividades de lazer. HALL e PAGE (1999) referem, além da disponibilidade financeira, a sazonalidade, o género e condicionantes sociais e os recursos e modas.

O rendimento económico e a disponibilidade financeira, não condicionam de forma expressiva as atividades de lazer de baixo custo (KAY e JACKON, citados por HALL e PAGE (1999). Contudo, PATMORE (1983), citado em HALL e PAGE (1999), defende que as pessoas mais qualificadas, com maiores rendimentos e meio de transporte próprio, tendem a ter os tempos de lazer mais ativos e com maior variedade de atividades, tanto na sua área de residência como fora.

A sazonalidade e os condicionalismos impostos pelo clima, influenciam a prática das atividades de ar livre. No caso dos passeios pedestres, demasiado calor, chuva e neve, são condições desfavoráveis.

O género é um fator poderoso em termos de influência na prática de atividades de lazer (HALL e PAGE, 1999). As mulheres com filhos têm menos tempo livre e participam menos em atividades de lazer. Contudo, no caso do pedestrianismo, verifica-se que as mulheres têm uma representatividade importante. Os programas de passeios pedestres dirigidos a famílias com filhos pequenos contribuem certamente para esta participação das mulheres.

A idade é também um fator importante. De acordo HALL e PAGE (1999), que se basearam em dados do *Greater London Recreation Survey of 1972*, a participação em atividades como o golfe ou caminhar aumenta com a idade.

A proximidade de casa ao recurso necessário para a realização de atividades de lazer está fortemente relacionada com a prática da atividade. BURTON (1971), citado por HALL e PAGE (1999), demonstrou que os britânicos praticavam três vezes mais determinada atividade se esta fosse na proximidade de sua casa (a uma distância de cerca de 800 e 1200 metros). De acordo com este padrão, o pedestrianismo terá maior expressão em áreas com uma boa oferta de percursos pedestres.

A atividade de percorrer distâncias a pé em trilhos sinalizados (pedestrianismo) permite um contato próximo com a paisagem (figura 1) e “pode sensibilizar as pessoas para a importância da proteção dos recursos

naturais e culturais, promovendo o bem-estar e a qualidade de vida dos que o praticam. Esta atividade é ainda particularmente atrativa nas vertentes pedagógica, científica, lúdica e turística” (CALIXTO e DORES, 2008: 3).

Expressões, em português, como caminhar, andar a pé, praticar pedestrianismo, ou *walking*, *hiking* (EUA) ou *rambling* (Reino Unido), em inglês, encontram-se na literatura e referem-se todas à mesma atividade de andar a pé, em trilhos sinalizados ou promovidos para esse fim. A palavra *trekking*, também associada à mesma atividade, utiliza-se para designar as deslocações a pé, de alguns dias, em grande parte através de carreiros ou trilhos, em áreas montanhosas sem ligação a outras vias de comunicação (BIETOLINI, 2007).



Fonte: Paulo Carvalho

Figura 1. Pedestrianistas na Praia do Zavial (Costa Vicentina, 2010)

As principais motivações associadas ao pedestrianismo são o contato com a natureza, o bem-estar físico e a descoberta (LOPES, 2003), motivações que se encontram descritas para os mercados de Turismo de Saúde e Bem-Estar e, sobretudo, de Turismo de Natureza, mercados com fortes perspectivas de crescimento (TOVAR, 2010).

O pedestrianismo apresenta um conjunto de características que contribuem para a sua popularidade e crescimento entre as atividades de lazer, designadamente: é uma atividade de baixo custo para o praticante, pouco exigente em termos de forma física, sendo praticado por mulheres, crianças e pessoas pertencentes às faixas etárias mais elevadas. A oferta de percursos sinalizados é cada vez mais abrangente em termos geográficos, facilitando o acesso a um maior número de pessoas (TOVAR, 2010).

“Porque é cada vez maior a procura de espaços geográficos com características contrastantes das áreas urbanas como espaços de lazer; a

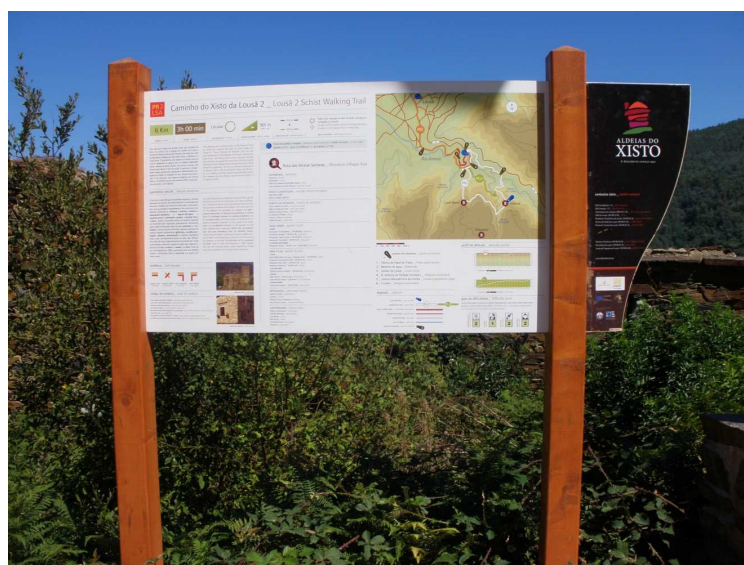
preocupação com os benefícios relacionados com a saúde que trazem as “novas” atividades de lazer; a preocupação com as questões ambientais de onde surge uma necessidade de preservar o meio natural; uma tendência para a aproximação às raízes e à preservação das tradições, e a procura de um espaço informal como ambiente e meio de transmissão/aquisição de conhecimento e valores, torna-se cada vez mais pertinente a implementação de percursos que se adequem às tendências atuais e que, ao mesmo tempo, permitam a preservação de valores patrimoniais (sejam eles naturais, históricos, culturais ou outros)” (BENTO, 2000: 10-11).

Diversas entidades assumem um papel de relevo na criação e manutenção dos percursos pedestres¹, designadamente clubes e federações ligadas ao desporto, montanhismo, campismo ou turismo, entidades da administração pública nacional, regional ou local, e ainda entidades ligadas ao turismo.

De acordo com TOVAR (2010: 23-24), “A sinalização de um percurso pedestre é de extrema importância. Um percurso pedestre bem sinalizado/marcado pode ser percorrido em total segurança sem recurso a mapas ou textos descritivos. A marcação de percursos com pintura é bastante frequente e consiste em desenhar marcas definidas e reconhecidas, ao longo de todo o trajeto, que guiam os seus utilizadores, como se de um fácil jogo de pistas se tratasse”. A sinalização pode ser complementada com placas e painéis indicativos e informativos (figura 2), com o objetivo de fornecer aos utilizadores mais informação sobre o trilha.

¹ Em relação à forma, os percursos pedestres são classificados na maioria das publicações especializadas em percursos lineares/abertos (quando começam e terminam em locais diferentes) ou circulares/fechados (quando começam e terminam no mesmo local).

No que concerne à extensão, é possível destringir os percursos pedestres de grande rota (GR), em geral superiores a 30 quilómetros, que atravessam regiões ou mesmo países, e que não se conseguem percorrer em um dia, e os percursos pedestres de pequena rota (PR) que não excedem os 30 quilómetros e podem ser percorridos em uma única jornada. Recentemente foram também considerados os percursos pedestres locais (PL) cuja totalidade ou mais de metade do trajeto decorre em contexto urbano. Branco e vermelho, amarelo e vermelho, e verde e branco são as cores utilizadas para sinalizar estes diferentes percursos, respetivamente.



Fonte: Paulo Carvalho

Figura 2. Sinalização (painel informativo) de percurso pedestre, na Serra da Lousã (Portugal, 2010)

3. As atividades de pedestrianismo

Segundo KOUCHNER e LYARD (2001), o pedestrianismo envolve cerca de 3 milhões de praticantes em Itália e França, 10 milhões no Reino Unido e 30% dos suecos dedicam-se ao passeio em florestas ou caminhos rurais. Estes autores afirmam ainda que esta atividade está em forte expansão em todos os países.

Embora não seja fácil encontrar dados sobre o número de praticantes de pedestrianismo, é notória a dimensão da atividade, a nível europeu, pela quantidade de grupos organizados ligados à prática de andar a pé. A *European Rambler's Association* (ERA), fundada em 1969 na Alemanha, com os objetivos de criação e melhoria de condições para a prática de pedestrianismo, integra mais de 50 organizações, de 26 países europeus e conta com cerca de 5 milhões de membros individuais (TOVAR, 2010).

O desenvolvimento do pedestrianismo e dos percursos pedestres é relativamente recente em Portugal, apontando-se a década de 90 (século XX) como uma referência incontornável neste domínio, com a divulgação das normas de marcação, a sinalização dos primeiros percursos, a edição das primeiras publicações² e o incremento da organização destas atividades.

Os principais promotores de percursos e dinamizadores de atividades de pedestrianismo são, inicialmente, os clubes. Numa fase posterior, as câmaras municipais, juntas de freguesia e associações de desenvolvimento

² A título de exemplo, referem-se autores como CARVALHO e AMARO (1996), ROMÃO e BARREIROS (1999), e FARINHA (2000).

assumem um importante papel na promoção da atividade, através da implementação de novos percursos pedestres e da organização de atividades. Hoje é comum encontrar grupos de caminhantes a percorrerem trilhos, um pouco por todo o país.

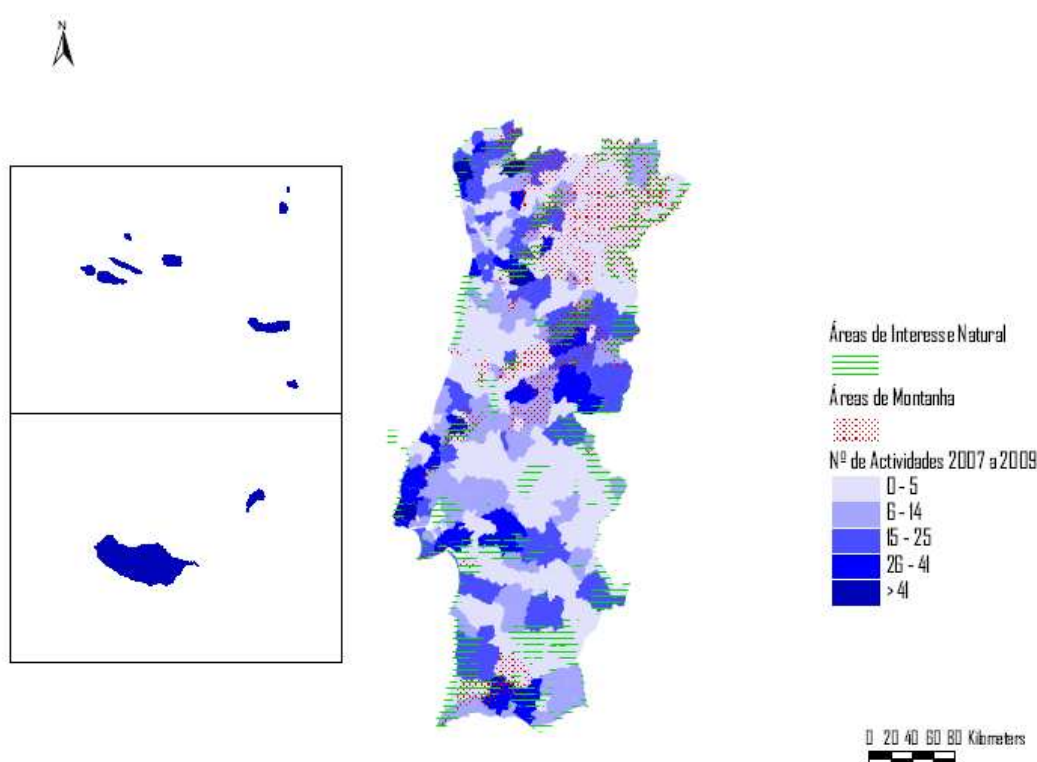
O número e características do pedestrianista português não são conhecidos. De uma análise exploratória ao mercado de trilhos pedestres, RODRIGUES (2006), citada por TOVAR (2010), apresenta conclusões que permitem aferir algumas características do pedestrianista em Portugal, nomeadamente ao fazer a distinção entre “o pedestrianista” e “o não pedestrianista” e entre “o pedestrianista português” e o “pedestrianista estrangeiro”. Os resultados são baseados na análise de 300 inquéritos respondidos por pedestrianistas e não pedestrianistas (100 não pedestrianistas, 100 pedestrianistas portugueses e 100 pedestrianistas estrangeiros), em centros comerciais (os não pedestrianistas) e em trilhos no Gerês, Serra da Estrela, S. Jacinto, Buçaco e Borba (os pedestrianistas). Os inquiridos de nacionalidade estrangeira provêm de França (54%), Holanda (11%), Alemanha (9%) e Inglaterra (9%).

A principal diferença entre pedestrianistas e não pedestrianistas, segundo os elementos apresentados, está relacionada com a atitude face à natureza. O pedestrianista, ao contrário do não pedestrianista, é um amante da natureza e vê nela uma forma de escape à vida quotidiana. Para o pedestrianista a natureza é vista como um elemento de aventura, enquanto o não pedestrianista a encara com algum desinteresse e mesmo como um espaço de certa insegurança.

O pedestrianista estrangeiro, de acordo com os elementos apresentados, tem uma maior sensibilidade em relação à natureza, às questões de responsabilidade ambiental e maior experiência na fruição dos espaços naturais e prática de pedestrianismo.

Como refere TOVAR (2010), o blog Pedestrianismo e Percursos Pedestres³, talvez o mais difundido entre organizadores e praticantes, reúne e divulga, desde 2006, informação sobre atividades de pedestrianismo programadas, a nível nacional, por clubes, associações, câmaras municipais e outras entidades. Disponibiliza um calendário com atividades de pedestrianismo organizadas por 95 clubes/grupos, 82 câmaras municipais e juntas de freguesia e 60 associações e outras entidades locais, regionais e nacionais, cobrindo a totalidade do território nacional. Estas consistem em caminhadas com duração inferior a um dia, temáticas ou não.

³ <http://pedestrianismo.blogspot.com/> (10-12-2009).



Fonte: TOVAR (2010: 45)

Figura 3. Atividades de pedestrianismo em Portugal (2007-2009)

Fazendo uma avaliação do que o pedestrianismo representa em Portugal, considerando o número de atividades programadas por diversas entidades (cerca de 240, em 2008-2009, sem finalidades comerciais), pode afirmar-se que, como prática de lazer, o pedestrianismo tem uma importância significativa, ocorrendo com crescente regularidade em todo o território nacional. Contudo, a este nível, destacam-se as regiões Norte (28%), Lisboa e Vale do Tejo (26%), e Centro (21%), que em conjunto perfazem 75% do total, como as mais dinâmicas na organização de atividades de pedestrianismo (TOVAR, 2010).

Em relação ao número de atividades programadas, para o ano de 2009, foram apresentadas 1780 atividades. Considerando que estas ocorrem geralmente ao fim de semana, em média realizam-se cerca de 34 atividades por fim de semana, em todo o país e ao longo de todo o ano. De igual modo, é evidente o crescimento significativo (mais 61%) do número de atividades de pedestrianismo programadas entre 2007 e 2009.

A distribuição geográfica das atividades de pedestrianismo (figura 3) faz sobressair algumas áreas do território nacional, de Norte a Sul e ilhas, que têm em comum integrarem ambientes de montanha e espaços de elevado interesse natural. Com efeito, destaca-se o Parque Nacional da Peneda-Gerês, a região da Serra da Freita, o concelho de Idanha-a-Nova e área

envolvente, os concelhos que integram as Serras de Aire e Candeeiros, a Serra de Sintra e o Litoral da região de Lisboa, os concelhos de Montemor-o-Novo e Évora, no Alentejo, e os concelhos de Loulé, Tavira e Alcoutim, no Algarve (TOVAR, 2010).

4. Os percursos pedestres

De acordo com a *European Ramblers Association* (2009), a Europa é atravessada por uma rede de 11 percursos de Grande Rota abrangendo vários países. “Estes percursos, que se desenvolvem num total de quase 55000 quilómetros, constituem eixos de uma imensa rede que integra milhares de quilómetros de percursos locais, de dimensão variável e articulando-se de forma a satisfazer diferentes tipos de utilizadores. Partes destes percursos sobrepõem-se a algumas rotas históricas, como a mítica GR65, o caminho francês de peregrinação a Santiago de Compostela” (TOVAR, 2010: 27).

Alguns países da Europa têm longa tradição em pedestrianismo, uma vasta rede de percursos sinalizados e bons materiais de divulgação, destacando-se a Áustria, a França, a Alemanha, a Grã-Bretanha e a Suíça. Países como a Dinamarca, Hungria, Luxemburgo e Suécia, apresentam uma rede de percursos pedestres complementada por abrigos e outros locais de alojamento turístico, permitindo a pernoita dos pedestrianistas ao longo dos itinerários.

Os territórios de montanha, pela sua especificidade, tiveram e continuam a representar um papel importante no desenvolvimento do pedestrianismo. Os Alpes, os Pirinéus e os Picos da Europa são destinos de referência, com uma ampla oferta de possíveis percursos pedestres, com bons suportes de informação, traduzidos em várias línguas, serviços de guia, e estruturas de apoio, como alojamento e abrigos, nas proximidades dos percursos.

Em Portugal existem quase 3500 quilómetros de percursos pedestres homologados⁴ (TOVAR, 2010), distribuídos pela totalidade do território nacional, com exceção do arquipélago dos Açores (onde existe uma importante oferta deste tipo de equipamento, embora não homologados pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal).

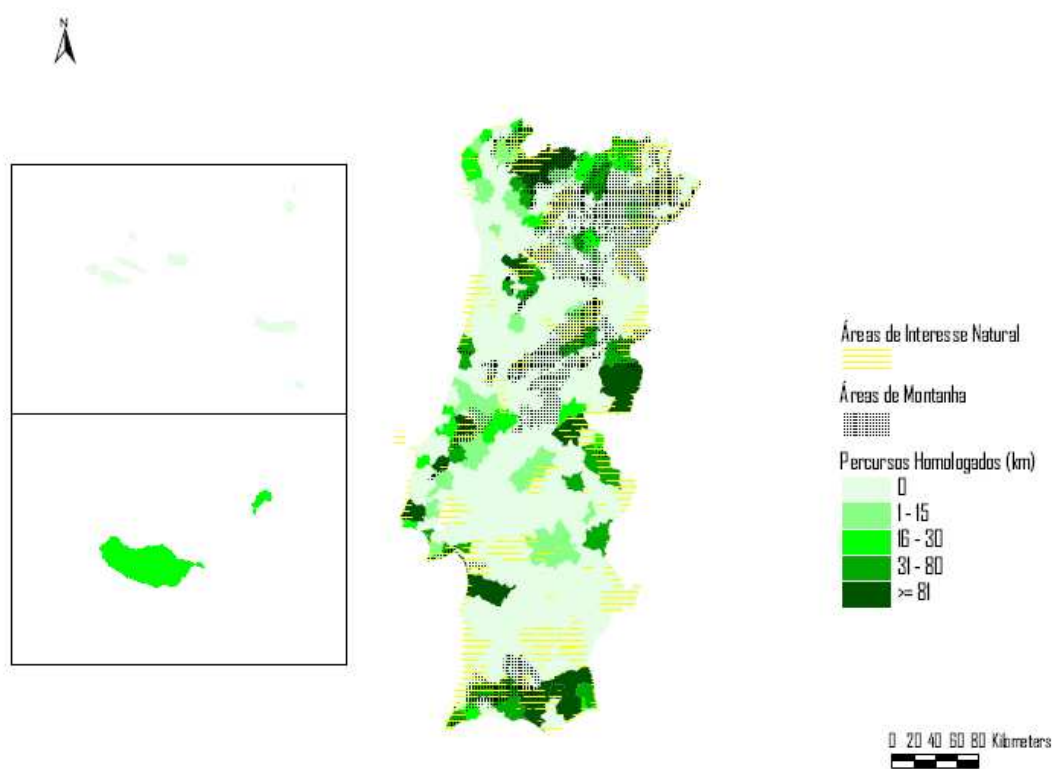
⁴ Como reconhece TOVAR (2010: 53), “Apesar das competências e dos esforços da FCMP, no sentido de promover o pedestrianismo em Portugal e apelar à homologação e registo de percursos, os recursos reais existentes para a prática desta atividade são bem mais extensos que os dados apresentados. De facto, existe uma grande quantidade de percursos pedestres que não se encontram homologados e consequentemente não integram o Registo Nacional de Percursos Pedestres”.

O primeiro percurso pedestre foi homologado em 1997. Trata-se do PR1 “Rota da Serra”, um percurso pedestre circular, com 17 quilómetros, no concelho de Grândola, promovido pelo CIMO – Clube Ibérico de Montanhismo e Orientação, com sede em Almada (GONÇALVES, 2002).

“Destacam-se as regiões Norte (1025,6 km), Centro (761,5 km) e Algarve (755,8 km), que em conjunto perfazem 2542,9 km de percursos pedestres homologados, ou seja, 76% do total.

O total de quilómetros de percursos apresentado corresponde a percursos de pequena rota e percursos de grande rota, sendo a maioria de pequena rota (cerca de 71%), ou seja, percursos que se percorrem numa jornada, geralmente com extensão inferior a 30 km” (TOVAR, 2010: 48).

Relativamente a estes últimos, “o continente apresenta 98,8% do número de percursos pedestres de pequena rota e concentra 99,2% do total de quilómetros. A região Norte é a região com maior número e total de quilómetros de percursos pedestres de pequena rota, seguindo-se a região Centro, o Algarve, o Alentejo e Lisboa e Vale do Tejo. A região da Madeira⁵ tem apenas 3 percursos pedestres, com um total de 18,8 km.



Fonte: TOVAR (2010: 51)

Figura 4. Percursos pedestres homologados em Portugal (2010)

⁵ Nas regiões da Madeira e dos Açores, existe legislação regional relativa aos percursos pedestres, o que pode explicar a quase inexistência de percursos pedestres homologados de acordo com as normas da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal e reflete que os percursos pedestres são reconhecidos, nestas regiões, como um recurso importante para certos nichos turísticos que visitam as ilhas.

Considerando todos os percursos pedestres homologados (figura 4), TOVAR (2010) refere que os concelhos em que existe maior número de quilómetros de percursos homologados, com mais de 80 quilómetros de percursos, se situam em áreas de grande interesse natural, como são os casos dos seguintes municípios:

- Terras de Bouro e Montalegre, no Parque Nacional da Peneda-Gerês, e o concelho vizinho de Vieira do Minho;
- Arouca, que integra a Zona Especial de Conservação (ZEC) das Serras da Freita e Arada (PTCON0047);
- Idanha-a-Nova, com a Zona de Proteção Especial (ZPE) Tejo Internacional, Erges e Pônsul (PTZPE0042);
- Nisa, muito próximo do Parque Natural da Serra de S. Mamede, com grande parte da sua área na ZEC de São Mamede (PTCON0007);
- Porto de Mós, no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros;
- Cadaval, na Área de Paisagem Protegida da Serra de Montejunto;
- Sintra, no Parque Natural Sintra-Cascais;
- Grândola, que integra a ZEC Comporta/Galé (PTCON0034);
- Loulé e Tavira, no Parque Natural da Ria Formosa;
- Alcoutim, que integra a ZEC Guadiana (PTCON0036).

É ainda de realçar que estes concelhos, que dominam o panorama nacional em termos de quilómetros de percursos pedestres homologados, têm no seu território importantes áreas de montanha, como as Serras da Peneda e Gerês, Serra da Freita, Serra de Penha Garcia, Serras de Aire e Candeeiros, Serra de Montejunto, Serra de Sintra, Serra de Grândola, Serra de S. Mamede e Serra do Caldeirão.

Os concelhos que se enquadram no nível imediatamente abaixo, em número de quilómetros de percursos homologados, na categoria “31-80 km”, são concelhos que se situam na vizinhança dos primeiros. Destacam-se áreas formadas por conjuntos de concelhos, vizinhos uns dos outros, com assinalável ocorrência de percursos pedestres homologados, a saber:

- A área junto à fronteira Norte do país, desde Melgaço até Bragança, que se estende para Sul englobando os concelhos de Guimarães e Amarante, estendendo-se pelo litoral, entre Valença e Póvoa do Varzim;
- A área de Arouca, S. Pedro do Sul e Vouzela;
- A área de Penamacor e Idanha-a-Nova;
- A região das Serras de Aire e Candeeiros e Serra de Montejunto e o seu prolongamento para o litoral, formando uma faixa, nem sempre contínua, entre Leiria e Grândola;
- Por fim, a terceira área do país em número de quilómetros de percursos homologados (a região do Algarve) que apresenta uma superfície bem definida e de expressiva continuidade (TOVAR, 2010).

De modo análogo ao que se verifica em relação à distribuição geográfica das atividades de pedestrianismo, também a oferta de percursos pedestres homologados é maior em áreas de montanha e de elevado interesse natural (como a Rede Nacional de Áreas Protegidas e a Rede Natura 2000) –

figura 4. Estas configuram as principais áreas de potencial desenvolvimento de produtos de turismo de passeio pedestre.

Neste contexto, os percursos pedestres assumem importância como forma de complementar a experiência do turista num determinado destino, ao constituírem mais uma oferta de atividade em que o turista pode participar, mas também podem assumir o papel principal no produto turístico e constituírem a razão da deslocação ao destino.

5. Conclusão

No conjunto de atividades de ar livre, o pedestrianismo destaca-se como atividade em crescimento, pela sua informalidade, baixo custo e fácil acesso.

Andar a pé, em percursos pedestres, está muito associado a um estilo de vida saudável, não só pelo exercício físico em si, mas também pelo convívio social e por se praticar ao ar livre, preferencialmente em contato com a natureza. Embora seja praticado em qualquer tipo de meio, do mais natural ao mais urbano, é com os espaços naturais que o pedestrianismo tem maior relação.

Portugal não é um país com forte tradição de pedestrianismo, contudo a atividade tem vindo a desenvolver-se. Fazendo uma avaliação do que o pedestrianismo representa em Portugal, considerando o número de atividades programadas por diversas entidades, pode afirmar-se que, como atividade de lazer, o pedestrianismo tem uma importância significativa, ocorrendo com crescente regularidade em todo o território nacional.

Ao nível da organização de atividades de pedestrianismo, destacam-se as regiões Norte e Lisboa e Vale do Tejo como as principais dinamizadoras. A distribuição geográfica das atividades faz sobressair algumas áreas do território nacional, de Norte a Sul e ilhas, que têm em comum integrarem ambientes de montanha e espaços de elevado interesse natural. Ao mesmo tempo, verifica-se a preferência dos pedestrianistas pelas paisagens de montanha e áreas de grande interesse natural.

Em Portugal existem largas centenas de quilómetros de percursos pedestres homologados, distribuídos pela totalidade do território nacional, com exceção do arquipélago dos Açores (onde existe uma importante oferta deste tipo de equipamento, embora não homologados pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal).

À semelhança do que se verifica em relação à distribuição geográfica das atividades de pedestrianismo, também a oferta de percursos pedestres homologados é maior em áreas de montanha e de elevado interesse natural (como a Rede Nacional de Áreas Protegidas e a Rede Natura 2000).

Fatores como o elevado interesse natural de uma região ou existência paisagens de montanha, determinam a prática de pedestrianismo e também a existência de percursos pedestres homologados. Áreas de montanha e de

elevado interesse natural, constituem as principais áreas de potencial desenvolvimento de produtos de turismo de passeio pedestre.

Neste contexto, os percursos pedestres assumem importância como forma de complementar a experiência do turista num determinado destino, ao constituírem mais uma oferta de atividade em que o turista pode participar, mas também podem assumir o papel principal no produto turístico e constituírem o motivo da deslocação ao destino.

Referências bibliográficas

BENTO, T (2000) : *GR22. Grande Rota das Aldeias Históricas*. Lisboa, INATEL

BIETOLINI, A (2007) : *Manual de Caminhada – Trekking*. Arte Plural Edições.

CALIXTO, V e DORES, A (2008) : *Guia de Percursos Pedestres (Algarve)*. Faro, Região de Turismo do Algarve e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.

CARVALHO, A. e AMARO, P. (1996) : *Guia da Rede de Percursos da Serra da Lousã*. Coimbra, Quercus (Associação Nacional de Conservação da Natureza).

CARVALHO, P. (2009) : “Planeamento, turismo e património em territórios de baixa densidade”. *Biblos*, Vol. VII (2ª série), pp. 485-506.

GONÇALVES, J. (2002) : *Passo-a-passo. Percursos Pedestres de Portugal*. Lisboa, Federação Portuguesa de Campismo, Instituto Nacional do Desporto.

HALL, C. e PAGE, S. (1999): *The Geography of Tourism and Recreation – environment, place and space*. London and New York, Routledge.

FARINHA, J. (coord.) (2000): *Percursos. Paisagens & Habitats de Portugal*. Lisboa, Assírio e Alvim e Instituto de Conservação da Natureza.

KOUCHNER, F. e LYARD, J. (2001) : “A valorização do turismo de passeio pedestre nos territórios rurais – Guia pedagógico para a elaboração e execução de um projeto de passeio pedestre”, *Inovação em Meio Rural*, Caderno nº. 12. <http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-pt/biblio/walking/walking.pdf> [Acedido em 12 de fevereiro de 2006].

LOPES, A. (2003) : *Percursos pedestres no Parque Natural do Vale do Guadiana. Contribuição para a sua implementação no âmbito do Turismo de Natureza*. Dissertação de Mestrado em Gestão de Recursos Biológicos, Universidade de Évora, Évora.

PEARCE, D. e BUTLER, R. (2005) : *Contemporary issues in Tourism Development*. London and New York, Routledge.

RODRIGUES, A. (2006) : “Os Trilhos Pedestres como uma atividade de lazer, recreio e turismo – uma análise exploratória ao mercado dos trilhos

pedestres em Portugal”, *Revista Turismo & Desenvolvimento*, nº 6, pp. 83-94.

ROMÃO, F. e BARREIROS, P. (1999) : *Guia de Percursos da Serra do Açor e Vale do Ceira*. Coimbra, Quercus.

TOVAR, Z. (2010) : *Pedestrianismo, Percursos Pedestres e Turismo de Passeio Pedestre em Portugal*. Dissertação de Mestrado em Turismo (Gestão Estratégica de Destinos Turísticos), Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, Estoril.

WILLIAM, S. (2009) : *Tourism Geography. A New Synthesis*. London and New York, Routledge.

PATRIMÓNIO E MUSEUS EM CONTEXTO RURAL: DOS LUGARES DE MEMÓRIA AOS TERRITÓRIOS DO LAZER E DO TURISMO

Paulo Carvalho

Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território
Faculdade de Letras - Universidade de Coimbra

1. Introdução

O alargamento da noção de património é acompanhado de orientações e instrumentos para a diversificação, revitalização e requalificação rural e que estão na base de importantes iniciativas de salvaguarda e valorização do património rural (ou em contexto rural) com a crescente vinculação ao lazer e turismo, de que os projetos museológicos são parte.

Os exemplos nacionais e internacionais revelam iniciativas centradas na recolha e exposição de peças e testemunhos do passado (paisagem, território e sociedade), de utensílios do quotidiano e das práticas rurais (do trabalho ao lazer), na organização e disponibilização (acesso público) do espólio de figuras relevantes do mundo rural (através das casas-museu), mas de igual modo são evidentes propostas mais ambiciosas, com espaços museológicos abertos, polinucleados, de escala supramunicipal, no sentido de valorizar a paisagem, o património e a participação da população (residentes e visitantes), bem como a criação de redes temáticas, de tutelas ou locais, entre outras.

Reconhecendo que os museus rurais integram de forma crescente centros de documentação, lojas, serviços de cafetaria/restauração, atividades formativas e pedagógicas, entre outras, que, assim, complementam a sua oferta, pretendemos com esta comunicação deixar um contributo para discutir, na perspetiva geográfica, a importância atual do património cultural e dos museus em contexto rural (temática que terá como suporte geográfico da componente empírica o caso de Portugal).

2. Património e desenvolvimento rural

O património emerge como temática de grande visibilidade e relevância estratégica no âmbito do desenvolvimento dos territórios e das populações, em ambientes geográficos de geometria variável, e sob diferentes pretextos: requalificação e revitalização territorial, melhoria das condições e qualidade de vida das populações, reconstrução de memórias e identidades, processos de mediação educativa (educação patrimonial), e integração dos lugares na esfera dos lazeres turísticos, entre os mais significativos.

Na ótica dos principais documentos orientadores e normativos internacionais, entre convenções, recomendações, resoluções e restantes atos, através de instituições de referência como por exemplo a UNESCO, o ICOMOS e o Conselho da Europa, as tendências evolutivas do património permitem sublinhar: o crescimento e alargamento do campo patrimonial; a maior relevância das dimensões imateriais e dos ambientes rurais e vernaculares; a valorização do contexto paisagístico (uma vez que o quadro natural e construído interfere de forma significativa na perceção estática ou dinâmica dos bens); a aproximação em relação aos cidadãos (incentivar a participação dos cidadãos nas diversas tarefas relacionadas com a proteção e a valorização do património e estabelecer com eles uma nova relação); a democratização do acesso à cultura; a responsabilidade crescente atribuída ao poder local (designadamente no contexto dos instrumentos de gestão territorial), o incremento das estratégias de cooperação e a construção de redes, o carácter utilitário (no sentido de encontrar/atribuir função); e ainda o reconhecimento da educação patrimonial (CARVALHO, 2011).

Portanto, estamos perante um conceito marcado por uma acentuada plasticidade temporal e espacial (uma vez que seus elementos matriciais configuram escalas, tipologias e contextos diversos) e um incontornável nomadismo científico (como se depreende da expressão “ciências do património”).

A integração do património nos processos de desenvolvimento económico, social e cultural dos territórios e das populações, revela uma tipologia ampla e complexa de estratégias/intervenções, que inclui os lazeres turísticos, designadamente o turismo cultural e ecológico (lugares, rotas e redes), os museus e os parques temáticos, os eventos culturais, os estatutos de proteção e a classificação de lugares, as operações de requalificação urbanística e ambiental, entre as mais relevantes (CARVALHO, 2010).

As perspetivas e as intervenções da União Europeia no âmbito do mundo rural refletem a transição de uma conceção agrícola, centrada na agricultura e direcionada para os agricultores e suas organizações, para uma conceção pós-agrícola alicerçada na valorização de novas atividades como suporte essencial da renovação e viabilidade do mundo rural, que por sua vez acompanha o maior interesse da população urbana em relação aos territórios rurais. Esta última, de cariz territorial, norteadora para o território e para o conjunto da população rural, considera que a política agrícola deve ser integrada no quadro de uma política de desenvolvimento rural que impulse a diversificação de atividades e dote os territórios rurais de infraestruturas e equipamentos suficientes para que a população se mantenha nos espaços rurais em condições de qualidade (MOYANO ESTRADA, 2006) e responda aos desafios da sociedade do lazer, e assim configura novas oportunidades para salvaguardar, valorizar e fruir o património, como o demonstram diversos programas e iniciativas sobretudo na última década, através de exemplos paradigmáticos entre lugares, rotas e redes.

No presente, a política europeia de desenvolvimento para os espaços rurais reconhece a especificidade dos territórios e do seu potencial de recursos, e reflete orientações e objetivos diferenciados, através de medidas de apoio direcionadas para os setores agrícola e florestal (tendo presente as preocupações de competitividade e eficiência produtiva, e as exigências ambientais), para a diversificação da base económica e para a revitalização social.

A aplicação desta política diferenciada nas suas iniciativas e destinatários deverá sedimentar uma ruralidade com mais dignidade e qualidade de vida, e contribuir para salvaguardar e valorizar os recursos estratégicos do mundo rural, como é o caso do património cultural.

O interesse cultural relevante do mundo rural, de acordo com valores de “memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade”, e a sua inclusão no património, reflete bens materiais (imóveis e móveis) e imateriais, “mas também, quando for caso disso, os respetivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa”, como assinala a Lei nº 107/2001, de 8 de setembro (que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural português).

O património rural material imóvel assume diferentes dimensões ou expressões como por exemplo as estruturas edificadas de maior simbolismo e expressão patrimonial, entre edifícios de natureza militar (atalaias, castelos, muralhas e fortificações), religiosa (mosteiros e conventos), e civil (palácios, palacetes, casas brasonadas e solarengas) de forma individual ou em conjunto; as construções com menor pretensão artística e arquitetónica mas igualmente relevantes (como os imóveis para habitação e pequenas edificações relacionadas com a devoção religiosa); os caminhos antigos de ligação entre lugares, de acesso aos terrenos de cultivo e aos espaços florestais, de circulação do gado; as estruturas de apoio à circulação (terrestre – nas vertentes pedestre, rodoviária e ferroviária; fluvial e marítima) e as suas obras de arte (pontes, pontões, fontenários); as igrejas, capelas e ermidas; as estruturas produtivas pré-industriais (fornos de carvão, telha e cal, engenhos – papel e açúcar –, moinhos, azenhas, lagares); as gramáticas de pedra (muros, socacos, curraletas); os sistemas de irrigação e de adução de água (poços, noras, engenhos, levadas, aquedutos e fontenários); os imóveis de serviços públicos (de habitação como as casas da guarda florestal e dos cantoneiros, e de apoio como os anexos das casas florestais e os depósitos de ferramentas da junta autónoma de estradas); as construções relacionadas com as atividades agrícolas, pecuárias e florestais tradicionais (palheiros, celeiros, adegas, espigueiros, eiras, pombais, abrigos de pastores, cisternas, canais e levadas para armazenar e conduzir água). Em sentido mais global, a paisagem, quando construída pelas populações rurais e capaz de manifestar uma relação harmoniosa e equilibrada com o suporte físico, assumindo uma evidente dimensão cultural, é também uma forma incontornável de património material (as paisagens vinhateiras do Alto

Douro e da Ilha do Pico, em Portugal, reconhecidas como de valor universal pela UNESCO, são dois exemplos paradigmáticos deste conceito).

De igual modo, é necessário considerar as estruturas e os equipamentos relacionados com as atividades de pendor industrial, como, por exemplo, a lavra ativa em minas (ferro, volfrâmio, ouro, cobre), a tecelagem e a fiação, a fileira da cortiça e do papel, e ainda os edifícios ligados a figuras de relevo na vida local ou nacional, em áreas como a política, a ciência, as artes (pintura, escultura, música) e as letras, e também aqueles que albergaram serviços e funções públicas como, por exemplo, escolas, igrejas (capelas e ermidas), casas que serviram de sede do poder (político e judicial).

Os bens culturais móveis suscetíveis de integrar o património cultural repartem-se por “espécies artísticas, etnográficas, científicas e técnicas, bem como espécies arqueológicas, arquivísticas, áudio-visuais, bibliográficas, fotográficas, fonográficas”. As formas de expressão no mundo rural incluem, para além dos sítios de interesse arqueológico, os objetos do quotidiano, do espaço de produção (ferramentas, utensílios e alfaia agrícolas) ao espaço de vida familiar (vestuário, mobiliário, peças utilitárias de barro, esmalte, louça e vidro), e ainda os utensílios de atividades em contexto rural, desde os estabelecimentos de comércio e “serviços”), aos espaços pré-industriais e industriais.

Os bens imateriais configuram “realidades que, tendo ou não suporte em coisas móveis ou imóveis, representam testemunhos etnográficos ou antropológicos com valor de civilização ou de cultura com significado para a identidade e memória coletivas”. Estão neste caso, as “expressões orais de transmissão cultural e os modos tradicionais de fazer, nomeadamente as técnicas tradicionais de construção e de fabrico e os modos de preparar os alimentos” (Lei n.º 107/2001), entre outros. No mundo rural, destacam-se as técnicas e os saberes-fazer no âmbito de atividades como a agricultura, a criação de gado/pecuária, a silvicultura, o artesanato e outras artes e ofícios tradicionais; as músicas e as festividades; os momentos mais marcantes do ciclo etnográfico (matança do porco, descamisada, apanha e moagem da azeitona), as tradições orais, entre outras. A gastronomia merece também realce neste domínio, com o reconhecimento de produtos tradicionais genuínos e singulares, através de medidas normativas orientadas para a sua valorização (por exemplo, os estatutos de denominação de origem protegida e denominação de origem controlada), e de formas voluntárias de organização/associação tendo em vista defender e promover esses produtos, como é o caso das confrarias (CARVALHO, 2012).

3. Museus em contexto rural: salvaguarda e fruição de património(s)

O alargamento da noção de património foi acompanhado de orientações e instrumentos para a diversificação, revitalização e requalificação rural e que estão na base de importantes iniciativas de salvaguarda e valorização do

património rural (ou em contexto rural) com crescente vinculação ao lazer e turismo, de que os projetos museológicos são parte.

Em Portugal, na última década e meia, ganharam visibilidade intervenções como, por exemplo, Aldeias Históricas (Beira Interior), Aldeias do Xisto (Pinhal Interior), Aldeias de Água ou Ribeirinhas (Alqueva), Aldeias Históricas e Vilas do Alentejo e Aldeias Vinhateiras (Douro). Para além destas, apoiadas em instrumentos de desenvolvimento nacionais e regionais (com cofinanciamento da União Europeia através dos fundos estruturais), como foi o caso do Programa do Potencial de Desenvolvimento Regional (que esteve na base do Programa das Aldeias Históricas, em 1994-1999), das Ações Integradas de Base Territorial (que alavancaram as intervenções nas Aldeias do Xisto, Aldeias Vinhateiras, Aldeias Históricas e Aldeias de Água, em 2000-2006), importa considerar diversas outras iniciativas alicerçadas em instrumentos de natureza setorial em particular as que decorreram do Programa LEADER e ainda as relacionadas com as áreas da cultura e turismo que permitiram a concretização de inúmeros projetos museológicos rurais (ou em meio rural).

O Museu Rural no parque temático do Arnado (Ponte de Lima), no âmbito de uma intervenção de valorização ou requalificação de margens ribeirinhas com a manutenção de paisagens rurais e a sua recuperação para utilizações de características lúdicas e culturais; os núcleos sede, de investigação e de gastronomia do Ecomuseu da Serra da Lousã (Lousã); o Museu Judaico de Belmonte, o Museu da Geodesia (Vila de Rei), o Museu do Piódão (Arganil), o Complexo Monumental de Idanha-a-Velha (que inclui diversos espaços museológicos como sítios arqueológicos e monumentos musealizados, museus de história e arqueologia, e museus mistos e pluridisciplinares) e Mértola (Vila Museu), são alguns exemplos de iniciativas museológicas com o apoio de programas públicos nacionais e comunitários.

A crescente iniciativa de criação de museus e espaços museológicos rurais não pode ser dissociada do alargamento do conceito de museu e das práticas museológicas, dos novos territórios do lazer lúdico e cultural, e dos desafios ou oportunidades de desenvolvimento sobretudo em territórios com maior potencial de recursos endógenos vinculados ao património. A ligação ao desenvolvimento local, uma vez que os museus (tal como as rotas e as redes patrimoniais) são considerados fatores de construção de futuro em matéria de desenvolvimento local na medida em que, de forma planeada e com inovação, podem valorizar os recursos endógenos, criar cadeias de valor acrescentado também com a participação da população local e, assim, promover dinâmicas locais sustentáveis.

As novas formas de atuar em museologia envolvem o alargamento da noção de património, a valorização e o papel central da paisagem enquanto matriz cultural, a investigação da realidade cultural do território numa perspetiva de interdisciplinaridade (CARVALHO, 2003), o envolvimento da população, segundo uma preocupação de partilha de poderes, e a “(...) ideia

de realçar os valores locais dentro de uma perspectiva de cultura integrante de todos os valores” (a cultura como uma vivência global integrada), como refere JORGE (2001). No registo de PRIMO (1999), a “Museologia Tradicional” é aquela que se exerce dentro de um edifício, com uma coleção, para um público determinado, exercendo uma função educadora (educação formal), enquanto a “Nova Museologia” é exercida dentro de um território, trabalhando o património cultural com uma comunidade participativa.

Na génese e evolução das formas de expressão da “nova museologia” é evidente a influência do pensamento e da atividade pioneira desenvolvida por Georges-Henri Rivière, nomeadamente a criação dos parques naturais franceses. Mais do que túmulos onde se fossilizavam os objetos de arte, ou depósitos de peças, misturadas entre si, normalmente segundo critérios decorativos e estéticos, o grande mestre Rivière pensava que os museus deviam ser fontes vivas e testemunhos de cultura(s).

Como sublinha PESSOA (2001), o conceito de parque natural, com origem na Alemanha, no final da década de 20 do século passado, procura preservar aspetos de algumas regiões rurais onde se mantinha uma relação harmoniosa das ações humanas, protegendo pontualmente alguns aspetos mais significativos da flora e da fauna e tentando manter atividades tradicionais da população que estavam na origem da paisagem criada.

Já anteriormente haviam surgido na Escandinávia os museus ao ar livre, reconstituindo aldeias características e mostrando atividades tradicionais das populações nórdicas, que evoluíram rapidamente para novos padrões da sociedade tecnológica moderna (CARVALHO, 2002).

É através da evolução dos parques naturais, que em França adquirem a sua melhor expressão como instrumentos de ordenamento do território e de pedagogia do ambiente, que se consolidam as ideias de Rivière sobre o ecomuseu, conceito que, no entanto, só apareceu em 1971 – na conferência geral do ICOM, em Grenoble – graças a Hugues de Varine Boham, sucessor de Rivière na direção desse organismo (fundado em 1946), e que, dessa forma, designou a conceção museológica evolutiva através da qual se revela a natureza e a evolução do homem no território onde vive (PESSOA, 2001).

Do ecomuseu, das suas salas de exposição nova e dinâmica, partem os percursos de descoberta da Natureza e do Homem, por onde os visitantes poderão admirar e aprender “in loco” o que o museu lhes ensinou (PESSOA, 2001). Uma série de atividades completam o ecomuseu, que envolve desde o princípio a participação ativa da população (quer através da cedência de peças para as exposições quer trabalhando nas diferentes estruturas que funcionam no seu âmbito, como sejam as oficinas artesanais), a quem, afinal, se destina em primeiro lugar.

Assim revelam-se as componentes fundamentais do ecomuseu: o museu do tempo e o museu do espaço; o primeiro é o palco do relato cronológico da génese e evolução da paisagem, através de peças selecionadas para estabelecer o fio condutor do museu; o segundo, tradução espacial dos

ensinamentos do museu do tempo, envolve os valores autênticos e originais da cultura e natureza em contexto próprio, afinal toda a região em causa.

A evolução do conceito francês “écomusée” colocou em evidência a crescente dificuldade em envolver todos os pressupostos enunciados e os contextos definidos pelos seus teorizadores (HUDSON, 1996), nomeadamente a componente de participação ativa e quotidiana da população, o que levou PESSOA (2001), reconhecendo essas dificuldades de aplicar a designação de ecomuseu original, a sugerir a vantagem de utilizar o conceito de “museu de interpretação da paisagem”.

Em relação ao universo de museus rurais (ou em contexto rural) mais recentes, a investigação científica permite evidenciar alguns casos que ajudam também a compreender a crescente amplitude e complexidade das realidades museológicas em Portugal.

O Museu da Cortiça (Silves) surgiu em 1999, no âmbito de um investimento de empresários locais para refuncionalizar a Fábrica do Inglês (antiga fábrica Avern, Sons & Barris) e apresenta uma exposição permanente sobre o património industrial corticeiro do Algarve, dando a conhecer como se processa a transformação da casca do sobreiro.

Este Museu, galardoado com o prémio de melhor Museu Industrial da Europa em 2001 (ano em que recebeu mais de 100 mil visitantes), é composto por espaços variados como as salas de interpretação e a de audiovisuais, oficina transformadora, oficinas de serralharia, ferraria e de correeiro, casas da máquina e da prensa, centro de documentação, arquivo e reserva e oficina de restauro.

Contudo, dificuldades financeiras estão na origem do encerramento deste espaço museológico (em maio de 2010) e do complexo de animação turística que albergava também espaços de restauração e espetáculos, com inevitáveis externalidades negativas no que diz respeito ao movimento de visitantes (turistas e excursionistas) e atividades culturais na antiga capital do Algarve, assim como ao futuro do acervo (maquinaria e documentação) sobre a história da indústria da cortiça (considerado um dos mais importantes a nível mundial). Entretanto o acervo documental foi transferido para o Arquivo Distrital de Faro, ao abrigo de um protocolo entre a administração da Fábrica do Inglês e a Secretaria de Estado da Cultura, através da Direção-Geral de Arquivos, numa altura em que parte do complexo está à venda em hasta pública.

A temática industrial está também retratada em exemplos de implantação urbana como o Museu do Papel (Santa Maria da Feira) e o Museu dos Lanifícios (Covilhã). O Museu do Papel está instalado num espaço que integra “três antigos imóveis papaleiros, do séc. XIX, em Paços de Brandão – a Fábrica do Engenho Novo, a Fábrica de Custódio Pais e a Fábrica dos Azevedos. É um Museu dedicado ao fabrico do papel, com um espaço de produção manual e um espaço industrial onde se mostra o processo de fabrico em contínuo. Destaca-se ainda uma coleção de Marcas de Água e um espólio constituído por peças oriundas de diferentes fábricas

do país” (Lifecooler, 2012). O Museu de Lanifícios, gerido pela Universidade da Beira Interior, “está dividido pelos núcleos da Real Fábrica de Panos, da Real Fábrica Veiga e das Râmolas de Sol. É considerado um dos melhores museus da Europa nesta área. O primeiro preserva a memória da manufatura do Estado, aqui mandada instalar pelo marquês de Pombal em 1764. As estruturas e os objetos conservados evocam os primórdios da industrialização que recorria, ainda, à água das ribeiras da serra como força motriz principal. O segundo núcleo, correspondente a uma fase tecnológica mais avançada e que estava ligada à maquinaria a vapor. Caldeiras de vapor da antiga Fábrica Veiga, as antigas instalações tintureiras, com as suas fornalhas e os poços cilíndricos para tingir as lãs, são algumas das coisas que se podem ver neste museu” (Lifecooler, 2012).

De acordo com dados oficiais relativos ao período de 2007 a 2009, este espaço museológico recebeu quase oito mil visitantes/ano, os quais são provenientes de forma maioritária de municípios localizados a Sul da Serra da Estrela, com destaque para Lisboa, Sintra, Seixal e Oeiras, todos da região da Grande Lisboa (MENDES, 2011). Através de um estudo comparativo com o Museu do Pão (Seia), MENDES (2011) conclui que quase dois terços dos visitantes do Museu de Lanifícios são turistas (e utilizam empreendimentos turísticos, sobretudo estabelecimentos hoteleiros, como meio de alojamento), enquanto no Museu do Pão apenas cerca de um terço dos visitantes foram considerados turistas. Importa referir ainda que o Museu de Lanifícios apresenta um público com um nível académico mais elevado do que os inquiridos do Museu do Pão, o que pode indicar que os visitantes têm maior interesse em matérias culturais e patrimoniais.

O Museu do Pão (Seia) é uma iniciativa privada com génese em 1996, através de um grupo de professores e empresários com bastante interesse pela gastronomia tradicional serrana, que durante os seis anos seguintes reuniram todo o espólio e edificaram o espaço museológico (AMADO, 2011). Situado na Quinta Fonte do Marão, num edifício recuperado e ampliado para o efeito, o Museu do Pão (que abriu ao público em 2002), apresenta diversas dimensões ou valências, nomeadamente salas expositivas (“Ciclo do Pão”, “Arte do Pão”, “Pão Político, Social e Religioso”), espaço lúdico-pedagógico (com elevada interação, através da recriação do ciclo do pão e da sua confeção), bem como espaços de comércio (padaria e antiga mercearia) e serviços (bar-biblioteca e restaurante). O número de visitantes do Museu do Pão, entre 2003 e 2010, tem sido superior aos 100 mil/ano (com algumas exceções), o que revela o interesse suscitado por esta unidade sobretudo em relação ao público português (que representa 95% do total de visitantes). AMADO (2011) na dissertação de mestrado em Geografia que dedicou ao Museu do Pão, refere que 97% dos visitantes é de origem nacional e destes cerca de 65% é proveniente da Região Centro (o que está em linha com as conclusões da investigação de MENDES, em 2011), sublinha que cerca de 68% dos inquiridos afirmam que apesar da passagem pelo Museu do Pão, este não foi o principal destino da sua viagem

(destacando-se a Serra da Estrela como o principal motivo de visita dos inquiridos) e conclui que apenas 22% dos inquiridos assinala problemas relacionados com a visita ao museu (com destaque para as acessibilidades). A apreciação global dos inquiridos sobre o papel do museu e a qualidade dos serviços prestados é boa e muito boa.

O Museu Mineiro do Lousal (Alentejo) é parte de um projeto integrado de intervenção social iniciado na segunda metade dos anos 90 (do século XX), tendo em vista recuperar espaços e equipamentos esvaziados das suas funções originais, resgatar memórias vivas bem como preservar e valorizar o património existente na plenitude das suas dimensões material e intangível.

“Descoberto no início dos anos oitenta, século XIX, o jazigo do Lousal só conheceu intensa exploração a partir da sua concessão à empresa belga Mines et Industries. As pirites cupríferas extraídas foram, desde então, base segura da indústria química adubeira fomentada, a partir dos anos trinta (séc. XX), pela Campanha do Trigo. As décadas de cinquenta – sessenta, corresponderam, também, ao período em que se modernizou a cadeia operatória da mina, processo apoiado num conhecimento cada vez mais aprofundado da geologia das massas de minério e na progressiva mecanização da produção que atingiu, pelos anos setenta um ritmo da ordem das 100 t/hora de produto comercial, decaindo, desde então, o ritmo de produção. Com o encerramento das minas em 1988, toda a estrutura social e económica erigida, durante décadas, em torno dos minérios, desmorona. Privada da principal fonte de sustento, a maior parte da população viu-se forçada a procurar fora o trabalho que o lugar lhes negou. Abandonam-se casas e equipamentos” (BRANDÃO, 2011: 1).

“O Museu polinucleado Mineiro do Lousal é o único em Portugal, que aproveita as antigas instalações e infraestruturas da mina para a construção dos seus núcleos. Este Projeto de Revitalização do Complexo Mineiro do Lousal (RELOUSAL), foi promovido não só pela SAPEC Imobiliária S.A [última e atual proprietária da mina], mas também pela Câmara Municipal de Grândola e pela Fundação Frederic Velge; a responsabilidade científica do Projeto ficou a cargo da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (APAI). A primeira fase deste projeto consistiu na reabilitação da antiga Central Elétrica e a construção de um Centro de Interpretação. A segunda (ainda em andamento) irá caracterizar-se pela animação e Musealização de uma antiga galeria da mina conhecido como projeto da “Descida à Mina”. Este museu consegue transformar-se a si e à Aldeia do Lousal num espaço de cultura, e vivência social, numa área edificada com testemunhos geológicos datados de 2000 a.C. (...)” (CHAÍNHO, 2011: 4).

“A ideia de um Ecomuseu para a região de Barroso resulta da consciência, mas também da preocupação de salvaguardar um património, nas suas múltiplas componentes, natural, cultural e socioeconómica, com uma finalidade de contribuir para o desenvolvimento das populações. Por isso se adota um conceito de Museu do Território, o qual repousa na valorização dos seus recursos chave: as populações e o património natural e

cultural. Procurando manter os níveis de sustentabilidade do desenvolvimento e alcançar mesmo uma revitalização agrícola do território, o Ecomuseu de Barroso, em colaboração com a Comunidade envolvida, procura incentivar os processos de diversificação das atividades, nomeadamente as associadas ao ecoturismo e outras que propiciem uma melhoria socioeconómica e permitam encontrar novos motivos de fixação à terra” (TEIXEIRA, 2006: 3).

Centrada no concelho de Montalegre (Alto Trás-os-Montes), esta proposta museológica é orientada para a participação dos visitantes, “situa objetos no seu contexto, preserva conhecimentos técnicos e saberes locais, consciencializa e educa acerca dos valores do património cultural; implica interpretar os diferentes espaços que compõem uma paisagem; permite desenvolver programas de participação popular e contribui para o desenvolvimento da comunidade. O Ecomuseu de Barroso tem dado continuidade ao trabalho de pesquisa sistemática, já iniciado, tarefa que permite inventariar a globalidade de património construído do território de Montalegre, tendo em vista a posterior salvaguarda e valorização dos espécimes selecionados pelo seu particular interesse patrimonial. A análise das construções associadas à conservação e à transformação dos produtos tem permitido um melhor conhecimento da arquitetura popular da região, nomeadamente dos canastros, dos moinhos, dos fornos, das fontes, dos pisões e dos lagares, entre outros edifícios de produção agrícola que contribuirão para o reencontro com a identidade cultural local” (TEIXEIRA, 2006: 3).

Para além do estudo de iniciativas museológicas, a investigação científica tem dedicado especial atenção ao domínio dos projetos e propostas de museus. Dos diversos casos retratados na bibliografia nacional, destacamos a proposta de musealização de fornos de carvão vegetal na freguesia do Ramalhal (Torres Vedras), onde esta atividade económica é ainda muito relevante. A produção de carvão vegetal está documentada de forma mais evidente na aldeia de Vila Facaia, “na qual subsiste um conjunto de seis fornos que labora esta atividade. Esta produção apresenta duas fases de implementação no território, visíveis através do estudo arquitetónico dos fornos onde o carvão é produzido. Estes fornos apresentam duas fases de construção. A primeira remonta aos anos 40/50 do século XX, a segunda fase de implementação remonta aos anos 70/80 do final do século XX, aquando do impulso industrial que se fez notar após o 25 de Abril. O carvão vegetal é obtido através da queima da madeira. Inicialmente a matéria-prima utilizada era o sobro e o azinho, vindos do Alentejo. Mais recentemente começou a ser utilizada a madeira disponível da freguesia, o eucalipto. É neste âmbito que surge a necessidade de preservar este tipo de produção, através de uma proposta de musealização de sítio. Esta reflexão resulta da preocupação em salvaguardar este espaço e atividade característico da freguesia, não deixando de valorizar a população envolvida e o património cultural e natural” (SANTOS, 2009: 3).

Através destes (e de outros) exemplos é evidente a diversidade de realidades e contextos dos museus rurais (ou em contexto rural), o que está relacionado com a amplitude crescente do conceito de museu e das práticas a ele vinculadas.

No mesmo sentido, importa explicar que a integração dos museus nas estratégias do desenvolvimento rural decorre da abertura dos territórios rurais a novas funções (como as relacionadas com os lazeres turísticos) e novos atores (desde empreendedores a visitantes – excursionistas ou turistas) bem como da importância dos vínculos, memórias e identidades na perspetiva das relações entre a sociedade e os territórios (do quotidiano, da afetividade, do lazer, entre outros).

As profundas alterações económicas, sociais, culturais e políticas, sobretudo desde meados do século XX, tiveram consequências incontornáveis no espaço rural. Apesar das múltiplas ruralidades e das especificidades dos contextos e dimensões dos processos de mudança nacionais, regionais e locais, os sinais de transformação são incontornáveis: redução significativa do emprego no setor primário, mobilidade demográfica e desvitalização económica e social progressiva do meio rural (em particular nos contextos mais afastados dos espaços urbanos), despovoamento e nova organização do sistema de lugares, abandono crescente da paisagem rural na perspetiva das suas componentes funcionais, estigmas negativos e reduzida autoestima em torno do rural e dos rurais. A este sentido e contexto geral de dificuldades, problemas estruturais e horizontes pouco animadores, é necessário contrapor algumas dinâmicas positivas relacionadas quer com iniciativas vinculadas a recursos e capitais endógenos quer com ações, capitais e fluxos urbanos que de forma pontual atenuaram ou contrariaram as referidas tendências de fundo. Os recursos patrimoniais e paisagísticos, associados a escalas de valor (económico, estético, simbólico, terapêutico, entre outros) configuram vértices de centralidade para explicar as tendências recentes em matéria de ocupação, utilização e modos de viver do e no espaço rural.

O abandono dos campos e da paisagem rural é acompanhado de preocupações em particular no que diz respeito à salvaguarda da memória coletiva a eles ligada, como sublinha BRITO (2003: 65) através da seguinte ideia: “quando os equipamentos e processos de trabalho deixam de ser aqueles que marcaram, ao longo de décadas, séculos mesmo, os quotidianos, eles vão-se destacando como objetos de memória e referentes, alvo de todo o tipo de intervenções que vão no sentido da sua patrimonialização”.

A ativação destes objetos (que tendo perdido a funcionalidade assumem valor de memória) enquanto património depende de critérios/filtros ideológicos e políticos de legitimação, pode ocorrer no contexto original (in situ) ou em lugares que não são os de origem (embora possam estar relacionados com a presença ou decorrer de populações com vínculos aos locais de origem ou a contextos homólogos) e valorizar a dimensão de memória uma vez que “os objetos não são entidades materiais isoladas e

inertes que se esgotam em si mesmas, mas sim testemunhos da vida e da cultura em que estão inseridos” (OLIVEIRA, 1988: 3, citado em CHAMBINO, 2009: 4:), isto é apresentam biografias concretas (BRITO, 2006), tal como os territórios, e neste sentido são relevantes para os museus. Estes devem valorizar o exterior (território e memória) e sair para fora das suas paredes, ir ao encontro do contexto de génese, dos criadores e utilizadores dos objetos e das paisagens.

Os museus ajudam a reencontrar valor e a atribuir finalidade ou sentido para objetos, equipamentos, infraestruturas, saberes antigos e paisagens que perderam o seu anterior valor de uso ou deixaram de ser operativos (BRITO, 2006). O resgate de bens do anonimato, do abandono e do desconhecimento, é também condição para criar património, e assim os museus são guardiães e, ao mesmo tempo, geradores de património.

4. Notas finais

O conceito atual de museu reflete realidades com uma grande amplitude e diversidade (temática, territorial, organizacional e tutorial) cujos principais traços evolutivos estão desenhados sobretudo nas últimas décadas.

Associada à ação de recolha e preservação patrimonial, apresentam, de forma mais ou menos desenvolvida, funções museológicas de investigação, conservação e comunicação, bem como ações de promoção do desenvolvimento da comunidade em que se inseriam e, em alguns casos, da sua participação nas dinâmicas museológicas (SOUSA, 2010).

Em linha com as principais mudanças sociais da pós-modernidade, os museus têm de encontrar novas formas de relacionar com o público, captar mercados, comunicar, apresentar o espólio e definir as temáticas de maior interesse (ANICO, 2008), ao mesmo tempo que “inseridos numa sociedade capitalista, e dependentes da sua sustentabilidade financeira, conscientes da sua nova missão na sociedade, acrescentam nas suas valências, restaurantes, bares e lojas de merchandising, mostrando preocupação na captação de mais recursos financeiros e de fazer permanecer o visitante mais tempo no museu” (MENDES, 2011: 94). A integração dos museus na cadeia de valor do turismo é uma questão cada vez mais central, uma vez que é reconhecida a importância do museu como atração turística (PRENTICE, 1993; SILBERBERG, 1995; HERNÁNDEZ e TRESSERAS, 2001; GONÇALVES, 2010).

Em Portugal, apesar das dificuldades que decorrem dos diferentes critérios que estão na base da recolha e publicação de dados estatísticos sobre os museus, é opinião aceite a de que o número de museus tem vindo a crescer e a diversificar as temáticas e os territórios de intervenção em resultado de iniciativas que envolvem tutelas e meios de financiamento muito diversos, desde programas na área da cultura e do turismo até

instrumentos de desenvolvimento rural ou mesmo de apoio a intervenções de valorização ou requalificação de margens ribeirinhas com a manutenção de paisagens rurais e a sua recuperação/valorização para utilizações de características lúdicas e culturais.

Como refere BRITO (2006), citado em CHAMBINO (2007: 24-26), os territórios rurais em profunda transformação podem ser apreendidos em quatro planos ou formas de expressão, na perspetiva de intervenção dos museus e das formas de patrimonialização, a saber: a configuração física do espaço, as construções (um dos primeiros e mais importantes registos da materialidade de uma cultura), os saberes-fazer (que é o domínio com maior representatividade nos museus com espólio etnográfico) e, ainda, os usos da palavra, as artes performativas e os rituais.

Ao mesmo tempo, é necessário explicar que as dimensões etnográficas e antropológicas são as mais significativas nos museus rurais em Portugal e estas não estão na primeira linha da atenção para a esmagadora maioria dos visitantes, pelo menos a avaliar pelos dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística através das “Estatísticas da Cultura, 2010”, em que os Museus de Etnografia e Antropologia representam apenas 2,4% do total dos visitantes (quase 14 milhões) dos Museus, Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários – na mesma fonte, os Museus de Território correspondem a 2,6% e os Museus de História representam 16,4% do referido universo de visitantes).

Os exemplos apresentados nesta reflexão, em sentido exploratório, demonstram que para além de funções tradicionais os museus rurais integram de forma crescente salas de exposições (permanentes e temporárias), centros de documentação, lojas, serviços de cafetaria/restauração, atividades formativas e pedagógicas, entre outras, que, assim, complementam a oferta destes museus e espaços museológicos, e correspondem aos interesses renovados dos visitantes (cada vez mais interessados em participar e interagir).

Referências bibliográficas

AMADO, Marta (2011) : *O Museu do Pão em Seia. Uma iniciativa de desenvolvimento local de expressão nacional*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. Ordenamento do Território e Desenvolvimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

AMIROU, R. (2000) : *Imaginaire du tourisme culturel*, Col. “ La politique élatée”. Paris, PUF.

ANICO, M. (2008) : *Museu e Pós-Modernidade*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

BORG, J. van der (2008) : “Towards a policy agenda for tourism development of cultural heritage resources”. In JANSEN-VERBEKE, M. et

al. (ed.): *Cultural Resources for Tourism. Patterns, Processes and Policies*. New York, Nova Science Publishers, pp. 245-256.

BRANDÃO, J. M. (2011) : “Ecos : Lousal, do minério às tecnologias”. *Resumos do II Ciclo de Conferências Cultura a Sul*. Évora, CIDEHUS-Universidade de Évora.

BRITO, J. Pais de (2003) : “Museus, memória e projeto”. In PORTELA, J.; CALDAS, J. C. (org.): *Portugal Chão*. Oeiras, Celta Editora. pp. 265-277.

BRITO, J. Pais de (2006) : “Patrimónios e Identidades. A difícil construção do presente”. In PERALTA, E.; ANICO, M. (org.) : *Patrimónios e Identidades. Ficções Contemporâneas*. Oeiras, Celta Editora.

CARVALHO, P. (2002) : “El Patrimonio y el Paisaje Rural en la (Re)construcción de las Memorias e Identidades. Reflexión en torno de algunas iniciativas e propuestas ecomuseológicas en la Cordillera Central Portuguesa”. *Atas del XI Coloquio de Geografía Rural (Los espacios rurales entre el hoy y el mañana)*, Santander, Universidad de Cantabria, Servicio de Publicaciones, pp. 89-100.

CARVALHO, P. (2003) : “Património Cultural e Iniciativas de Desenvolvimento Local no Espaço Rural”. In CAETANO, L. (coord.): *Território, do Global ao Local e Trajetórias de Desenvolvimento*. Coimbra, Centro de Estudos Geográficos, pp. 199-227.

CARVALHO, P. (2010) : “Turismo cultural, património e políticas públicas em contextos rurais de baixa densidade: eixos vertebradores de revitalização e de construção de novas identidades?”. In SANTOS, G. (org.): *Turismo Cultural, Territórios e Identidades*. Lisboa, Edições Afrontamento e Instituto Politécnico de Leiria, pp. 123-140.

CARVALHO, Paulo (2011) : “A AIBT do Pinhal Interior e as Aldeias do Xisto: novos caminhos para o desenvolvimento de territórios de baixa densidade em ambientes de montanha”. *Cadernos de Geografia*, Coimbra, Departamento de Geografia (Universidade de Coimbra) e Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, nº 28/29 (2009/2010), pp. 185-191.

CARVALHO, Paulo (2012) : “Património e desenvolvimento em ambiente rural: lugares, rotas e redes”. *Cadernos de Geografia*, Coimbra, Departamento de Geografia (Universidade de Coimbra) e Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, nº 30/31, (2011/2012) – em publicação.

CHAÍNHO, P. L. M. (2011) : *Gestão e programação do Museu Mineiro do Lousal : o Museu polinucleado do Lousal*. Dissertação de Mestrado em Gestão e Programação do Património Cultural apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

CHAMBINO, E. (2009) : *Objetos de pastor: do objeto património ao paradoxo da sua insignificância*. Dissertação de Mestrado em Antropologia (Especialidade em Patrimónios e Identidades) apresentada ao ISCTE (Lisboa).

CHIVA, I. (1997) : “Le patrimoine rural”. In NORA, P. (dir.): *Science et Conscience du Patrimoine. Actes des Entretiens du Patrimoine*, Éditions du Patrimoine, 226-231.

CLAVAL, P. (2007) : “Changing conceptions of heritage and landscape”. In MOORE, N. and WHELAN, Y. (eds.): *Heritage, Memory and the Politics of Identity. New Perspectives on the Cultural Landscape*. Aldershot, Ashgate, pp. 85-94.

DEWAILLY, J. M. (1998) : “Images of heritage in rural regions”. In BUTLER, R. et al. (eds.): *Tourism and recreation in rural areas*, Chichester, John Wiley & Sons.

DOWER, M. (1998) : “Um trunfo para o desenvolvimento local: o recurso património”. *LEADER Magazine*, 12.

FERREIRA, M. L. (2011) : *As rotas culturais - âncoras da ludificação, atratividade e reconversão dos espaços rurais: a rota do românico do Vale do Sousa*. Dissertação de Mestrado em Turismo apresentada à Faculdade de Letras do Porto.

FILIPPE, G. (1998) : “Ecomuseu Municipal do Seixal – das realizações aos problemas atuais na perspetiva do desenvolvimento local”. *Atas do VII Encontro Nacional de Museologia e Autarquias*. Seixal, Câmara Municipal do Seixal, 173-195.

GARRIGÓS, R. C. (1998) : *La gestión y el gestor del patrimonio cultural*. Murcia, Editorial KR.

GONÇALVES, A. R. (2010) : “Museus, comunidade local e turismo”. In SANTOS, G. (org.): *Turismo Cultural, Territórios e Identidades*. Lisboa, Edições Afrontamento e Instituto Politécnico de Leiria, pp. 81-102.

HERNÁNDEZ, J.; TRESSERAS, J. (2001) : *Gestión del Patrimonio Cultural*. Barcelona, Ariel.

HAMRIN, O. (1996) : “The Bergslagen ecomusem – from idea to reality”. *Nordisk Museology*, 2, 27-34.

HUDSON, K. (1996) : “Ecomuseums become more realistic”. *Nordisk Museology*, 2, 11-20.

INE (2011) : *Estatísticas da Cultura, 2010*. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística (INE).

KEAMEY, A. (2009) : “Intangible Heritage. Global awareness and local interest”. In SMITH, L. and AKAGAWA, N. (eds.): *Intangible Heritage*. Routledge, London and New York, pp. 209-225.

LIFECOOLER (2012) : *Museu do Papel*. In <http://www.lifecooler.com/Portugal/patrimonio/MuseudoPapel> (último acesso: 23/06/2012)

LIFECOOLER (2012) : *Museu de Lanifícios*. In <http://www.lifecooler.com/edicoes/lifecooler/desenvRegArtigo.asp?reg=334931> (último acesso: 23/06/2012).

LOWENTHAL, D. (1998) : *The heritage crusade and the spoils of history*. Cambridge, Cambridge University Press.

JORGE, V. Oliveira (2001) : *Ambiente, Cultura e Desenvolvimento*. Porto, ADECAP.

MENDES, V. (2011) : *Museus e turismo na Serra da Estrela*. Dissertação de Mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

MOYANO ESTRADA, E. (2006) : “Nuevas orientaciones de la política europea de desarrollo rural. A propósito del Nuevo Regulamento de Desarrollo Rural”. *Atas del VI Coloquio Ibérico de Estudios Rurales*. Huelva, Universidade Internacional de Andaluzia, Huelva, 21 pp.

PEREIRA, P. (2000) : “La musealización del patrimonio edificado. Algunos exemplos”. In NOLASCO, M. L. (coord.): *Museos y museología en Portugal*, (RDM; monografías, 01), Madrid, Asociación Española de Museólogos, 119-125.

PESSOA, F. (2001) : *Reflexões sobre Ecomuseologia*, Col. “Viver é Preciso” nº 20. Porto, Edições Afrontamento.

PRENTICE, R. (1993) : *Tourism and Heritage Attractions*. New York, Routledge.

PUENTE FERNÁNDEZ, L. (2011) : “El valor patrimonial del paisaje: cultura, medioambiente y democracia”. *Proceedings of 6th International Congress for Spatial Planning*. Madrid, FUNDICOT, pp. 211-225

PRIMO, J. (1999) : “Pensar contemporaneamente a museologia”. *Cadernos de Sociomuseologia*, 16, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

RAFAEL, L. (2010) : *Os trinta anos do projeto vila museu: balanço e perspectivas*. Dissertação de Mestrado em Museologia apresentada à Universidade de Évora.

RIVIÈRE, G. Henri (1989) : *La Muséologie*. Paris, Bordas (trad. cast., La Museología, trad. de Antón Rodríguez Casal, Akal, 1993).

SANTOS, L. A. (2009) : *Proposta de musealização de Fornos de Carvão Vegetal, Torres Vedras*. Dissertação de Mestrado em Museologia apresentado ao ISCTE (Lisboa).

SILBERBERG, T. (1995) : “Cultural tourism and business opportunities for museums and heritage sites”. *Tourism Management*, vol. 16 (5), pp. 361-365.

SMITH, L. (2006) : *Uses of Heritage*. Routledge, London and New York, pp. 11-43.

SOUSA, S. M. (2010) : *A museologia na ilha de São Miguel: 1974-2008*. Dissertação de Mestrado em Património, Museologia e Desenvolvimento apresentada à Universidade dos Açores.

TEIXEIRA, D. V. (2006) : *O Ecomuseu de Barroso: a nova museologia ao serviço do desenvolvimento local*. Dissertação de Mestrado em Património e Turismo apresentada à Universidade do Minho.

MUSEUS E DESENVOLVIMENTO RURAL. O CASO DO MUSEU DO PÃO (SEIA/SERRA DA ESTRELA)

Paulo Carvalho

Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território
Faculdade de Letras - Universidade de Coimbra

Marta Amado

Câmara Municipal de Seia

1. Nota introdutória

A renovação do panorama museológico nos últimos trinta anos reflete o alargamento das funções museológicas que passam de mera conservação para um uso social do património, com vista a um desenvolvimento da comunidade. O crescimento e a diversificação do universo patrimonial; a valorização e o papel central da paisagem enquanto matriz cultural; a abertura dos museus aos mais novos e a preocupação de os tornar espaços de fácil e didático contato com o passado; a forma dinâmica, agradável, aliciante de expor peças e materiais, com um fio condutor no percurso do visitante; a investigação da realidade cultural do território numa perspectiva de interdisciplinaridade, e o envolvimento das populações num processo conducente à sua promoção são as características mais expressivas da cisão com os cânones da museologia tradicional.

Em contexto rural, os museus podem constituir elementos fundamentais na salvaguarda, divulgação e valorização do respetivo património local, no qual se reflete e se encontra a história, a tradição e a imagem ancestral do mundo rural, onde os visitantes possam perceber como se trabalhou e viveu naqueles lugares, o que se produziu, as histórias que se contavam, as tradições das populações.

Neste sentido, os museus configuram um instrumento privilegiado de descoberta ou de reinvenção das vias e das formas de intervir no desenvolvimento, promovendo a atividade dos artesãos, a produção, a venda, a manutenção de um saber-fazer, a criação de riqueza, ou articulando-se com algumas intervenções no território, ao nível dos parques naturais, paisagens ou manutenção de equipamentos (Brito, 2004).

A análise do modo como os museus podem contribuir para revitalizar o território, melhorar a qualidade de vida dos residentes, reforçar a identidade local, captar novos visitantes e, deste modo, contribuir para o desenvolvimento local, no contexto de diversos exemplos nacionais e internacionais, será aprofundada através do estudo do Museu do Pão (Seia), um investimento privado, inaugurado em 2002 (e que recebe mais de 100 mil visitantes/ano), com a apresentação e discussão de dados cedidos pelo Museu, bem como os resultados de inquéritos por questionário e entrevistas

aos visitantes (no primeiro caso recorrendo à análise fatorial de correspondências múltiplas – AFCM).

2. Museus e desenvolvimento em contexto rural

2.1 Funções e entidades museológicas

Como refere CARVALHO (s/d), é evidente a diversidade de realidades, independentemente da sua designação, que se enquadravam no âmbito do conceito de museu, segundo as orientações do *International Council of Museums* (ICOM) e dos contextos normativos nacionais e regionais (conforme os vários países).

Para o ICOM, “Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, e que adquire, conserva, estuda, comunica e expõe testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, tendo em vista o estudo, a educação e a fruição” (ICOM Statutes, 2001, Art. 2º). Esta definição, apesar de ser considerada “a referência e a base da pluralidade das abordagens ao setor”, é acompanhada de grandes dificuldades operativas (NEVES, SANTOS e NUNES, 2008: 3).

A Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei nº 47/2004, de 19 de agosto) reconhece o papel dos museus como instituições fundamentais para o desenvolvimento integral e a concretização dos direitos fundamentais da pessoa humana, instituições abertas à sociedade e instrumentos indispensáveis no domínio da fruição e criação cultural.

De acordo com o artigo 3º deste quadro normativo, o “Museu é uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite: a) garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objetivos científicos, educativos e lúdicos; b) facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade”.

“Consideram-se museus as instituições, com diferentes designações, que apresentem as características e cumpram as funções museológicas previstas na presente lei para o museu, ainda que o respetivo acervo integre espécies vivas, tanto botânicas como zoológicas, testemunhos resultantes da materialização de ideias, representações de realidades existentes ou virtuais, assim como bens de património cultural imóvel, ambiental e paisagístico”.

Ainda segundo o referido diploma, “Considera-se coleção visitável o conjunto de bens culturais conservados por uma pessoa singular ou por uma pessoa coletiva, pública ou privada, exposto publicamente em instalações especialmente afetas a esse fim, mas que não reúna os meios que permitam o

pleno desempenho das restantes funções museológicas que a presente lei estabelece para o museu” a saber: estudo e investigação; incorporação; inventário e documentação; conservação; segurança; interpretação e exposição; educação.

Estes dois conceitos (museu e coleção), com diferente amplitude na escala das funções museológicas, configuram situações recorrentes do panorama museológico e decorrem da dificuldade de aplicar em Portugal o conceito de museu adotado pelo ICOM. Neste domínio, importa sublinhar as funções de maior diferenciação entre as entidades que podem ser consideradas museus e as que configuram apenas coleções visitáveis, como é o estudo e investigação (“o museu promove e desenvolve atividades científicas, através do estudo e da investigação dos bens culturais nele incorporados ou incorporáveis”; o inventário (“visa a identificação e individualização de cada bem cultural” e compreende “um número de registo de inventário e uma ficha de inventário museológico”); e a educação (uma vez que o “museu desenvolve de forma sistemática programas de mediação cultural [que são articulados com as políticas públicas sectoriais respeitantes à família, juventude, apoio às pessoas com deficiência, turismo e combate à exclusão social] e atividades educativas que contribuam para o acesso ao património cultural e às manifestações culturais”, “promove a função educativa no respeito pela diversidade cultural tendo em vista a educação permanente, a participação da comunidade, o aumento e a diversificação dos públicos” e “estabelece formas regulares de colaboração e de articulação institucional com o sistema de ensino”) (Lei nº 47/2004).

Para além de outras questões jurídicas relevantes como, por exemplo, a da criação e fusão de museus (através de documento em que a entidade proponente manifesta formalmente essa intenção, “define o respetivo estatuto jurídico e compromete-se a executar o programa museológico, bem como a disponibilizar os recursos humanos e financeiros que assegurarão a respetiva sustentabilidade”) ou a da credenciação de museus (que consiste na “avaliação e no reconhecimento oficial da sua qualidade técnica” isto é a credenciação de um museu depende do preenchimento de um conjunto de requisitos designadamente o cumprimento das funções museológicas; a existência de recursos humanos, financeiros e instalações; a aprovação do regulamento do museu, e a garantia do acesso público), o diploma reconheceu também o conceito de Rede Portuguesa de Museus (“sistema organizado, baseado na adesão voluntária, configurado de forma progressiva e que visa a descentralização, a mediação, a qualificação e a cooperação entre museus” – Lei nº 47/2004), projeto iniciado em 2000, assim como definiu a sua composição (museus existentes no território nacional e credenciados nos termos da referida lei, sendo que integraram de imediato a Rede Portuguesa de Museus os museus dependentes do Ministério da Cultura, entre outros) e atividades (com base nos museus nacionais, nos museus credenciados e nos núcleos de apoio a museus de acordo com o princípio da subsidiariedade”).

A informação disponível na página web do Instituto dos Museus e da Conservação (que resultou da fusão do Instituto Português de Museus – como entidade promotora de articulação entre os museus desta rede – com o Instituto Português de Conservação e Restauro) permite afirmar que Rede Portuguesa de Museus (RPM) é atualmente constituída por 137 museus que incluem os 28 museus e os 5 Palácios tutelados pelo Instituto dos Museus e da Conservação, os 14 museus tutelados pelas Direções Regionais da Cultura dos Açores e da Madeira (que integraram a RPM por protocolo) e mais 90 museus que passaram a integrar a RPM por candidatura.

O universo dos quase 140 museus integrados na RPM reflete a diversidade de tutelas, de coleções, de espaços, de atividades educativas, de modelos de relação com as comunidades e de sistemas de gestão, entre as características mais significativas.

A distribuição geográfica revela a maior representatividade de Lisboa (cidade e região) e Porto (cidade e região) com 52 e 42 museus integrados na RPM, respetivamente (o que equivale a 75% da RPM). As regiões do Centro (10), Alentejo (9), Açores (9), Madeira (7) e Algarve (4) em conjunto perfazem 25% dos museus da RPM. A importância das cidades de Lisboa (20) e Porto (10) na RPM está relacionada com a presença de museus nacionais (no caso de Lisboa são 50% do valor referido). Os museus municipais marcam sobretudo o panorama museológico regional como acontece em particular (com maior peso relativo) no Alentejo e Algarve.

No mesmo sentido, o registo estatístico sobre os museus em Portugal acompanha a heterogeneidade deste conceito, uma vez que a realidade museológica nacional apresentada em estudos oficiais difere de forma significativa de acordo com os critérios utilizados para a caracterização dos museus, ou seja, os requisitos que as unidades museológicas (a inquirir) devem cumprir.

O “Inquérito aos Museus em Portugal”, promovido pelo Instituto Português de Museus, em colaboração com o Observatório das Atividades Culturais, revela a existência de 530 museus em funcionamento e que responderam ao Questionário aplicado no início de 1999 (a partir de um universo de 680 unidades museológicas recenseadas no Continente e Regiões Autónomas). A definição adotada para o recenseamento da realidade museológica foi a mais ampla e a unidade de registo incluiu toda a entidade autodenominada museu, sala, núcleo, secção e casa-museu, segundo a sua localização, independentemente da situação (extinto, fechado, em funcionamento ou em projeto), como referem NEVES, SANTOS e NUNES (2008: 3-4).

NEVES (2005: 2-3), com base neste estudo, a respeito da caracterização dos museus portugueses na perspetiva das suas variáveis estruturais (tutela, tipo, localização e tempo de existência), salienta os seguintes aspetos:

– Em relação à tutela, é evidente a “diversidade e importância das tutelas públicas e privadas. Os museus públicos são 60% e os restantes 40% são privados. De entre os públicos, a Administração Local representa, como

se esperaria, a maior fatia com 58%; a Administração Central 37% e a Administração Regional 5%. Refira-se que dos 117 museus tutelados pela Administração Central apenas 42 (ou seja, 36%) dependem do Ministério da Cultura. Quanto aos 211 privados, 40% do total de respostas válidas como se viu, as Associações com 31%, a Igreja Católica com 19%, as Empresas privadas com 14% e as Fundações com 13% são as mais importantes tutelas”.

– No que diz respeito ao tipo, “os Museus de Arte são o tipo mais frequente, 22%, os de Etnografia e Antropologia 21% e os Genéricos 18%. Somados, os museus incluídos nestes três tipos somam 61% dos museus analisados. Entretanto, o volume alcançado por estes últimos constituirá, porventura, o traço distintivo dos museus portugueses. Os museus Genéricos portugueses, assim designados por não apresentarem “uma predominância inequívoca de uma determinada coleção sobre outra” nem poderem “ser identificados por um tema particular” combinam, no seu acervo, coleções de arte, arqueologia e etnografia (69%), coleções de arte e arqueologia (21%) e coleções de arte e etnografia (10%)”.

– “Quanto à Localização por NUTS II, na região de Lisboa e Vale do Tejo situam-se 36% dos museus (188), na região Norte 24%, sendo os Açores a região com menos museus, 3% (16). Por concelhos, são 6 aqueles que apresentam as maiores concentrações: Lisboa 65, Porto 25, Funchal 15, Coimbra 15, Sintra 13 e Braga 10. Dos 305 concelhos existentes em 1998, 64% (196) não possuíam qualquer museu.

– Finalmente, relativamente à data de criação e abertura de museus – não necessariamente coincidentes (...) – o interesse por este equipamento cultural é visível a partir da década de 70, relacionando-se com a instauração do regime democrático e com a emergência do poder local democrático, acentuando-se nas décadas de 80 e 90. Nestas duas décadas foram criados 53% e abriram 58% dos 530 museus”.

NEVES, SANTOS e NUNES (2008: 4), a respeito da evolução do panorama museológico em Portugal na última década, explicam que terminado o Inquérito aos Museus, “(...) e perante a necessidade de dar continuidade ao recenseamento, reconhecida a forte tendência para a criação de novos projetos e da abertura de novos museus, e portanto constatada a rápida desatualização do levantamento realizado, havia a necessidade de criar um sistema de informação capaz de acompanhar a evolução dos museus em Portugal. É neste sentido que dá início ao Projeto Base de Dados Museus (Bdmuseus), decorrente do Protocolo estabelecido em 2000 entre o Instituto Português de Museus (IPM), o Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Observatório das Atividades Culturais (OAC) tendo como unidade de registo todas as entidades autodenominadas museu.

Um dos objetivos dessa Bdmuseus, em permanente atualização e gerida, desde então, pelo OAC, é fornecer anualmente ao INE uma base de dados de expedição para a aplicação do seu próprio inquérito, possibilitando também a atualização do ficheiro das unidades a inquirir por este Instituto

(...)”, de tal maneira que as estatísticas possam traduzir de forma fidedigna a realidade museológica de Portugal.

Contudo, os dados publicados pelo INE confirmam a supramencionada heterogeneidade. A publicação “Estatísticas da Cultura 2010” (editada em dezembro de 2011) refere que “Em 2010, foram considerados para fins estatísticos, como unidade de observação, 360 Museus, Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários, que registaram 13,8 milhões de visitantes e 24,6 milhões de bens no seu acervo.

Do total dos visitantes, 25,1% preferiram os Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários, 23,6% os Museus de Arte, 16,4% os Museus de História e 11,7% os Museus Especializados. [Museus Mistos e Pluridisciplinares, 6,3%; Museus de Ciências e de Técnica, 6,0%; Museus de Arqueologia, 4,4%; Museus de Território, 2,6%; Museus de Etnografia e Antropologia, 2,4%; e Outros Museus, 0,4%, completam a lista dos visitantes, por tipologias de museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários, em 2010 (%)] Tomando como referência o número médio anual de visitantes (38,4 mil pessoas), verificou-se que os Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários foram os mais procurados, com uma média de 173,8 mil visitantes, seguidos dos Museus de História com 63 mil visitantes, em média. Os Outros Museus e os Museus de Etnografia e de Antropologia foram os que registaram menor número médio anual de visitantes, cerca de 4,9 mil e 6,8 mil, respetivamente.

Do acervo registado, 34,5% dos bens pertenciam aos Museus de Ciências e de Técnica, 13,5% aos Museus de Território e 12,1% aos Museus Especializados” (INE, 2011: 4-5).

2.2 Museus e espaços museológicos rurais

A integração dos museus nas estratégias de desenvolvimento rural decorre da abertura dos territórios rurais a novas funções (como as relacionadas com os lazeres turísticos) e novos atores (desde empreendedores a visitantes – excursionistas ou turistas) bem como da importância dos vínculos, memórias e identidades na perspectiva das relações entre a sociedade e o território (CARVALHO, 2012).

As profundas alterações económicas, sociais, culturais e políticas, sobretudo desde meados do século XX, tiveram consequências incontornáveis no espaço rural. Apesar das múltiplas ruralidades e das especificidades dos contextos e dimensões dos processos de mudança nacionais, regionais e locais, os sinais de transformação são incontornáveis: redução significativa do emprego no setor primário, mobilidade demográfica e desvitalização económica e social progressiva do meio rural (em especial nos contextos mais afastados dos espaços urbanos), despovoamento e nova organização do sistema de lugares, abandono crescente da paisagem rural na perspectiva das suas componentes funcionais, estigmas negativos e reduzida autoestima em torno do rural e dos rurais.

A este sentido e contexto geral de dificuldades, problemas estruturais e horizontes pouco animadores, é necessário contrapor algumas dinâmicas positivas relacionadas quer com iniciativas vinculadas a recursos e capitais endógenos quer com ações, capitais e fluxos urbanos que de forma pontual atenuaram ou contrariaram as referidas tendências de fundo. Os recursos patrimoniais e paisagísticos, associados a escalas de valor (económico, estético, simbólico, terapêutico, entre outros) configuram vértices de centralidade para explicar as tendências recentes em matéria de ocupação, utilização e modos de viver do e no espaço rural.

Estas transformações têm sido tema de investigação e debate designadamente entre os investigadores filiados nos estudos rurais, através de contributos científicos em áreas como, por exemplo, geografia, sociologia, etnografia, etnologia, antropologia, história económica e social, agronomia e engenharia, ao mesmo tempo que é necessário refletir sobre os desafios e oportunidades em particular no contexto de novas políticas e instrumentos capazes de implementar um verdadeiro desenvolvimento rural (que deve incluir interesses e atores na amplitude das atividades produtivas às utilizações lúdicas e recreativas).

O abandono dos campos e da paisagem rural é acompanhado de preocupações em particular no que diz respeito à salvaguarda da memória coletiva a eles ligada. Pelas palavras de BRITO (2003: 65), “quando os equipamentos e processos de trabalho deixam de ser aqueles que marcaram, ao longo de décadas, séculos mesmo, os quotidianos, eles vão-se destacando como objetos de memória e referentes, alvo de todo o tipo de intervenções que vão no sentido da sua patrimonialização”.

A ativação destes objetos (que tendo perdido a funcionalidade assumem valor de memória) enquanto património depende de critérios/filtros ideológicos e políticos de legitimação, pode ocorrer no contexto original (in situ) ou em lugares que não são os de origem (embora possam estar relacionados com a presença ou decorrer de populações com vínculos aos locais de origem ou a contextos homólogos) e valorizar a dimensão de memória uma vez que “os objetos não são entidades materiais isoladas e inertes que se esgotam em si mesmas, mas sim testemunhos da vida e da cultura em que estão inseridos” (OLIVEIRA, 1988: 3, citado em CHAMBINO, 2007: 4:), isto é apresentam biografias concretas (BRITO, 2006), tal como os territórios, e neste sentido são relevantes para os museus. Estes devem valorizar o exterior (território e memória) e sair para fora das suas paredes, ir ao encontro do contexto de génese, dos criadores e utilizadores dos objetos e das paisagens.

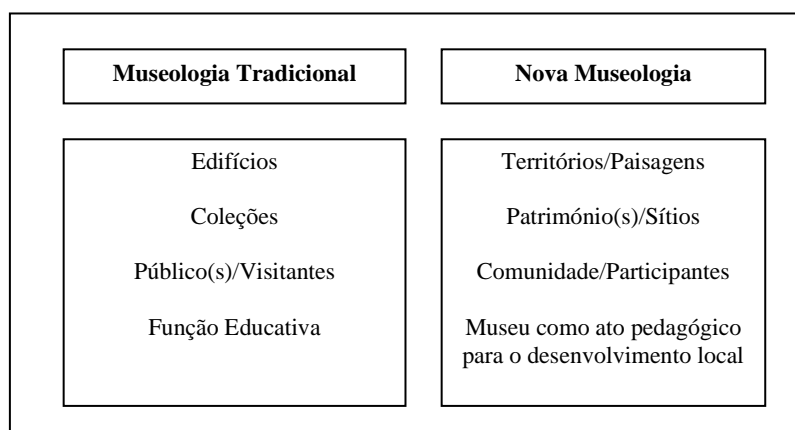
Os museus ajudam a reencontrar valor e a atribuir finalidade ou sentido para objetos, equipamentos, infraestruturas, saberes antigos e paisagens que perderam o seu anterior valor de uso ou deixaram de ser operativos (BRITO, 2006). O resgate de bens do anonimato, do abandono e do desconhecimento, é também condição para criar património, e assim os museus são guardiães e, ao mesmo tempo, geradores de património.

O conceito atual de património percorre o amplo espectro da natureza material: património natural e património cultural (dos edifícios monumentais às construções isoladas, estas durante muito tempo consideradas “pequeno património”: pontes, moinhos de vento ou hidráulicos, muros de pedra solta, fontenários, cruzeiros, ermidas e capelas, alminhas, mas igualmente os conjuntos de edifícios dos velhos centros urbanos, grupos de construções rurais, e os novos desafios inerentes ao património industrial, património do espetáculo, arquitetura de qualidade dos séculos XIX-XX, arquitetura vernacular, jardins), e da dimensão imaterial da cultura: língua e costumes, folclore, tradições musicais e artísticas, danças, produtos caseiros, especialidades gastronómicas, sem esquecer evidentemente o artesanato, os ofícios e os antigos saberes-fazer. Mas esta diversidade é também territorial: cada “região” possui o seu carácter próprio, uma “alma” que faz muitas vezes o orgulho dos habitantes e atrai o visitante exterior (DOWER, 1998).

O alargamento da noção de património, com a recente inclusão de preocupações relativas ao mundo rural e aos modos de salvaguardar e valorizar bens culturais (materiais e imateriais), significa que os museus, para além de recolherem e valorizarem bens raros, incorporam também bens comuns.

A renovação do panorama museológico nos últimos trinta anos reflete a componente mais dinâmica inerente ao (novo) conceito de museologia centrado na sua projeção no espaço exterior, na valorização da função educativa, na participação da comunidade – parte ativa e integrante do museu, nas palavras de MAURE (2005), numa perspetiva de proximidade para partilhar vivências e experiências, como refere MAYRAND (2007) – e comprometido com o desenvolvimento local (CARVALHO, 2002). Neste particular destaca-se o MINOM (*International Movement for a New Museology*), um dos grupos de trabalho do ICOM. As suas diferentes formas de expressão (museus de comunidade, museus de território, ecomuseus, museus integrais, museus de interpretação da paisagem, entre outras) contribuíram de forma decisiva para a renovação conceptual e das práticas museológicas (ou seja, das formas diferentes de atuar em museologia).

Como notou PRIMO (1999) a “Museologia Tradicional” é aquela que se exerce dentro de um edifício, com uma coleção, para um público determinado, exercendo uma função educadora (educação formal); enquanto a “Nova Museologia” é exercida dentro de um território, trabalhando o património cultural com uma comunidade participativa (Figura 1). De igual modo a prática neo-museológica envolve: o alargamento da noção de património; a valorização e o papel central da paisagem enquanto matriz cultural; a investigação da realidade cultural do território numa perspetiva de interdisciplinaridade.



Fonte: Adaptado de VARINE (1996) e PRIMO (1999)

Figura 1. Museologia Tradicional e Nova Museologia

As diferentes formas de expressão da museologia (das velhas às novas práticas) e sua aplicação em meio rural, através de exemplos internacionais e nacionais, permite evidenciar diversos domínios de apreensão e intervenção em relação ao património rural, designadamente as iniciativas centradas na recolha e exposição de peças e testemunhos do passado (paisagem, território e sociedade), de utensílios do quotidiano e das práticas rurais (do trabalho ao lazer), na organização e disponibilização (acesso público) do espólio de figuras relevantes do mundo rural (através das casas-museu), mas também são evidentes propostas mais ambiciosas, com espaços museológicos abertos, polinucleados, de escala supramunicipal, como alguns ecomuseus, no sentido de valorizar a paisagem, o património e a participação da população (residentes e visitantes), bem como a criação de redes temáticas, de tutelas ou locais. A utilização das novas tecnologias de informação e comunicação permite novas soluções de apresentação das coleções e até criar propostas de visita virtual (CARVALHO, 2012).

Ao mesmo tempo, é evidente a importância crescente da componente técnica de organização dos museus e programação de atividades (que está relacionada com a valorização de recursos humanos qualificados), dos serviços educativos com visitas guiadas, gerais e temáticas, a grupos escolares e outros públicos, das ações de formação, atividades lúdicas e pedagógicas, ateliers pedagógicos (por vezes mediante marcação prévia) que acompanham o movimento de criação e consolidação de museus/espacos museológicos cada vez mais diversificados (nas temáticas e tutelas). Isto significa, pelas palavras de FARIA (2011), o reforço da importância atribuída às atividades orientadas para os visitantes, com o intuito de contribuir (através da função educativa) para o conhecimento e participação da sociedade nas tarefas de salvaguarda e valorização do património, e é neste sentido que alguns museus incluem serviços de biblioteca, mediateca, internet e outros.

De igual modo, em resposta aos desafios relacionados com a sustentabilidade financeira e as mudanças sociais da pós-modernidade, os museus pretendem encontrar novas formas de relacionar com o público, captar mercados, comunicar e apresentar o espólio (ANICO, 2008), bem como procuram integrar valências complementares relacionadas com comércio e serviços, uma vez que são considerados uma atração turística e nesta perspetiva é relevante aumentar o tempo de permanência dos visitantes (cada vez mais interessados em participar e interagir), como notam GONÇALVES (2010) e MENDES (2011).

Por outro lado, é importante explicitar que o crescimento do universo museológico não pode ser dissociado de um conjunto muito amplo de políticas públicas em particular nas áreas da cultura, do património cultural e do turismo, e no caso do mundo rural, para além destas, é necessário considerar os instrumentos específicos de promoção do desenvolvimento designadamente o LEADER e o FEADER (CARVALHO, s/d).

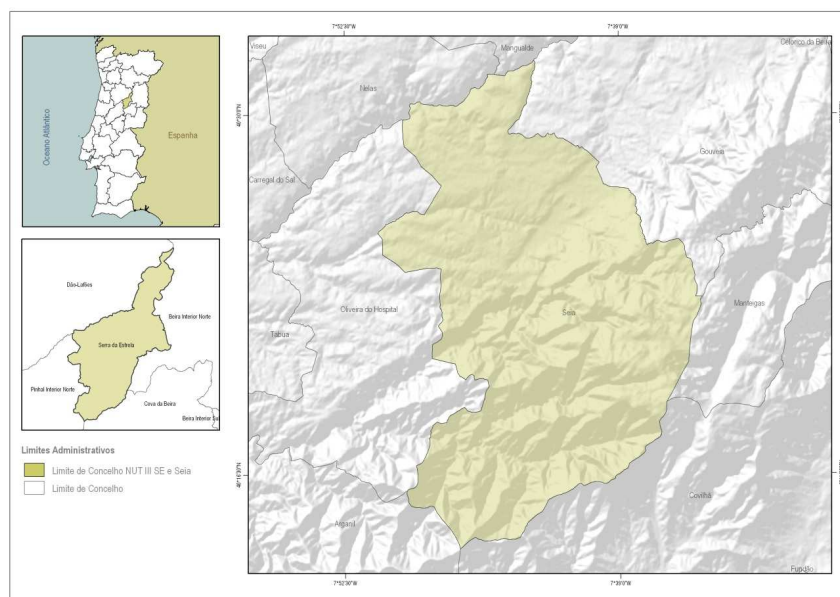
A cultura e o património são recursos endógenos de grande valor estratégico que podem alicerçar iniciativas e dinâmicas de desenvolvimento em particular nos territórios com maior potencial (CARVALHO, 2012).

Os museus (tal como as rotas e as redes patrimoniais) são considerados fatores estruturantes em matéria de desenvolvimento local na medida em que, de forma planeada e com inovação, podem valorizar os recursos endógenos, criar valor acrescentado também com a participação da população local e, assim, promover dinâmicas locais sustentáveis.

3. Museu do Pão: território, estrutura museológica, visitantes e contributos para o desenvolvimento local

3.1 Dinâmicas e potencialidades territoriais

O Museu do Pão localiza-se em Seia (na vertente ocidental da Serra da Estrela). O Município de Seia (Figura 2) ocupa uma área de 436 km² (o que corresponde a 50% da área da Sub-região da Serra da Estrela) e apresenta do ponto de vista físico, um evidente contraste entre o setor meridional e setentrional.



Fonte: Amado (2011)

Figura 2. Localização e enquadramento administrativo do Município de Seia

Assim, a sul, no limite entre as Serras da Estrela e do Açor, domina uma paisagem muito acidentada e de vertentes abruptas, com altitudes compreendidas entre 300-1100 metros, caracterizada por uma rede hidrográfica densa e de traçado muito sinuoso. Por seu turno, a norte, destaca-se a depressão tectónica designada de “Bacia de Seia”, que se estende desde o sopé da Serra da Estrela até ao Vale Médio do Mondego e que em alguns setores apresenta um abatimento de 50 metros relativamente aos níveis médios desta plataforma. Ainda na metade setentrional, a oriente, o relevo apresenta-se constituído por um conjunto de plataformas desniveladas, que traduzem a génese tectónica da Serra da Estrela, e que alcançam uma altitude máxima de 1993 metros no Planalto da Torre (AMADO, 2011).

Como sublinha AMADO (2011), a rede viária do Município de Seia encontra-se intimamente ligada aos condicionalismos físicos do próprio território, bem como da região envolvente. Uma análise atenta à morfologia do município permite observar uma distribuição bastante heterogénea dos declives, com o predomínio das classes mais elevadas, o que tem vindo a condicionar a implementação das infraestruturas viárias, bem como o seu traçado, afetando deste modo a mobilidade. Importa referir que o Município de Seia não é servido diretamente por autoestrada, nem por itinerários principais ou complementares, pelo que é apenas através da EN17 e da EN231, localizadas no setor norte do Município, que se efetua a ligação à A25, a qual, em termos regionais, liga Aveiro a Vilar Formoso. Ao nível

interno verificamos uma menor densidade da rede viária no setor montanhoso, devido aos condicionalismos impostos pelos fortes declives, em oposição ao setor mais aplanado, onde a densidade da rede viária é maior, garantindo uma maior mobilidade populacional.

Em relação à população residente, verificamos que entre 1981 e 2011, o Município de Seia perdeu 6705 habitantes (-21,2%), num processo que foi iniciado em meados da centúria, facto que poderá ser justificado pela mobilidade interna para os centros urbanos mais próximos e também pela emigração. Este decréscimo afeta quase todas as freguesias, embora de forma mais intensa as que estão localizadas no setor Meridional.

A distribuição espacial da população revela um padrão territorial polarizado sobretudo pelas freguesias urbanas de Seia e São Romão e pelas freguesias de Paranhos e Tourais, localizadas na metade norte do Município.

Também é evidente a crescente diminuição das classes mais jovens e o subsequente aumento das classes mais idosas, o que contribui para a crescente tendência de envelhecimento da população. O índice de envelhecimento reflete esta evolução uma vez que o total da população passou de 86,1%, em 1991, para 151,0%, em 2001 (AMADO, 2011).

No que concerne aos setores de atividade económica, e numa análise comparativa entre os anos de 1991 e 2001, é possível identificar um decréscimo dos setores primário e secundário, passando dos 11% para os 5% e dos 54% para os 45%, respetivamente. Relativamente ao setor terciário verificou-se um acréscimo bastante expressivo, passando dos 34% em 1991, para os 50% observados no ano de 2001.

“Na atualidade, a economia da Serra da Estrela continua a valorizar os mesmos recursos, os seus produtos naturais e culturais, vendendo a marca Serra da Estrela mas com vocação diferente da pastorícia de subsistência ou da era da indústria têxtil. Novamente, os produtos da fileira da ovelha e os dividendos da natureza serrana continuam a ser a âncora de todo o sistema económico (queijo Serra da Estrela, requeijão, mel, enchidos, pão de centeio, compotas, trajes e vestuário serrano, cerâmicas, vimes e cestaria, vinho, e a gastronomia constituída essencialmente pelas iguarias, caprinas e ovinas, fumados e enchidos)” (MENDES, 2011: 57).

Por outro lado, a Serra da Estrela apresenta um património geomorfológico, biológico, cultural e paisagístico único em Portugal, reconhecido através de importantes estatutos de proteção nacional e internacional. A título de exemplo, podemos referir o Parque Natural da Serra da Estrela (criado em 1976, através do Decreto-Lei nº 557/76), sendo atualmente a maior área protegida portuguesa, com uma superfície 88 850 hectares, repartida pelos concelhos de Celorico da Beira, Covilhã, Gouveia, Guarda, Manteigas e Seia.

No âmbito das estratégias de diversificação dos produtos turísticos da Estrela (ainda muito vinculados à neve) é reconhecida a relevância do *touring* cultural e paisagístico, como destaca o Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT, 2007). O crescimento da oferta museológica é parte das

iniciativas alinhadas com este propósito (entre outras ações como, por exemplo, as relacionadas com as Aldeias Históricas de Portugal), como acontece em Belmonte (Museu Judaico, Museu dos Descobrimentos, Museu do Azeite e Ecomuseu do Zêzere), na Guarda (o Museu da Guarda e o Museu Estevão Martins da Rocha), na Covilhã (Museu de Lanifícios, Museu Casa do Povo da Covilhã, Museu do Queijo e Museu do Vinho), em Seia (Museu do Brinquedo, Museu Etnográfico, Museu Natural da Eletricidade e Museu do Pão), em Manteigas (Museu Municipal de Manteigas), em Gouveia (Museu da Miniatura Automóvel, Museu Municipal de Arte Moderna Abel Manta e Museu Doutor Mário Gomes Figueira), e em Celorico da Beira (Museu da Agricultura e do Queijo).

“Para além dos Museus existem também vários espaços de interpretação, exposição e visitação a monumentos ao ar livre (por exemplo, o Centro de Interpretação da Serra da Estrela, o Centro de Interpretação de Arte Rupestre de Vide, o Centro Interpretativo de Belmonte), salas de exposição de pintura e escultura pertencentes às edilidades e os monumentos megalíticos, lusitanos (castros), romanos e de outras temporalidades e estilos existentes na Serra da Estrela, o que desde logo garante uma grande e variada oferta cultural” (MENDES, 2011: 62).

3.2 Estrutura museológica e evolução do número de visitantes

O Museu do Pão (Figuras 3 e 4) encontra-se sediado na Quinta Fonte do Marão, num edifício recuperado e ampliado para o efeito, com uma área de aproximadamente 3.500m². Esta iniciativa teve a sua génese em 1996, através de um grupo de professores e empresários com bastante interesse pela gastronomia tradicional serrana, que durante os seis anos seguintes reuniram todo o espólio e edificaram o espaço museu (AMADO, 2011).



Fonte: Amado (2011)

Figura 3. Museu do Pão (Seia, 2011)

Trata-se de um complexo museológico de entidade privada, inaugurado a 26 de setembro de 2002, dotado de quatro salas expositivas. A sala “O

Ciclo do Pão” constitui o espaço que abre o percurso expositivo, na qual se recria o ciclo tradicional do pão português, desde a terra, a eira, o moinho, a casa, o forno bem como as respetivas alfaías e instrumentos utilizados. Um ciclo antigo que se revive através de 14 painéis explicativos de cada passo da produção do pão. A reconstituição de uma antiga padaria e de três moinhos em constante funcionamento são um tributo à sua importância secular, mas agora praticamente extintos.

A evolução política e social de questões relacionadas com o pão em Portugal, desde 1640 (Restauração da Independência) até 1974 (Restauração da Democracia), apresentada em cerca de 350 documentos históricos, que vão desde editais a cartas régias, de folhetos publicitários a cartazes, cartas, panfletos ou senhas alimentares, bem como o pão associado à religião, à fé: o pão místico e simbólico, são outras das mais-valias expostas neste espaço museológico (AMADO, 2011).



Fonte: CARVALHO (s/d)

Figura 4. Outdoor informativo (no estacionamento) do Museu do Pão
(Seia, 2009)

Na sala “A Arte do Pão” o visitante poderá observar como o pão e os seus cereais panificáveis serviram como fonte de inspiração artística, através da produção de azulejaria, cerâmica, filatelia, artes decorativas, vidro, artes gráficas, fotografia, entre outros.

Por outro lado, constitui-se como espaço lúdico-didático, com uma forte componente interativa, através da recriação do ciclo do pão e da sua feitura. Esta sala contempla ainda uma secção pedagógica dedicada aos mais novos, onde podem tocar na massa, fazer as suas formas e vê-las crescer e cozer num forno tradicional a lenha.

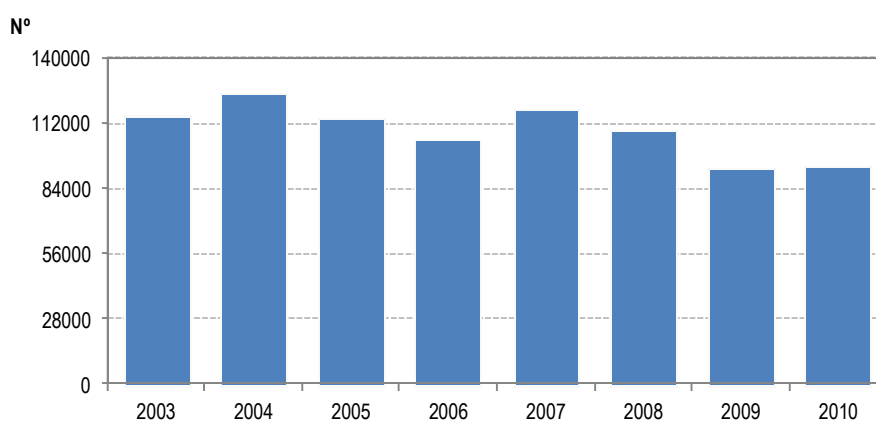
O espaço museu para além da dimensão expositiva compreende um conjunto de serviços que coloca à disposição dos visitantes e da população local, nomeadamente bar-biblioteca, uma mercearia antiga, um restaurante e uma padaria. O bar-biblioteca para além de um espaço de lazer é também considerado um espaço de cultura, onde se desenvolvem frequentes atividades culturais, nomeadamente tertúlias temáticas.

Este espaço museológico é ainda considerado um local que recria as vivências e costumes das velhas mercearias de aldeia, onde se dá a conhecer os pães produzidos pelo museu, bem como os produtos locais, que fazem a alegria de quem visita.

O restaurante assume-se como um verdadeiro centro de investigação gastronómica, que redescobre e recria os sabores únicos desta terra, contribuindo de certa forma, para atração de diferentes públicos.

Trata-se de uma unidade museológica muito bem organizada, com uma grande capacidade no domínio da informação prestada aos visitantes, que pretende dar a conhecer a “História do Pão”, desde as formas de cultivo, passando pelas técnicas tradicionais de moagem, produção e distribuição, as quais se encontram em vias de extinção.

No que diz respeito à evolução anual do número de visitantes do Museu do Pão, desde 2003 a 2010 (Figura 5), observa-se um decréscimo de - 19,05% dos visitantes, com a passagem dos 115190 aos 92717 visitantes. De destacar o ano de 2004 como o mais próspero para o complexo museológico, com 124514 visitantes, seguindo-se o ano de 2007 com 117700 entradas. Importa ainda referir que embora os restantes anos em análise assinalem quebras face a 2004, somente os anos mais recentes, nomeadamente 2009 e 2010 apresentam um número de visitantes inferiores aos 100 mil, respetivamente 92366 e 92717 visitantes.



Fonte: Base de dados do Museu do Pão

Figura 5. Distribuição anual do número de visitantes do Museu do Pão, de 2003 a 2010.

Anualmente são os meses de fevereiro, março e abril que assinalam o maior número de visitantes, com um total de 34,75% dos visitantes (10,86%, 12,59% e 11,29% respetivamente), seguindo-se a estes, embora com menores quantitativos, os de agosto e dezembro com designadamente 10,27% e 8,80%. A chegada da primavera a 21 de março, a qual se caracteriza por temperaturas mais amenas face ao inverno, a que se associa a dinamização de múltiplas atividades escolares, tais como as comemorações do dia da árvore e da criança, as férias de carnaval e da páscoa, são alguns dos fatores explicativos da maior procura deste espaço museológico. No mês de agosto, a crescente procura explica-se, não só, pelo regresso temporário dos emigrantes portugueses residentes no estrangeiro, mas também, devido à preferência pela natureza, pela paisagem de muitas famílias, para desfrutar das suas férias de verão, trocando o turismo balnear pelo melhor que a montanha tem para oferecer. No que se refere ao mês de dezembro, apesar de não apresentar valores tão elevados, face aos anteriores referidos, evidencia uma importante procura, facto que poderá ser justificado pela presença de neve, em associação com a celebração do natal e a passagem do ano que motiva a deslocação ao Maciço Central e, com isto, uma maior afluência ao Museu (AMADO, 2011).

Semanalmente é ao sábado e, em particular, ao domingo que a procura é maior, concentrando-se nos fins de semana cerca de 47% dos visitantes. Nos restantes dias da semana, a distribuição é bastante equitativa, recebendo este espaço museológico entre 9 e 12% dos totais anuais.

Relativamente à proveniência dos visitantes do Museu do Pão verificamos que a esmagadora maioria, com um valor percentual de 95%, é de origem nacional. Os restantes 5% são estrangeiros, maioritariamente espanhóis, brasileiros, franceses, dinamarqueses e holandeses. Estes resultados perfilam-se com os obtidos por Fernandes (1998), quando procedeu à caracterização dos turistas que afluem à Serra da Estrela, considerando que, em termos de origem geográfica, se verifica o domínio avassalador do turista português.

No que concerne à classificação dos visitantes, mais de metade surge de forma individual ou em família (58%), enquanto os grupos, onde se incluem excursões e também visitas escolares, representam 35% das entradas totais, desde 2003. Importa ainda referir que 7% dos visitantes não pagam para visitar este espaço museológico, uma vez que se tratam de acompanhantes destes grupos, nomeadamente docentes e pessoal responsável destes grupos.

3.3 Características e perceções dos visitantes e suas relações com o Museu do Pão e a Serra da Estrela

No sentido de perceber a expressividade do Museu do Pão a nível nacional, bem como o seu contributo para o desenvolvimento local e

regional, procedeu-se à realização de um inquérito por questionário aos visitantes, cuja execução decorreu entre 1 de fevereiro a 31 de agosto de 2011, uma vez que este período corresponde a 69,01% do número total de visitantes/ano contabilizados entre 2003 e 2010 (AMADO, 2011).

A metodologia aplicada teve como base a tabela estatística de definição do tamanho da amostra de ABREU (2006), tendo como referência o fluxo de visitantes entre 2003 e 2010, que perfaz uma média de 108852 visitantes/ano. De acordo com este autor, o tamanho da amostra é determinado em função da variabilidade da característica e do grau de precisão pretendido. A variabilidade é expressa pelo Coeficiente de Variação, que relaciona o desvio padrão com a média aritmética. O grau de precisão tem duas componentes, a maior diferença aceitável (D) entre o valor estimado a partir da amostra e o valor verdadeiro da população e a medida de confiança (K) em que o valor estimado esteja dentro do intervalo representado por $\pm D$ (utiliza-se um intervalo de confiança de 95% ou 99%). Neste caso optou-se por um valor de confiança de 95% e por um coeficiente de variação de 0,2, pelo que a dimensão da amostra deve ser de 96 indivíduos. Assim, durante o período de investigação foram inquiridos 96 indivíduos, com idades superiores a 18 anos e que se deslocaram de forma individual.

O inquérito realizado apresenta um total de 23 questões, as quais se encontram divididas em três grupos principais, a saber: 1. caracterização dos inquiridos, designadamente o sexo e a idade dos visitantes, nacionalidade, o concelho de residência, as habilitações literárias e a profissão; 2. perceção que os visitantes têm do Museu, através de um conjunto de questões relacionadas com frequência e os motivos da visita, a divulgação do Museu, bem como o grau de importância na preservação da atividade desenvolvida pelo Museu; 3. análise e avaliação da visita, que pretende dar a conhecer os espaços visitados pelos inquiridos dentro do espaço museológico, a duração da visita, a companhia do visitante, assim como as principais impressões (positivas e negativas) e, ainda, uma análise sobre os serviços prestados pelo Museu e as opiniões expressas pelos inquiridos (AMADO, 2011).

Os principais resultados do inquérito, no que diz respeito ao grupo 1, são os seguintes: 36% dos inquiridos tinham idades inferiores a 30 anos, 44% dos indivíduos apresentavam entre 30 e 49 anos, e apenas 11% apresentavam mais de 60 anos; 97% dos visitantes são de nacionalidade Portuguesa; acentuada dispersão geográfica, com cerca de 45 municípios assinalados – o maior fluxo de visitantes provém da Região Centro (63%), sendo de destacar os Municípios de Aveiro (9%) e Seia (6%) como os mais representativos; grande diversidade nas qualificações dos visitantes, embora com maior preponderância do ensino superior (54%) – o ensino secundário e o ensino básico representam 23% e 22% dos visitantes, respetivamente; a estrutura sócio-profissional revela a importância dos trabalhadores por conta de outrem, com 35% do total, seguindo-se os funcionários públicos (16%),

os reformados (13%) e trabalhadores por conta própria (11%), que assim perfazem 75% das respostas dos inquiridos.

Em relação às questões do grupo 2, os resultados permitem evidenciar que 65% dos inquiridos efetuaram a visita pela primeira vez e, por conseguinte, 35% dos visitantes já conheciam o Museu do Pão (destes, 53% efetuaram a sua visita num intervalo de tempo superior a 1 ano).

Conhecer o principal destino dos inquiridos torna-se fundamental para compreender a capacidade de atração deste espaço museológico. Neste sentido, cerca de 68% dos inquiridos afirmam que apesar da passagem pelo Museu do Pão, este não foi o principal destino da sua viagem, contrapondo-se aos restantes 32% dos visitantes para quem o Museu do Pão foi o principal destino da visita. Deste modo, existem um conjunto de lugares de interesse que os visitantes planearam conhecer após a sua visita ao Museu do Pão. A Região da Serra da Estrela é o principal destino a visitar pelos inquiridos (51%), destacando-se a Torre e a Serra da Estrela, com 23% e 12%, respetivamente. Importa referir também as estruturas municipais com 39% do total, sendo de salientar o Museu do Brinquedo (19%) e o Centro de Interpretação da Serra da Estrela (CISE) com 14% como os mais representativos; a visita às Aldeias Históricas, nomeadamente Piódão (5%) e Linhares da Beira (2%), bem como a passagem pela aldeia de Folgoso e pela vila de Manteigas, com 1,75%, cada, representam opções de visita com menor relevância. Apesar de não ser considerado o principal destino dos inquiridos, o Museu do Pão beneficia de uma excelente localização geográfica (situando-se nas imediações de um dos principais eixos de acesso ao planalto superior), constituindo uma mais-valia no escasso conjunto de ofertas culturais, a todos quanto visitam este espaço serrano.

Dos inquiridos que se deslocaram ao Museu do Pão, verificamos que 66% foram recomendados por alguém, 14% obtiveram conhecimento através de publicidade e 5% referiram a Escola, Associação ou Faculdade como principal meio de comunicação (e o valor percentual foi referido para a internet).

Relativamente aos motivos que prevalecem na escolha deste espaço museológico destaca-se a proximidade à Serra da Estrela (39%), seguindo-se a gastronomia (16%) e a atração ao turismo de neve e de paisagem (13%). Com valores menos representativos, mas ainda assim significativos, destaca-se a grande motivação em conhecer a temática que o Museu desenvolve, nomeadamente o retrato do ciclo tradicional do pão português (8%), seguindo também a ocupação do tempo (8%) e, por fim, de destacar as atividades didáticas que o Museu do Pão oferece às crianças e famílias (8%).

Na opinião de 47% dos inquiridos, o Museu do Pão contribui para a conservação de saberes e valores tradicionais que trazem valor acrescido à cidade e, ainda, reconhecimento e valorização do Museu a nível nacional e internacional (25%). De destacar ainda que 17% dos inquiridos refere que a preservação desta atividade é fundamental para as crianças e a sua

preservação contribui para promover a vertente pedagógica. De facto, todo o Museu se apresenta como um espaço pedagógico de excelência, onde se pretende dar a conhecer a todos os visitantes os métodos, técnicas e utensílios na produção do pão em Portugal, bem como permitir aos mais jovens a possibilidade de interagir em todo o processo de transformação. Importa ainda referir que 11% dos visitantes destaca a importância na preservação desta atividade, na medida em que contribui para o desenvolvimento do local e divulgação dos seus produtos.

No que diz respeito à terceira parte do inquérito, cujo objetivo é caracterizar a visita, destaca-se a elevada percentagem de inquiridos que visita o Museu do Pão ao fim de semana, com 83% do total e apenas 17% surge durante a semana. Quando analisamos o tempo de duração da visita, constatamos que 36% dos visitantes permaneceu um período considerável neste espaço museológico, nomeadamente entre 30 minutos a 1 hora (36%) e entre 1 hora e 2 horas (35%) para fazer a sua visita. De igual modo, a leitura dos resultados permite afirmar que a família constitui a principal preferência do visitante no seu percurso até ao Museu, com um total de 56%, seguindo-se a companhia dos amigos, embora com expressão mais reduzida (34%).

De um conjunto alargado de espaços que o Museu do Pão oferece destacam-se as salas expositivas como lugar preferencial de passagem aquando da visita, com valores na ordem dos 90%. Com percentagens intermédias destacam-se o Bar-Biblioteca e a mercearia, com 73% e 71%, respetivamente. A gastronomia não é de facto o principal motivo de visita a este Museu, facto comprovado com apenas 56% das visitas ao restaurante. Por fim o espaço menos frequentado pelos visitantes é a Padaria, com 51%.

Para compreendermos a relação dos visitantes com o Museu, foi nosso objetivo recolher a opinião dos inquiridos em relação ao que mais gostaram e ao que menos gostaram na sua visita. Quanto ao que mais gostaram foram referidos 58 elementos dos quais se destacam as salas expositivas (24%), as tradições (7%) e a gastronomia (6%). Os aspetos negativos durante a visita foram enunciados por apenas 22% dos visitantes, sendo as acessibilidades o principal problema enunciado, com 10% do total; o estacionamento, o exterior, a sinalética e guias que falem outras línguas são outros dos problemas assinalados pelos inquiridos.

Para além da identificação dos principais problemas e potencialidades deste espaço museológico foi nosso objetivo questionar os visitantes a respeito dos serviços prestados. A opinião dos inquiridos é unânime no sentido de considerarem que o Museu apresenta um conjunto de serviços de boa e muito boa qualidade que promovem uma maior visibilidade deste espaço. A avaliação apresentada pelos inquiridos foi boa e muita boa em praticamente todos os serviços, nomeadamente no pessoal, iluminação, limpeza, horário, segurança e tranquilidade, qualidade dos artigos da mercearia, qualidade do restaurante e instalações sanitárias. Em relação a outros serviços, tais como, estrutura do Museu, informação e explicação das

salas, sinalética, divulgação do Museu e preços dos bilhetes, a avaliação reparte-se entre o razoável e o muito bom. A área na qual os visitantes demonstram um enorme desagrado refere-se aos acessos, como já foi referido anteriormente. Assim, 49% dos inquiridos refere que as acessibilidades são más, na medida em que o pavimento é irregular e o acesso ao Museu após a saída da Estrada Nacional 339 apresenta um troço muito estreito, que impede o cruzamento entre dois veículos.

O inquérito termina com uma questão importante que pretende analisar a opinião do visitante acerca deste espaço museológico. Assim, em função dados obtidos constatamos que 30% dos inquiridos refere que o Museu do Pão desenvolve um forte papel educativo e 29% indica que este espaço contribui para o desenvolvimento local. De facto estas duas opiniões complementam-se pois estas iniciativas de recuperação e revalorização das identidades locais, por um lado, transmitem conhecimentos ancestrais sobre a história local, usos, modos de vida e tradições, principalmente ao público juvenil que a partir destas iniciativas têm possibilidade de conhecer os métodos, técnicas e utensílios utilizados na produção do pão e, por outro, contribuem para o desenvolvimento local na medida em que atraem milhares de visitantes e consequentemente potencia o desenvolvimento das unidades turísticas de apoio ao turismo na cidade. Ainda, 24% dos inquiridos refere que se trata de uma instituição com grande atratividade turística, facto ligado ao concelho e à Região da Serra da Estrela.

Com percentagens inferiores, mas ainda assim merecedoras de análise, 15% dos inquiridos salienta o facto de ser uma instituição ao serviço da comunidade. O Museu do Pão constitui-se como fonte de criação de emprego, especialmente para as populações que residem nestas áreas serranas, pois a maior parte dos trabalhadores são oriundos do respetivo concelho. Por outro lado, a presença de uma pequena loja com produtos tradicionais e de um restaurante, onde se recuperam os sabores tradicionais da gastronomia serrana, permite a dinamização e o escoamento dos produtos locais, constituindo também, nestas circunstâncias, um fator de criação de emprego a montante.

Em suma, o vasto conjunto de ofertas que este espaço museológico coloca aos dispor dos visitantes e da comunidade local, contribui para o seu desenvolvimento através das atividades que proporciona, sejam elas de cariz educacional ou cultural, cria emprego, contribui para a promoção dos produtos locais e consequentemente gera fluxos de pessoas e bens, constituindo assim uma mais-valia para o tecido económico desta área serrana.

De modo geral poderemos afirmar que 51% dos inquiridos ficou muito satisfeito com a visita ao Museu do Pão, 47% ficou satisfeito e apenas uma percentagem residual de indivíduos (2%) referiu que ficou pouco satisfeito.

Quadro 1: Matriz de valores próprios

Factores	Valores próprios	Percentagem explicativa	Percentagem acumulada
1	0,063	14,28	14,28
2	0,057	12,85	27,13
3	0,034	7,61	34,74
4	0,028	6,33	41,07
5	0,027	6,03	47,10
6	0,022	5,01	52,11
Total	0,23	52,11	

Fonte: AMADO (2011)

Por último, com o intuito de relacionar as diferentes variáveis e perceber o comportamento global dos diferentes indivíduos (face à procura deste espaço museológico, no domínio das práticas e das representações), procedemos a uma Análise Fatorial de Correspondências Múltiplas (AFCM). No que concerne à análise realizada, não foram utilizadas todas as variáveis e modalidades codificadas, utilizando-se apenas 15 variáveis num total de 75 modalidades sendo que as restantes excluídas não acrescentam diferenciação nos comportamentos dos indivíduos.

Desta classificação resultaram seis fatores (Quadro 1), sendo que o primeiro fator (que assume um valor próprio de 0,06) apresenta o maior poder explicativo, designadamente 14,28%, enquanto nos restantes fatores o poder explicativo é menor, variando entre 12,85% do fator 2 e os 5,01% do fator 6. Assim, foram considerados os primeiros 4 eixos/fatores que explicam cerca de 41% da variância acumulada, sendo que a partir do quinto eixo a informação começava a ser redundante e não diferenciadora.

O primeiro fator, que explica cerca de 14% da variância inicial e que denominamos como o grupo de “Visitantes Indiferentes”, é caracterizado por inquiridos que representam uma fatia da população inativa, em grande parte dos casos reformados e com níveis de instrução bastante baixos. Ao nível da procura turística caracterizam-se por um tipo de indivíduos que procuram uma exploração generalista e exploratória, na medida em que se deslocaram a este território para efetuarem uma visita global, estando o Museu do Pão incluído num vasto conjunto de ofertas. São indivíduos com bastante tempo disponível, que escolheram efetuar a visita ao Museu durante a semana, permanecendo neste espaço mais de duas horas, fazendo-se acompanhar de amigos e familiares, tendo obtido conhecimento deste espaço museológico através de juntas de freguesias, associações ou coletividades de apoio à terceira idade. Ao nível das representações museológicas defendem que as atividades desenvolvidas pelo Museu do Pão lhe proporcionam uma enorme projeção a nível nacional e internacional, dando ainda, oportunidade a este tipo de grupo de recordar costumes, tradições e vivências ancestrais. No que concerne à opinião que este

conjunto de indivíduos lança sobre esta estrutura museológica, o reflexo dos indivíduos centra-se na adequação deste espaço a todas as faixas etárias.

O segundo fator explica menos percentagem da variância inicial (cerca de 12%) e, tendo em conta as modalidades que o integram direta e indiretamente, foi denominado como o grupo de “Visitantes Interessados”. Com efeito, apesar de ser um fator mais específico, é caracterizado por indivíduos com idades entre os 50 e os 59 anos, com habilitações ao nível do Ensino Superior, em grande parte das situações desempregados, reformados ou docentes. Os elementos que distinguem este fator do anteriormente referido prendem-se fundamentalmente com as práticas e representações da visita. Ao nível das práticas turísticas destaca-se o facto de estes indivíduos já terem efetuado, em tempos passados, uma visita ao Museu do Pão, nomeadamente num período de tempo entre 6 meses a 1 ano, continuando este espaço a constituir a principal razão da sua presença em Seia. Portanto, trata-se de um conjunto de visitantes de frequência assídua que vêm conhecer esta estrutura museológica em particular. O conhecimento prévio do Museu surge através da escola/faculdade, sendo a deslocação motivada fundamentalmente para ocupar o tempo, surgindo de forma individual ou com amigos neste espaço museológico. As preocupações pelas atividades didáticas que o Museu oferece, aliado ao seu forte papel educativo constituem no domínio das representações, elementos privilegiados por este grupo de inquiridos. Em suma, trata-se de um conjunto de indivíduos que direciona a ocupação do seu tempo livre para as práticas culturais e museológicas, dando primazia à temática desenvolvida por este espaço museológico, onde a função pedagógica assume um papel de destaque.

Com uma menor taxa de explicação (cerca de 7%) surge o eixo 3 que reflete uma realidade ainda mais específica que a anterior e que pode ser denominado por “Visitantes Lúdicos”. O presente fator reflete comportamentos de indivíduos muito jovens e, como tal, com níveis de escolaridade intermédios e em processo de prolongamento, com ocupação predominantemente estudantil. Trata-se de um grupo com estada recorrente no Museu do Pão, mas que não permanecem por um longo período de tempo, uma vez que esta população conhece os sítios/pontos de interesse do concelho, motivados para um tipo de exploração ligada ao turismo de neve e de paisagem. No geral, estamos perante um tipo de visitante que se desloca ao Município para se divertir dentro de um quadro de lazer que não engloba somente cultura. No domínio das representações deste espaço museológico constituem um tipo de visitante que reconhece o enorme poder atrativo do Museu, bem como a sua elevada expressividade a nível nacional e internacional.

O eixo 4, que explica apenas 6,33% da variância e especifica ainda mais a análise, foi denominado por “Visitantes Culturais”. No fundo, integra comportamentos que se caracterizam com indivíduos em idade ativa, com habilitações no ensino básico e ensino superior, que se encontram desempregados ou a estudar. No que diz respeito às práticas turísticas trata-

se de um conjunto de indivíduos com estadia recorrente no Município, sendo as principais razões apontadas para a sua movimentação a gastronomia e o património cultural, dando destaque às estruturas municipais. No geral, visitaram os pontos fulcrais da rota patrimonial da cidade, nomeadamente o Museu do Brinquedo, o Museu da Eletricidade, o Centro de Interpretação da Serra da Estrela, entre outros. Ao nível das representações museológicas trata-se de um grupo de indivíduos com forte apetência para valorizar favoravelmente o local, a sua autenticidade e características peculiares, surgindo os produtos locais como aspetos de valorização superior (AMADO, 2011).

4. Conclusões

Apesar das diferenças de critério que dificultam a apreensão da verdadeira dimensão do universo museológico em Portugal, é reconhecida a crescente iniciativa de criação de museus e espaços museológicos sobretudo nos últimos anos, o que decorre do alargamento dos conceitos de património e museu (e práticas museológicas), dos novos territórios do lazer lúdico e cultural, mas também dos desafios ou oportunidades emergentes das novas conceções e práticas de desenvolvimento, mais territorializado, participado e inclusivo, sobretudo em territórios com maior potencial de recursos endógenos vinculados ao património natural e cultural.

Na diversidade do mundo rural, para além de iniciativas alicerçadas em programas das áreas da cultura e do turismo, importa sublinhar o apoio de programas direcionados para o desenvolvimento rural, com vinculação ao território, património e sociedade, como as diversas fases do LEADER e o atual PRODER (no caso de Portugal), de que os museus e os espaços museológicos são parte.

Os museus, na amplitude de funções como a recolha, a salvaguarda, a valorização e a investigação de elementos de relevância cultural e natural, podem desempenhar um papel preponderante se integrados em estratégias que visem o desenvolvimento local (entendido como um processo participativo e integrado de valorização de recursos, nas dimensões território, património e população).

A localização privilegiada do Museu do Pão, num dos principais eixos de acesso ao topo da Serra da Estrela, o interesse inerente à temática, uma vez que o pão constitui um dos principais alimentos da dieta mediterrânea, aliado à multiplicidade de ações culturais que promove, às diversas atividades didático pedagógicas que fomenta, pela sua relevante contribuição no estudo da história local, ou até mesmo regional, pelos usos, modos de vida e tradições que recupera, pelas inúmeras temáticas que desenvolve em torno do pão, são alguns dos fatores que se conjugam para o enorme sucesso desta iniciativa museológica.

O visitante do Museu do Pão, de um modo geral está ciente da importância na preservação desta atividade. A maioria dos inquiridos reconhece que esta unidade museológica desenvolve um forte papel educativo e contribui para o desenvolvimento local e assim constitui uma das mais importantes estruturas dinamizadoras da área geográfica onde se insere.

Importa referir também que a Serra da Estrela têm vindo a beneficiar, em particular nestas últimas décadas, de uma revalorização do respetivo potencial ecológico e cultural, tornando-se atrativa ao nível paisagístico, ambiental, e histórico-cultural. De facto, emergem hoje “novas” vocações que, ligadas ao património natural, histórico e cultural, tendem a dinamizar estes espaços e a dotá-los de novas atratividades. Estas vocações estão ligadas, de forma crescente, às atividades turísticas nas suas múltiplas formas, que vão desde a contemplação dos elementos paisagísticos aos desportos radicais, passando pela revalorização e manutenção de atividades tradicionais.

A oferta diversificada de produtos turísticos de qualidade surge como um dos elementos chave do desenvolvimento deste local. Do ponto de vista económico, os benefícios esperados são o aumento do emprego para os residentes, o acréscimo de receitas das atividades relacionadas com o turismo, o estímulo ao aparecimento de novas empresas turísticas, promovendo e diversificando a economia local, encorajando à produção de bens e produtos locais, a melhoria da oferta de serviços e equipamentos. Os benefícios passam também pela promoção do bem-estar, pelo apoio à educação ambiental para visitantes e locais e pelo estimular do desenvolvimento e valorização da cultura.

Neste contexto de diversificação da oferta de lazer e turismo seria importante integrar os museus e espaços museológicos na cadeia de valor do turismo, uma vez que é reconhecida a importância do museu como atração turística, e encontrar novas soluções para tornar mais atrativas e dinâmicas as entidades museológicas da Serra da Estrela como, por exemplo, através da criação de redes de museus locais.

Referências bibliográficas

ABREU, D. (2006) : *Análise de Dados II. Programa*. Estudos para o Planeamento Regional e Urbano nº 69. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.

AMADO, M. (2011) : *O Museu do Pão em Seia: uma iniciativa de desenvolvimento local de expressão nacional*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana (Ordenamento e Desenvolvimento), Universidade de Coimbra, Coimbra.

AMADO, M. e CARVALHO, P. (2012) : “Museus e desenvolvimento rural. O caso do Museu do Pão (Seia/Serra da Estrela)”. *Atas do 9º Congresso Ibérico de Estudos Rurais*. Lisboa, IGOT/SPER/AEEA, 20 pp.

ANICO, M. (2008) : *Museu e Pós-Modernidade*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

BRITO, J. Pais de (2003) : “Museus, memória e projeto”. In PORTELA, J.; CALDAS, J. C. (org.): *Portugal Chão*. Oeiras, Celta Editora. pp. 265-277.

BRITO, J. (2004) : *Pessoas e Lugares*. Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER +. II Série, nº 24, novembro de 2004.

BRITO, J. Pais de (2006) : “Patrimónios e Identidades. A difícil construção do presente”. In Peralta, E.; Anico, M. (org.) : *Patrimónios e Identidades*. Ficções Contemporâneas. Oeiras, Celta Editora.

CARVALHO, P. (2002) : “El Patrimonio y el Paisaje Rural en la (Re)construcción de las Memorias e Identidades. Reflexión en torno de algunas iniciativas e propuestas ecomuseológicas en la Cordillera Central Portuguesa”. *Atas del XI Coloquio de Geografía Rural*. Santander, Universidad de Cantabria, Servicio de Publicaciones, pp. 89-100.

CARVALHO, P. (2012) : “Património e museus em contexto rural: dos lugares de memória aos territórios do lazer e turismo”. *Atas Oficiais del 6º Congreso Internacional Virtual sobre Turismo y Desarrollo*. Málaga, Grupo de Investigación EUMED, 13 pp.

CARVALHO, P. (s/d) : *Museus, Território e Sociedade*. (texto inédito).

CHAMBINO, E. (2009) : *Objetos de pastor: do objeto património ao paradoxo da sua insignificância*. Dissertação de Mestrado em Antropologia (Especialidade em Patrimónios e Identidades) apresentada ao ISCTE (Lisboa).

DOWER, M. (1998) : “Um trunfo para o desenvolvimento local: o recurso património”. *LEADER Magazine*, 12.

FERNÁNDEZ, L. (1999) : *Introducción a la Nueva Museologia*. Madrid, Alianza Editorial.

GONÇALVES, A. R. (2010) : “Museus, comunidade local e turismo”. In SANTOS, G. (org.): *Turismo Cultural, Territórios e Identidades*. Lisboa, Edições Afrontamento e Instituto Politécnico de Leiria, pp. 81-102.

FARIA, A. S. (coord.) (2011) : *Roteiro dos museus e espaços museológicos da Região Centro*. Coimbra, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

INE (2011) : *Estatísticas da Cultura, 2010*. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística (INE).

MAYRAND, P. (2007) : “Material Didático”. *Seminário do Mestrado em Museologia*, Lisboa, ULHT.

MENDES, V. (2011) : *Museus e turismo na Serra da Estrela*. Dissertação de Mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

MOYANO ESTRADA, E. (2006) : “Nuevas orientaciones de la política europea de desarrollo rural. A propósito del Nuevo Reglamento de Desarrollo Rural”. *Atas del VI Coloquio Ibérico de Estudios Rurales*. Huelva, Universidade Internacional de Andaluzia, 21 pp.

NEVES, J. S. (2005) : “Museus em Portugal: elementos para uma caracterização”. *Atas do IV Congresso Português de Sociologia*, 10 pp.

NEVES, J. S.; SANTOS, J. A.; NUNES, J. S. (2008) : “Os museus em Portugal: políticas públicas e dinâmicas do setor em Portugal nos anos mais recentes”. *Atas do VI Congresso Português de Sociologia*. Lisboa, Universidade Nova, 17 pp.

PESSOA, F. (2001) : *Reflexões sobre Ecomuseologia*, Col. “Viver é Preciso” nº 20. Porto, Edições Afrontamento.

PRIMO, J. (1999) : “Pensar contemporaneamente a museologia”. *Cadernos de Sociomuseologia*, 16, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

RIVIÈRE, G. H. (1989) : *La Muséologie*. Paris, Bordas (trad. cast., La Museología, trad. de Antón Rodríguez Casal, Akal, 1993).

VARINE, H. (1996) : “Respostas de Hugues de Varine a Mário Chagas”. *Cadernos de Sociomuseologia*, nº 5. Lisboa, ULHT.